

RR 512.988/98 – 5ª Turma – DJU de 22.03.2002

## RECURSO DE REVISTA

**1. FATO SUPERVENIENTE: EC Nº 19/98 E LEI ESTADUAL Nº 11.970/97. PERDA DO OBJETO DA AÇÃO PÚBLICA.** O advento das normas em epígrafe não teve o condão de caracterizar o Acórdão hostilizado - que determinou a não-renovação ou novas contratações de professores, por tempo determinado, ao fundamento de inexistir interesse público excepcional que justificasse tais pactos - como violador de normas infra ou constitucionais, mormente quando a mesma EC nº 19/98 alterou o inciso V do art. 206 de nossa Carta Magna e deixou claro que o ingresso no magistério público deve ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Revista não conhecida.

## 2. AÇÃO CIVIL PÚBLICA

**a) INADEQUAÇÃO.** A cessação de contratos irregulares de profissionais de ensino, firmados com a Administração pública, atende aos interesses dos contratados, dos servidores legalmente investidos na carreira pública e dos professores que almejam, de forma legal, tal investidura, ou seja, os interesses vislumbrados são difusos, tornando adequada a ACP. As teses de cabimento de ação popular e de que a ACP não comportaria obrigação de não fazer não mereceram análise, por falta de prequestionamento e por os arestos colacionados não preencherem os requisitos formais, respectivamente. Apelo não conhecido.

**b) LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Consoante os artigos 129, III, de nossa Norma Ápice, 6º, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 83, incisos I e III, da Lei Complementar nº 75/93, detém legitimidade o *Parquet* Trabalhista para propor ação civil pública visando à tutela de interesses difusos que envolvam relação de emprego. Recurso conhecido, por divergência jurisprudencial, e não provido.

**c) COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** "Tratando-se de prestação de fato, abstenção de fato, ou de bem jurídico que decorra de obrigação constitucional de natureza 'trabalhista', havendo-se por tal a inerente a um contrato de emprego, ainda que implícita neste, a competência para o deslinde da ação civil pública é da Justiça do Trabalho. Evidencia-se, portanto, na espécie, uma estrita vinculação e interpretação entre cabimento, legitimidade e competência: o cabimento da ação civil pública, sob a titularidade do Ministério Público do Trabalho, condiciona a competência material da Justiça do Trabalho. São aspectos indissociáveis: cabível a ação em tela para resguardar bens jurídicos 'trabalhistas' protegidos constitucionalmente, *ipso facto* legitimado o Ministério Público do Trabalho e inarredável a competência da Justiça do Trabalho. De modo que se não couber ao MPT propor a ação civil pública, resulta automaticamente descartada a competência do Judiciário Trabalhista." (João Oreste Dalazen). Revista não conhecida.

**3. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO. RESPONSABILIDADE DIRETA E PESSOAL DO AGENTE PÚBLICO CAUSADOR DOS ATOS.** O Colegiado Regional concluiu, em face da responsabilidade objetiva do Estado que os danos a serem reparados advêm de conduta administrativa necessária ao implemento de finalidades públicas. Assim, a tese do Réu de ação pessoal e responsabilidade direta do agente público contrária à Administração demandaria reexame de matéria fático-probatória, o que é defeso nesta estreita sede. Revista não conhecida. Ademais, o acórdão está em consonância com o art. 37, § 6º, da C.F., que trata da responsabilidade objetiva e direta da Administração Pública.

**4. ALTERAÇÃO DO PEDIDO.** O aditamento à inicial, requerendo-se a aplicação diária de multa pedida na peça vestibular e sugerindo-se o respectivo valor, configura-se como meros esclarecimentos visando à otimização da imposição da multa pecuniária anteriormente postulada e, não, de alteração do pedido, em sentido estrito, o que afasta a possibilidade de violação dos artigos 264 e 294 do CPC. Apelo não conhecido.

**5. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** O Tribunal Regional fundamentara sua decisão de manter os valores da multa imposta pelo juízo *a quo*, atendendo aos ditames dos artigos 832 da CLT e 131 do CPC. Recurso não conhecido.

**6. DA MULTA COMINATÓRIA ESTABELECIDADA.** Relativamente à matéria prequestionada, tem-se que o Regional, ao manter os valores retromencionados, interpretou de forma razoável os artigos 2º e 12 da Lei 7.347/85 e 461, § 4º e 644 do CPC. Incidência do Enunciado 221/TST. Revista não conhecida.

ROMS-555228/1999.7

SBDI-2 – DJU de 25.04.2003

**MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSÃO DE LIMINAR COM IMPOSIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER AOS FILIADOS DO SINDICATO LOJISTA. SUSPENSÃO DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS AOS DOMINGOS. CONCESSÃO DE FOLGA. MULTA PELO DESCUMPRIMENTO. LEGITIMIDADE DO SINDICATO PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA ACP**

- O fenômeno da coletivização do processo, cuja 2ª onda descrita por Cappelletti e Garth abrangeu a defesa dos interesses difusos em juízo, supõe a quebra dos cânones clássicos do processo, ligados principalmente aos limites subjetivos e objetivos da coisa julgada, para admitir a legitimação dos entes grupais e a formação da coisa julgada apenas "secundum eventum litis" e "in utilibus". Tanto a Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) quanto o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) albergaram no Brasil esses princípios, reconhecendo a necessidade da aglutinação dos interesses comuns numa única ação, sob pena da ocorrência de decisões díspares para composição de lesão caracterizada pela indivisibilidade do objeto. Nesse sentido, não se compatibiliza com o procedimento da ação civil pública a admissão de litisconsórcio ativo ou passivo dos lesados com a prática violadora da lei ou afetados com o provimento jurisdicional a ser concedido. A legitimação ativa ou passiva deve ser grupal, sob pena de que a pulverização de integrantes da lide inviabilize o andamento do processo e a solução do conflito. Assim, não fere direito líquido e certo do impetrante, SINDILOJAS, a sua inclusão no pólo passivo de ação civil pública, como ente grupal que representa as lojas que funcionam nos Shoppings Centers de Salvador, que visou à imposição de obrigação de não fazer, referente à abertura aos domingos, enquanto não firmado o acordo ou convenção coletiva exigidas por lei, sob pena de multa por estabelecimento encontrado em situação irregular. In casu, pretender que a ação civil pública incluísse todas as lojas ou que fosse proposta contra cada uma delas seria desnaturar o regime da defesa coletiva de direitos instaurado pela Carta Magna de 1988 (art. 129, III) e a própria Lei nº 7.347/85, ampliada pela Lei nº 8.078/90 (art. 1º, IV, da LACP) - Patente a legitimidade passiva "ad causam" do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Estado da Bahia - SINDILOJAS. (Ministro Ives Gandra Martins Filho). Recurso Ordinário parcialmente provido.

RR-810.597/2001.0

5ª Turma – DJU de 12.12.2003

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO ASSEGURAR DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.**

Os interesses que o Ministério Público do Trabalho visa defender na presente Ação Civil Pública, relacionados ao pagamento de salários vencidos e vincendos, classificam-se como individuais homogêneos, pois possuem origem comum e é possível a determinação imediata dos empregados que foram prejudicados pelos atos lesivos do recorrido e as reparações dos danos podem se dar de forma distinta em relação a cada um dos membros da coletividade atingida. Vale dizer, os direitos lesados são divisíveis. O *Parquet* laboral possui legitimidade para defender tais interesses em juízo, assim como os interesses coletivos e difusos, nos termos dos artigos 6º, VII, a e d, 7º, I, 83, III e 84, caput e II da Lei Complementar 75/93. Recurso conhecido e provido.

ROAR-814.964/2001.2

SBDI-2 - DJU de 20.08.2004

**RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL.**

Tratando-se de direitos difusos, transindividuais, de natureza indivisível, de que são titulares pessoas indeterminadas, inexistente campo propício à aplicação de normas processuais eminentemente concebidas para a citação em demandas de natureza individual, sob pena mesmo de se inviabilizarem as ações coletivas. **Não se há de falar, no caso dos autos, em obrigatoriedade de citação dos eventualmente atingidos pelos efeitos da decisão proferida na referida ação coletiva, visto que o legitimado para figurar no pólo passivo da ação civil pública é aquele ou aqueles que praticaram o ato causador do dano, ou aquele que tinha ou tem o dever jurídico de evitar a ocorrência do dano.** Recurso ordinário a que se nega provimento.

ROAR-786.910/2001.0

SBDI-2 - DJU de 06.02.2004

**LITISCONSÓRCIO PASSIVO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA - RESCISÓRIA QUE DECRETOU A NULIDADE DO PROCESSO A PARTIR DA CITAÇÃO.** O Ministério Público possui legitimidade extraordinária para defender, em juízo, direitos difusos. É certo, porém, que, no caso, a procedência da ação civil pública atingiria frontalmente direitos subjetivos dos empregados da empresa pública já aposentados. Sendo assim, **é evidente que aquelas pessoas cujos direitos seriam afetados pela demanda precisavam integrar o contraditório, para que a sentença pudesse lhes atingir, na forma do art. 47 do CPC. O litisconsórcio é do tipo necessário, e sua inobservância acarreta a nulidade da demanda coletiva desde a citação.**

**AIRR e RR 1715/2000-003-18-00.9**

**4ª Turma – DJU de 15.10.2004**

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO DO RECLAMADO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/1988). Por isso mesmo, detém o Ministério Público capacidade postulatória não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, I e II, da CF/1988). No campo das relações de trabalho, ao Parquet compete promover a ação civil pública no âmbito desta Justiça para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, bem assim outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (arts. 6º, VII, d, e 83, III, da LC 75/93). A conceituação desses institutos se encontra no art. 81 da Lei nº 8.078/90, em que por "interesses difusos" entendem-se os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, ao passo que os interesses coletivos podem ser tanto os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por relação jurídica-base, como os interesses individuais homogêneos, subespécie daquele, decorrentes de origem comum no tocante aos fatos geradores de tais direitos, que recomenda a defesa de todos a um só tempo. Assim, a indeterminação é a característica fundamental dos interesses difusos e a determinação é a daqueles interesses que envolvem os coletivos. Nesse passo, **na hipótese dos autos, em que se verifica terceirização de serviços com denúncia de fraude no propósito de intermediação de mão-de-obra, com a não-formação do vínculo empregatício e dos direitos corolários, pleiteando-se obrigação de fazer e não fazer, os interesses são individuais, mas a origem única recomenda a sua defesa coletiva em um só processo, pela relevância social atribuída aos interesses homogêneos, equiparados aos coletivos, não se perseguindo aqui a reparação de interesse puramente individual.** Agravo a que se nega provimento. II - RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. PRELIMINAR DE NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. É bom frisar que o prequestionamento não é pressuposto dos embargos de declaração, regidos pelos vícios do art. 535 do CPC, só podendo sê-lo se a decisão embargada tiver incorrido em alguns deles em relação às matérias levantadas no recurso ordinário ou nas contra-razões, limitadas estas últimas às preliminares e às prejudiciais de mérito, pois, não sendo assim, passariam a ter a absurda feição de embargos infringentes do julgado. Dessa forma, tendo o Regional examinado a matéria nos limites em que veiculada no recurso ordinário do reclamado, não há cogitar em negativa de prestação jurisdicional, resultando ilesos os dispositivos tidos como violados. **TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. LICITUDE.** Tendo o Regional consignado que a atividade desenvolvida pela Prosegur consiste apenas na preparação de documentos, caracterizando-se como atividade-meio, ao passo que a atividade-fim inerente à compensação e à interferência na sua estrutura jurídico-legal continua atribuída à instituição financeira, não há como visualizar ofensa à literalidade dos arts. 2º, 3º, 9º e 224 a 231 da CLT, 17 da Lei nº 4.595/64 e 1º, IV, da Constituição, bem como a suscitada contrariedade ao Enunciado nº 331/TST, salientando-se que qualquer entendimento contrário implicaria a remoldura do quadro fático delineado, sabidamente refratário ao âmbito de cognição desta Corte, nos termos do Enunciado nº 126/TST. Recurso de revista integralmente não conhecido.

AG-SE - 100013/2003-000-00-00  
Tribunal Pleno – DJU de 05.11.2004

**AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO. TUTELA ANTECIPADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO. ILEGITIMIDADE.**

1. Somente ao Ministério Público e à pessoa jurídica de direito público interessada é dado requerer a suspensão de execução de medida liminar concedida em autos de ação civil pública, a fim de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas. Exegese das Leis nos 7.347/85 e 8.437/92. 2. A ação civil pública tem por escopo o atendimento ao interesse público que emerge da preservação, entre outros enumerados no artigo 1º da Lei nº 7.347/85, dos interesses difusos e coletivos. Daí porque somente aos órgãos da administração pública direta e ao Ministério Público é dado requerer a suspensão de execução de medida liminar em autos de ação civil pública, em caso de manifesto interesse público e a fim de se evitar grave lesão à ordem. 3. Não se pode pretender, portanto, possua a empresa concessionária, pessoa jurídica de direito privado, ainda que com função pública delegada, as mesmas prerrogativas inerentes aos órgãos da administração pública direta, cujos atos e objetivos devem sempre ser norteados pelo interesse público que absolutamente não se coaduna com sua finalidade lucrativa. Ademais, quaisquer prerrogativas desses agentes, em vista das atribuições delegadas que detêm para execução de serviço público, há de constar expressamente na lei, que não comporta interpretação ampliativa. 4. Agravo regimental desprovido, porque não foram infirmados os fundamentos expendidos no despacho agravado.

ROAR 42447/2002-900-10-00.5  
SBDI-2 - DJU de 10.12.2004

**NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO-CONFIGURAÇÃO.** Incólumes os preceitos legais apontados, uma vez que o acórdão recorrido observou as exigências neles contidas, consignando os fundamentos de sua conclusão, após apreciação dos elementos dos autos, porém em sentido contrário à pretensão da Recorrente, o que, por si só, não dá ensejo à nulidade buscada. Por outro lado, tratando-se de recurso ordinário, a devolutibilidade da matéria impugnada é ampla, cabendo ao Tribunal *ad quem* apreciar todas as questões suscitadas e discutidas nos autos (artigo 515, *caput* e §§ 1º e 2º, do Código de Processo Civil), fato a afastar qualquer prejuízo para a parte e, via de consequência, a declaração de nulidade (artigo 794 da Consolidação das Leis do Trabalho). **AÇÃO RESCISÓRIA. COMPETÊNCIA HIERÁRQUICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA APRECIAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** A Lei Complementar nº 75/93, ao estabelecer em seu artigo 83, inciso III, competência para o ajuizamento de ações civis públicas, no âmbito da Justiça do Trabalho, apenas explicitou a atuação do Ministério Público no campo da defesa dos interesses difusos e coletivos da sociedade no âmbito trabalhista, de que já havia cogitado, sem qualquer distinção, em relação a todo o Ministério Público, no inciso III do artigo 129 da atual Constituição Federal. Essa previsão legal, diversamente do que alegam os recorrentes, não macula o artigo 114 da Carta Magna. Muito pelo contrário, a ela afeiçoa-se perfeitamente. Ali está estabelecida a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar não só dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, mas também, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Sem dúvida, houve ampliação da competência da Justiça do Trabalho relativamente à Carta anterior, que a restringia à conciliação e julgamento de dissídios entre empregados e empregadores. **Versando a ação civil pública, em última análise, sobre direito de acesso regular ao emprego, fundado na própria Constituição Federal, é competente a Justiça do Trabalho para apreciá-la.** No caso, tem-se inequívoco exemplo de direito difuso, extensível a toda a sociedade, porquanto, ao burlar a admissão de empregados mediante a via constitucional do concurso público, a recorrente frustra o exercício de tal faculdade, independentemente do interesse concreto daqueles que, efetivamente, venham a se habilitar no concurso universal. **AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE PROCESSUAL.** Em face das peculiaridades dos interesses tutelados na Ação Civil Pública, não se aplica com relação a ela, pura e simplesmente, o princípio dos limites da coisa julgada, pois, contrariamente ao Processo Civil tradicional, onde a coisa julgada se limita às partes do processo, na ação civil pública a sentença, quando esta não for julgada improcedente por insuficiência de prova, fará coisa julgada *erga omnes*, ou seja, tanto a ação julgada procedente como a improcedente adquirem autoridade de coisa julgada perante todos os membros da coletividade. Ademais, considerando-se que na Ação Civil Pública se busca a proteção de direitos difusos,

transindividuais, de natureza indivisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas, não há como aplicar as normas processuais destinadas à citação em demandas de natureza individual, sob pena de não se viabilizarem as ações coletivas. Desse modo, não há que cogitar da obrigatoriedade de citação dos eventualmente atingidos pelos efeitos da decisão prolatada na aludida ação coletiva, porque a legitimação para figurar no pólo passivo da ação civil pública é daquele ou daqueles que praticarem o ato causador do dano. DOCUMENTO NOVO. Não se configura documento novo, consoante a definição contida na Orientação Jurisprudencial nº 20 da SBDI-2 desta Corte, o documento apresentado pelos autores, por se tratar de decisão oriunda do Tribunal de Contas do Distrito Federal, o qual, por si só, não seria capaz de assegurar um pronunciamento favorável aos Autores, uma vez que versa sobre matéria administrativa referente à fiscalização, de ofício, nas entidades públicas do Distrito Federal, que não possuem qualquer vinculação com a atividade jurisdicional do Estado. **AÇÃO RECISÓRIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO.** Não obstante a regra contida no artigo 173, § 1º, da Carta da República, a empresa pública que explora atividade econômica compõe a administração pública indireta e está adstrita à regra que envolve a obediência aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade e à imposição à efetividade do concurso público. Ademais, conforme posicionamento do STF, exceções ao princípio da investidura, se existem, estão previstas na própria Constituição Federal. Assim, o julgado rescindendo não comporta o corte rescisório por declarar nulos os contratos de trabalho firmados após o advento da atual Constituição Federal com Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília TCB, empresa pública do Distrito Federal, sem a aprovação em concurso público, consoante requer o artigo 37, inciso II, § 2º, da atual Carta Magna. Recurso ordinário conhecido e não provido.

**AIRR 1641/2002-921-21-40**  
**1ª Turma - DJU de 17.12.2004**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. LITISPENDÊNCIA. ALCANCE.** A tramitação concomitante de ação civil pública, objetivando a tutela de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos e de ação individual não configura litispendência por força do art. 104 do Código de Defesa do Consumidor e artigo 21 da Lei nº 7.347/85. Na decisão regional restou consignado que entre as duas ações não se constata a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, então não há se falar em aplicabilidade do art. 301 do C.P.C. Revista que não se conhece. **RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM JURISPRUDÊNCIA DO TST.** Estando a decisão regional em consonância com o entendimento consubstanciado no Enunciado nº 331, IV desta Corte, no sentido de que a o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador de serviços quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei 8.666/93). No caso em questão, a decisão recorrida mostra-se em conformidade com a jurisprudência do TST, inviabilizando o processamento da Revista. Inteligência do Enunciado nº 333 desta Corte e do artigo 896, § 4º da CLT. Agravo conhecido e desprovido.

**EDRR 759.927/2001.8**  
**5ª TURMA – DJU de 18.02.2005**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. ENUNCIADO Nº 278 DO TST. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESERVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 37, II, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E DA LEI Nº 6.494/77. INTERESSES DIFUSOS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.** A competência material da Justiça do Trabalho, para apreciar e julgar ação civil pública, qualifica-se pelo conflito de interesses entre os sujeitos de uma relação de emprego ou de trabalho, embora englobando um empregador atual ou potencial e uma categoria indeterminada de indivíduos, com potencialidade para ingressar em postos da Administração Pública. Assim é que a expressão trabalhadores contida no artigo 114 da Carta Política de 1988 abrange tanto os trabalhadores na ativa quanto os obreiros em potencial. Na situação específica dos autos, a ação

ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho não visa ao cumprimento de regime jurídico estatutário, e nem poderia, pois isto refoge à sua competência. **O escopo da ação civil, *in casu*, é a preservação do cumprimento da norma contida no artigo 37, II, da Constituição da República, e da Lei nº 6.494/77, que disciplina o contrato de estágio, violadas em face do ingresso no DETRAN (RJ), sem concurso público, de verdadeiros empregados, de forma camuflada, como estagiários.** Embargos de declaração providos.

**RR 742427/2001.9**

**4ª TURMA – DJU de 18.02.2005**

**RECURSO DE REVISTA. CEPISA. AÇÃO CIVIL COLETIVA. LEGITIMIDADE ATIVA DO SINDICATO. TRANSFERÊNCIA DE EMPREGADOS.** Nos termos do art. 8º, III da CF/88 e do art. 5º da Lei nº 7.347/85, o sindicato é parte legítima para propor Ação Civil Pública, quando se trata de interesses difusos, coletivos e, na espécie, individuais homogêneos, por aplicação subsidiária do Código de Defesa do Consumidor às ações coletivas, em seu art. 82, destacando-se que a LC nº 75/93 apenas cuida das atribuições do Ministério Público do Trabalho, perante a Justiça do Trabalho, dentre elas a propositura de Ação Civil Pública, e segundo os limites de competência daquele órgão, não tendo o condão de monopolizar tal competência ao *parquet*. Revista que se nega provimento.

**RR-01.630/2000-007-17-00.1 – 1ª Turma – Rel. desig. Min. Emmanoel Pereira – DJU de 27.05.2005**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESERVAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA. NORMAS REFERENTES AO LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E A CONCESSÃO OBRIGATÓRIA DE INTERVALO INTRAJORNADA E ENTREJORNADA.**

1. Ainda que considerada a relevância consistente no pagamento de horas extraordinárias, é fator a causar grave lesão à ordem jurídica a prática habitual de ato do empregador que obriga determinado grupo de trabalhadores a prestar horas extras além do limite legal de duas horas diárias, sonogando-lhes, além disso, o direito ao intervalo interjornada de, no mínimo, 11 horas. Isso decorre da evidência de que a inobservância de direitos assegurados por décadas na Consolidação das Leis do Trabalho é suficiente para causar o caos e, por conseguinte, o desequilíbrio na relação entre o poder e o arbítrio, dando-se prevalência ao segundo. **A ação civil pública não é instituto jurídico de efeito meramente “reparatório”. Como se sabe, o bem jurídico que se busca tutelar mediante o ajuizamento da ação civil pública é diversas vezes maior que a própria reparação, motivo por que não é possível se admitir que o magistrado, diante do reiterado desrespeito à legislação trabalhista, possa eximir o empregador da obrigação de, fielmente, obedecer aos ditames da lei, pautando-se no fato de a percepção de horas extras representar um *plus* salarial. Persistindo tal raciocínio, não há dúvida de que o passo a ser dado pelo empregador será outro: o esvaziamento da norma até que se opere sua exclusão do mundo jurídico.**

2. Recurso de revista parcialmente conhecido e desprovido.

**ROAR-56.000/2002-900-03-00.1 – Rel. Min. Barros Levenhagen – SBDI-2 – DJU de 03.06.2005**

**RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS DIFUSOS. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE.** 1 - A sentença rescindenda foi proferida nos autos da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 3ª Região, na qual a reclamada foi condenada à **obrigação de fazer e de não fazer**, nos seguintes termos: a) submeter ao sindicato profissional ou à autoridade do Ministério do Trabalho os termos de rescisão contratual de seus empregados com mais de um ano de serviço, para fins de homologação, nos moldes do art. 477, § 1º, da CLT; e b) se abster de utilizar a Justiça do Trabalho como órgão meramente homologador de rescisão de contrato de trabalho, mediante lides simuladas. 2 - A discussão, na verdade, gira em torno não do direito material tutelado, mas de direito processual (lide simulada impedimento de a empresa fazer acordo, sem a chancela do

sindicato profissional ou da autoridade do Ministério do Trabalho, e legitimidade de o Ministério Público para ajuizar ação civil pública para defender direitos difusos). 3 - Os elementos dos autos sinalizam para a certeza de os ajustes terem sido firmados em benefício dos transatores, segundo o critério legal de concessões recíprocas, com o objetivo de pôr fim e de prevenir futuros litígios, na conformidade do art. 840 do Código Civil, ajuste que na verdade beneficiara os empregados da reclamada, considerando que na oportunidade se encontrava em difícil situação econômico-financeira, reconhecida expressamente no depoimento colhido. 4 - A suposta simulação do processo não é motivo para invalidação do acordo, visto que a invalidação da transação remete necessariamente à ocorrência de um dos vícios de consentimento ou defeitos de forma da transação subjacentes à decisão homologatória, na conformidade do disposto nos arts. 107, 171, inc. II, e 849, caput, do Código Civil. **5 - Cabia ao Ministério Público comprovar a existência de vício de vontade na celebração dos acordos, ônus do qual não se desincumbiu, não se prestando a esse propósito o fato de não ter sido configurada a existência de litígio em uma das reclamações trabalhistas propostas contra a reclamada.** 6 - Acresça-se o disposto no art. 57, caput, da Lei nº 9.099/95, aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho, segundo o qual “o acordo extrajudicial, de qualquer natureza ou valor, poderá ser homologado, no juízo competente, independentemente de termo, valendo a sentença como título executivo judicial.”

JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. As disposições da Lei nº 1.060/50 não se aplicam à pessoa jurídica, porquanto, ao estabelecer normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, refere-se necessariamente à pessoa física, cuja situação econômica não lhe permita custear as despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento ou da família. Embora alguns tribunais recente e timidamente venham admitindo essa possibilidade, exige-se demonstração cabal da inviabilidade de arcar com as despesas do processo, hipótese indiscernível em relação ao recorrente. Recurso parcialmente provido.

**E-RR-337.490/1997.8 – Rel. Min. Carlos Alberto Reis de Paula – SBDI-1 – DJU de 10.06.2005**

**EMBARGOS. ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DO SINDICATO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Verifica-se do que dispõem os artigos 129, § 1º, e 8º, inciso III, da CF/88, que há legitimidade concorrente do sindicato com o Ministério Público do Trabalho para a propositura da ação civil pública visando a defesa de interesses difusos e coletivos.

**COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA. SEGURANÇA BANCÁRIA.** O **Tribunal Pleno** desta Corte, em Sessão realizada em 03/03/2005, julgando o incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado no **E-RR-359.993/1997.3**, decidiu no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para julgar matéria relacionada à **segurança bancária**. Conclui-se que se refere a interesse coletivo de natureza trabalhista, relativo à segurança, prevenção e meio ambiente do trabalho. Recurso de Embargos não conhecido.

**AIRR 47.561/2002-900-04-00.4 – 1ª Turma, Rel. Min. Lélío Bentes Correa – DJU de 02.09.2005**

**INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA APRECIAR A DEMANDA.** O Ministério Público do Trabalho formulou pedido no sentido de que o empregador se abstenha de exigir de seus empregados uma determinada atividade, no caso o transporte de valores, para a qual não estão preparados. Resulta clara, daí, a pertinência do artigo 114 da Constituição Federal de 1988, visto que as pessoas tuteladas na ação são os atuais e futuros empregados do reclamado (ora Agravante), revestindo-se a matéria de cunho estritamente trabalhista.

**INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DA VARA DO TRABALHO PARA JULGAR A DEMANDA.** O Regional não analisou a questão da competência funcional da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar a demanda, carecendo o tema do indispensável prequestionamento a teor do disposto na Súmula nº 297 do TST.

**INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA.** Não se configura o alegado cerceio de defesa, tendo em vista que o agravante contestou toda matéria suscitada pelo autor. A petição inicial não padece dos vícios elencados no artigo 295 do CPC, pois os fundamentos do pedido são claros.

**NULIDADE DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS PELO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. MULTA DEFERIDA SEM JUSTIFICATIVALEGAL.** Não

se reconhece a alegada negativa de prestação jurisdicional. O Regional expressamente consignou o fundamento pelo qual foi deferida a multa, tendo justificado o valor fixado para tal cominação.

**ALTERAÇÃO DE NORMA COLETIVA. INVALIDADE E TRANSPORTE DE VALORES.** A decisão do Regional lastreou-se no fato de que o instrumento normativo não pode dispor contra a lei, no caso os artigos 2º e 3º da Lei nº 7.102/83 e 3º e 5º da Lei nº 9.017/95, uma vez que **o Banco exigia de seus empregados o transporte de valores sem qualquer preparo para tanto, em flagrante contrariedade a esses dispositivos legais. Intacto o artigo 5º, incisos II e XXXVI, da Constituição Federal.**

**LIMITAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. AMPLIAÇÃO.** Na esteira da atual jurisprudência do TST, não há como se extrair ofensa direta e literal do artigo 16 da Lei nº 7.347/85, com a redação introduzida pela Lei nº 9.494/97. Agravo a que se nega provimento.

**RR 763.390/2001.0 – 5ª Turma, Rel. Juiz Convocado José Pedro de Camargo – DJU de 04.11.2005**

**RECURSO DE REVISTA MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - LEGITIMIDADE - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - INTERESSES COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS DE EMPREGADOS DE UMA EMPRESA - JORNADA DE TRABALHO.**

O Ministério Público do Trabalho, por meio de sua Procuradoria Regional, detém legitimidade para ajuizar ação civil pública visando à tutela dos interesses coletivos e/ou individuais homogêneos dos trabalhadores de uma empresa (ainda que composta de pequeno número de empregados) para assegurar o cumprimento da ordem jurídica no que respeita à jornada de trabalho, no caso, dentre outras pretensões, impedir prorrogação habitual superior a duas horas, respeitar intervalo mínimo de 11 horas entre jornadas e conceder repouso semanal de 24 horas, com efeitos imediatos e futuros. Recurso conhecido e provido.

**28/12/2005**

**JT tem competência para examinar constitucionalidade de lei**

Cabe à Justiça do Trabalho (JT) o exame de ação civil pública em que se questiona a constitucionalidade de lei municipal que promoveu a conversão do regime celetista de trabalho em regime jurídico único. A afirmação da competência da JT foi feita pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao deferir recurso de revista ao Ministério Público do Trabalho (MPT) da 19ª Região (com atuação em Alagoas), movido contra o município alagoano de Atalaia.

A iniciativa do MPT foi motivada pela inexistência de previsão de concurso público para a seleção de servidores e o respectivo preenchimento dos cargos municipais. A transposição do regime da CLT para o estatutário, segundo o MPT, teria de obedecer o requisito previsto no art. 19 das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A ação civil pública também questiona a perda dos direitos trabalhistas pelos empregados anteriormente vinculados à CLT.

A primeira instância julgou a JT incompetente para o exame da matéria, entendimento que foi confirmado, posteriormente, pelo Tribunal Regional do Trabalho alagoano. Afirmaram ser inviável, no âmbito da Justiça do Trabalho, o exame da necessidade de concurso público para a transposição dos servidores. “Não nos cabe declarar a inconstitucionalidade de lei em tese”, concluiu o TRT.

O MPT obteve posicionamento favorável após a análise de seu recurso de revista. Segundo a relatora do recurso no TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, a alegação de inconstitucionalidade teve caráter incidental e não direto como afirmava o TRT alagoano.



A relatora observou que o chamado controle de constitucionalidade abstrato (direto) frente à Constituição da República, é realizado pelo Supremo Tribunal Federal, e, o das normas estaduais e municipais, em relação à Constituição Estadual, é feito pelo Tribunal de Justiça do Estado. Nesse tipo de situação, o pedido resume-se a declarar a norma como inconstitucional.

Quando o pedido de inconstitucionalidade tem aspecto incidental, esclareceu Cristina Peduzzi, tem-se o controle difuso de constitucionalidade, prerrogativa de todos os magistrados. Nesta circunstância, busca-se a solução de uma controvérsia por meio do exame da validade da norma diante do texto constitucional.

A análise do caso concreto levou à conclusão de que o pedido principal da ação civil pública do MPT foi o da reversão dos empregados celetistas ao regime em que foram contratados. “Apenas incidentalmente o Ministério Público requer o pronunciamento da inconstitucionalidade do artigo 216 da Lei Municipal nº 774/93”, explicou a ministra do TST.

A constatação levou à confirmação da competência da JT para o exame da ação, o que implicou no retorno dos autos à primeira instância trabalhista a fim de que julgue o processo proposto pelo MPT. **(RR 674543/2000.8)**

**20/01/2006**

#### **TST restabelece proibição de terceirização na Codeplan (DF)**

A Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (Codeplan), órgão do Governo do Distrito Federal, está impedida de contratar mão-de-obra terceirizada e terá de dispensar trabalhadores que estão atuando de forma irregular. A medida decorre de determinação do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Rider Nogueira de Brito, que deferiu pedido de suspensão de segurança formulado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A estimativa é a de que 2 mil trabalhadores estejam desempenhando funções próprias da Codeplan sem a observância da regra constitucional do concurso público.

A Codeplan teria cedido 478 de seus servidores efetivos a outros órgãos enquanto procedia a contratação de terceirizados. “Este fato, por si apenas, demonstra que o administrador público, no caso, encontrou no instituto da terceirização meio eficaz para burlar a regra do art. 37, II, da Constituição Federal, que exige concurso público para a investidura em cargo ou emprego público”, considerou o ministro Rider de Brito, que registrou, ainda, o fato de a Codeplan também ter disponibilizado terceirizados para outros órgãos, “se portando como autêntico agenciador de mão-de-obra terceirizada, atividade incompatível com a moralidade pública”.

A decisão do TST restabelece os efeitos de liminar em ação civil pública pedida pelo MPT e deferida anteriormente pela 19ª Vara do Trabalho de Brasília. A proibição de contratação sem concurso, imposta pela primeira instância, estava suspensa por intermédio de uma outra liminar, solicitada pela Codeplan e deferida pelo vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (com jurisdição no DF e Tocantins).

O argumento utilizado pelo MPT para o restabelecimento da liminar da 19ª Vara do Trabalho foi o do dispêndio “de milhões e milhões de reais” com contratações trabalhistas totalmente irregulares. Também apresentou dados e cópias de contratos da Codeplan com empresas de terceirização e a informação de que o órgão forneceria, sem licitação pública, pessoal para a Câmara Legislativa do DF.

A terceirização decorreu contratos de gestão firmados entre a Codeplan e o Instituto Candango de Solidariedade (ICS), considerados pelo Tribunal de Contas do DF a formalização de “uma relação

contratual ilegal e antieconômica”. A prática irregular teve início em fevereiro de 1999 e estendeu-se até agosto do ano passado, quando expirou o último contrato entre Codeplan e ICS. Conforme o MPT, também foram firmados contratos com várias prestadoras de serviços, “por valores que alcançam muitos milhões de reais, com dispensa de licitação”.

A documentação apresentada no pedido do MPT levou ao restabelecimento da decisão de primeira instância. “Em princípio, os elementos carreados aos autos indicam a necessidade imperiosa de se coibir de forma imediata os procedimentos ilícitos adotados pela requerida (Codeplan), a fim de preservar o erário, bem como garantir a aplicação dos princípios da moralidade, impessoalidade e legalidade”, concluiu o ministro Rider de Brito. **(SS 165181/2006-000-00-00.9)**

**RR 712.104/2000.3 – 2ª Turma – DJU de 10.02.2006**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANOTAÇÃO NA CTPS E FÉRIAS. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Com a Constituição Federal de 1988 foi alargada a instrumentalidade da ação civil pública para a defesa de quaisquer interesses metaindividuais da sociedade, bem como conferiu-se ao Ministério Público a condição de legitimado por excelência para propor a referida ação coletiva, ao incumbir-lhe a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Assim, **é o Ministério Público do Trabalho parte legítima para propor ação civil pública que tem por objeto a defesa de direitos sociais, constitucionalmente assegurados, relativos a férias e anotação da CTPS,** cujo descumprimento atinge uma coletividade de trabalhadores. Recurso conhecido e provido.

**E-RR 573.110/98 – SBDI-1 – DJU 13.12.2002**

**EMBARGOS. VIOLAÇÃO AO ART. 896, “C”, DA CLT. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** O Ministério Público do Trabalho tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses individuais homogêneos. A situação da sociedade cooperativa, em que se denuncia a fraude no propósito de **intermediação de mão-de-obra**, com a não formação do vínculo empregatício, configura direito individual homogêneo revestido de interesse social relevante. Embargos conhecidos e providos. **(ERR573110/98, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Rel. Juiz Convocado Vieira de Mello Filho, DJU 13.12.2002)**

**RR 665.141/2000.8 – 4ª Turma - DJU de 26.03.2004**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA – INCLUSÃO EM ASSEMBLÉIA GERAL.**

Dada a atuação do Ministério Público do Trabalho, por meio de ação civil pública, calcada na garantia da ordem jurídica trabalhista em defesa dos direitos trabalhistas daqueles que, organizados ou não, aguardam a reparação da ordem jurídica lesionada, tem-se como inequívoca a competência desta Justiça do Trabalho para processar e julgar a ação civil pública intentada. Assim, é competente a Justiça do Trabalho para dirimir

pleito de contribuição confederativa estabelecida em Assembléia Geral do Sindicato Profissional. Recurso de revista conhecido e provido.

**E-RR-379.855/1997.1 – DJU de 25.06.2004**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS COLETIVOS E DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS INDISPONÍVEIS.** Na dicção da jurisprudência corrente do exc. Supremo Tribunal Federal, os direitos individuais homogêneos nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que **todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos) passíveis de tutela mediante ação civil pública, são coletivos.** Consagrando interpretação sistêmica e harmônica às leis que tratam da legitimidade do Ministério Público do Trabalho (artigos 6º, VII, letras c e d, 83 e 84 da LC 75/93), **não há como negar a sua legitimidade para propor ação civil pública para tutelar direito individual homogêneo.** Imperioso observar, apenas, em razão do disposto no artigo 127 da Constituição Federal, que **o direito a ser tutelado deve revestir-se do caráter de indisponibilidade.** Recurso de Embargos conhecido e provido.

**RR 488.652/1998 – DJU de 28.06.2002**

**RECURSO DE REVISTA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMPRIMENTO DE NORMAS SOBRE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** Diferentemente do entendimento adotado pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, é manifesta a competência da Justiça do Trabalho para instruir e julgar ação civil pública proposta pelo Ministério Público em defesa da ordem jurídica trabalhista, consubstanciada na tutela coletiva do direito dos empregados da empresa Recorrida ao cumprimento de normas sobre segurança e medicina do trabalho. Regra geral, é pela natureza da relação jurídica substancial litigiosa que se faz a distinção entre as várias Justiças do sistema judiciário nacional, sendo atribuído constitucionalmente à Justiça do Trabalho a competência para julgar, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, a teor do art. 114, 2ª parte, da Constituição da República, de 1988. Por sua vez, o art. 129 da Carta Magna estabelece, como função institucional do Ministério Público, promover ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. E, a Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, atribuiu ao Ministério Público do Trabalho, expressamente, a legitimação ordinária para promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, caput, e inc. III). Trata-se, na espécie, de direito coletivo de índole trabalhista, estando o Ministério Público do Trabalho legitimado à sua defesa por via da ação civil pública, que será proposta em Vara da Justiça do Trabalho (art. 2º da Lei nº 7.347, de 24-7-1985 LACP). Precedentes do TST e do STF. **(TST, RR - 488652/1998, DJ - 28/06/2002, Juiz Convocado Walmir Oliveira da Costa)**

**ROAA 109/2003-000-24-00.7 - SDC, Rel. Min. José Luciano de Castilho Pereira - DJU de 08.10.2004**

**AÇÃO ANULATÓRIA. CLÁUSULAS DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. PERDA DO OBJETO POR HAVER EXPIRADO O PRAZO NELA FIXADO.**

As condições pactuadas em Convenção Coletiva de Trabalho integram o contrato de trabalho provisoriamente e, **ainda que expirado o prazo de vigência do instrumento normativo, no qual se inserem as cláusulas objeto da ação anulatória, permanece a possibilidade de os direitos serem discutidos com ação própria dentro dos prazos prescricionais** previstos no art. 7º, inciso XXIX, da Constituição Federal. **Recurso Ordinário em Ação Anulatória conhecido e provido.**

RR 1.630/2000-007-17-00-1 – 1ª Turma, Rel. Min. Emmanoel Pereira – DJU de 27.05.2005

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESERVAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA. NORMAS REFERENTES AO LIMITE MÁXIMO DE HORAS EXTRAORDINÁRIAS E A CONCESSÃO OBRIGATÓRIA DE INTERVALO INTRAJORNADA E ENTREJORNADA.**

1. Ainda que considerada a relevância consistente no pagamento de horas extraordinárias, é fator a causar grave lesão à ordem jurídica a prática habitual de ato do empregador que obriga determinado grupo de trabalhadores a prestar horas extras além do limite legal de duas horas diárias, sonogando-lhes, além disso, o direito ao intervalo interjornada de, no mínimo, 11 horas. Isso decorre da evidência de que a inobservância de direitos assegurados por décadas na Consolidação das Leis do Trabalho é suficiente para causar o caos e, por conseguinte, o desequilíbrio na relação entre o poder e o arbítrio, dando-se prevalência ao segundo. **A ação civil pública não é instituto jurídico de efeito meramente “reparatório”. Como se sabe, o bem jurídico que se busca tutelar mediante o ajuizamento da ação civil pública é diversas vezes maior que a própria reparação, motivo por que não é possível se admitir que o magistrado, diante do reiterado desrespeito à legislação trabalhista, possa eximir o empregador da obrigação de, fielmente, obedecer aos ditames da lei, pautando-se no fato de a percepção de horas extras representar um *plus* salarial. Persistindo tal raciocínio, não há dúvida de que o passo a ser dado pelo empregador será outro: o esvaziamento da norma até que se opere sua exclusão do mundo jurídico.**

2. Recurso de revista parcialmente conhecido e desprovido.

RR 774.132/2001.3 – 4ª turma – DJU de 07.10.2005

**RECURSO DE REVISTA. ILEGITIMIDADE “AD CAUSAM” DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE MÃO-DE-OBRA. VÍNCULO DE EMPREGO. INCISO III DO ARTIGO 83 DA LEI COMPLEMENTAR N.º 75/93. PROVIMENTO.** A Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, atribui ao Ministério Público a competência para promover Ação Civil Pública para a proteção de interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (artigo 6.º, alínea “d”). No entanto, especificamente quanto ao Ministério Público do Trabalho, estabelece o artigo 83, em seu inciso III, da Lei Complementar n.º 75/93, que ‘compete a este Órgão promover a Ação Civil Pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais, constitucionalmente garantidos’. A hipótese dos autos revela-se bastante peculiar, já que remete à utilização de empresa interposta para fins de contratação de pessoal, em completo desrespeito à legislação que trata da intermediação de mão-de-obra, ficando patente a tentativa da Reclamada em utilizar tal expediente para burlar os direitos trabalhistas dos envolvidos (arts. 6.º e 7.º da Constituição Federal). Portanto, havendo previsão legal expressa atribuindo legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa dos direitos levados a efeito na presente Reclamatória, deve a Revista ser provida, afastando-se a extinção do processo declarada pela instância julgadora regional e determinando-se o retorno dos autos à origem, para que prossiga no julgamento do apelo ordinário da Reclamada, superada a questão relativa à legitimidade do ‘Parquet’ para propor a presente Ação Civil Pública.

RR 729.121/2001.0 – 5ª Turma – DJU de 04.11.2005

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS. EMPREGADOS NÃO-ASSOCIADOS.** No mérito, como corolário do conhecimento do recurso de revista por violação do art. 8º, V, da Constituição Federal, seu provimento é medida que se impõe, a fim de adequar a decisão recorrida à jurisprudência desta Corte Superior, consubstanciada no Precedente Normativo nº 119 da SDC e, em consequência, julgar procedente os pedidos formulados na petição inicial da ação civil pública (letras “a”, “b” e “c”). **Por todo o exposto, dou provimento ao recurso de revista, para julgar procedente o pedido formulado na petição inicial da ação civil pública e, em consequência, condenar os réus a não mais incluírem nos instrumentos coletivos de trabalho que vierem a celebrar, entre si ou com outras entidades sindicais, cláusula que traga a imposição de contribuição a ser descontada dos salários dos trabalhadores não filiados a sindicato profissional, sob a denominação de taxa assistencial ou para custeio do sistema confederativo ou sob qualquer outra rubrica, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$1.000,00 (mil reais) por dia, a partir da vigência da norma coletiva, a reverter ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Custas, pelos réus, de R\$ 200,00 (duzentos reais), calculadas sobre o valor atribuído à causa na inicial.**

**ED-RR 1.630/2000-007-17-00.1 – 1ª Turma, Rel. Emmanoel Pereira – DJU de 17.03.2006**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSIÇÃO DE PENA DIÁRIA. ARTIGO 11 DA LEI Nº 7.347/85. POSSÍVEL VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5º, II, LIV E XXII, E 170, CAPUT, II E III, DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. CONTRARIEDADE À ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL Nº 54 DA SBDI-1. INEXISTÊNCIA.**

1. A fixação de multa que assegure a eficácia de imposição de obrigação de não fazer imposta por sentença de ação civil pública tem amparo em expressa disposição de lei (artigo 11 da Lei nº 7.347/85) e, portanto, não importa em violação dos artigos 5º, II, LIV e XXII, e 170, *caput*, II e III, da Constituição Federal de 1988.
2. Com efeito, a referida multa não se confunde com a cláusula penal estabelecida no artigo 920 do Código Civil de 1916, cuja interpretação ensejou a edição da Orientação Jurisprudencial nº 54 da SBDI-1, pois, na ação civil pública cujo objeto é uma obrigação de não-fazer, não há sequer condenação em pecúnia que possa ser o principal em relação à multa diária prevista no artigo 11 da Lei nº 7.347/85.
3. Embargos de declaração providos para sanar omissão e contradição, sem efeito modificativo.

**04/05/2006**

**TST considera MPT legítimo em ação contra demissões em MG**

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu, em julgamento de recurso de revista, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento de ação contra a dispensa de empregados portadores de estabilidade acidentária da Sumidenso do Brasil Indústria Elétrica Ltda., sediada em Mateus Leme/MG. Em ação civil pública, o MPT pedia a declaração da ilicitude das dispensas e da contratação de mão-de-obra terceirizada pela empresa, entre outros itens – entre eles, registro de jornada de trabalho, dispensa imotivada de empregados participantes de movimento grevista, livre exercício de atividade sindical e indenização por danos de natureza coletiva.

A 1ª Vara do Trabalho de Betim julgou o pedido parcialmente procedente e condenou a Sumidenso a

cumprir as obrigações de não dispensar imotivadamente os trabalhadores portadores de estabilidade acidentária e de permitir a anotação da real e efetiva jornada de trabalho nos controles de ponto pelos empregados. Foi fixada multa para o caso de descumprimento.

A empresa recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (3ª Região), que acolheu suas alegações de ilegitimidade do Ministério Público para ajuizar esse tipo de ação e declarou o processo extinto sem julgamento do mérito. O MPT veio então ao TST, por meio de recurso de revista, sustentando sua legitimidade para o ajuizamento da ação civil pública que visa à proteção dos direitos pedidos. Segundo o MPT os trabalhadores protegidos são identificáveis e os interesses defendidos são sociais.

A controvérsia, no caso, trata da legitimidade do MPT para propor esse tipo de ação. A relatora do recurso de revista, ministra Maria Cristina Peduzzi, começou pela identificação da natureza dos direitos pedidos. Diferentemente do TRT, a ministra entendeu que a ação envolve interesses individuais homogêneos. “Consideram-se direitos individuais homogêneos os decorrentes de origem comum”, assinalou ela em seu voto. “É essa comunidade que confere semelhança – mas não igualdade – aos direitos, recomendando, assim, a defesa conjunta.”

No processo em questão, a relatora observou que “os titulares dos direitos lesados – os empregados – estão vinculados ao suposto causador do dano – o empregador – por um vínculo que lhes é comum: a relação de emprego.” Além disso, a ação visa “proteger todo um grupo de trabalhadores, denotando a inserção dos direitos defendidos no campo dos interesses coletivos. Diante desses elementos, conclui-se tratar, no caso, de direitos individuais homogêneos”, afirmou a ministra.

Conforme registrado no voto da ministra Cristina Peduzzi, a redação da Lei Complementar nº 75/93 (artigo 83, III) estabelece “a legitimidade do Ministério Público para a defesa judicial de direitos individuais homogêneos, enquanto subespécie dos direitos coletivos. Além disso, no caso, a relevância social dos direitos defendidos fundamenta a atuação do MPT, como prevê a Constituição federal”, concluiu.

Por unanimidade, a Terceira Turma declarou a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho e determinou o retorno do processo ao TRT de Minas Gerais, para que prossiga no julgamento do recurso ordinário. (RR 1476/2001-026-03-00.3)

**ROAR 215/2004-000-10-00.8 – SBDI-2, Relator Ministro Barros Levenhagen – DJU 31.03.2006**

**AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO. ILEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM*.**

Nos termos do art. 487 do CPC, possui legitimidade para propor a ação, dentre outros, quem foi parte no processo ou o terceiro juridicamente interessado. **Além de não terem figurado como parte na ação civil pública cuja decisão visam rescindir, os autores não ostentam a condição de terceiros juridicamente interessados de modo a legitimar sua atuação na forma do art. 487, II, do CPC. Isso diante da ausência de vínculo de dependência e conexão entre a relação trabalhista existente entre os autores da rescisória e a União e a relação jurídica estabelecida entre a União e o Ministério Público.** Estão assim os autores enquadrados na classe dos terceiros juridicamente indiferentes, pois os efeitos da decisão rescindenda em nada repercutem no ponto de vista jurídico na sua relação com a União. **O fato de a União, em face do acordo celebrado com o Ministério Público, não mais poder se utilizar da mão-de-obra dos autores, não os legitima a ajuizar a ação rescisória, considerando que seu interesse não é jurídico, mas meramente econômico.** Dessa forma, avulta a ilegitimidade ativa *ad causam* a ensejar a extinção do feito sem julgamento do mérito.

RR 694.466/00.7 - REL. MIN. HORÁCIO SENNA PIRES - 6ª TURMA - DJU DE

**RECURSO DE REVISTA DO ESTADO DO AMAZONAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COOPERATIVA DE TRABALHO. POSSÍVEL FRAUDE A DIREITOS SOCIAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** A jurisprudência da e. SBDI-I, ao examinar os dissídios individuais envolvendo o Estado Reclamado e os integrantes de cooperativas denunciadas fraudulentas como aquela integrante do pólo passivo da presente ação civil pública, tem invariavelmente concluído pela competência da Justiça do Trabalho, com fundamento na premissa de que o desvirtuamento da prestação autônoma de serviços daquelas cooperativas implica a possibilidade de existência de vínculo de emprego e a conseqüente competência deste ramo do Poder Judiciário para dizer o direito. *Mutatis mutandis*, tratando-se a presente ação civil pública da caracterização, em tese, de fraude trabalhista decorrente de contratação de empregados por cooperativa interposta, em prejuízo do direito coletivo dos trabalhadores do Estado do Amazonas, inequívoca, pela mesma razão adotada pela e. SBDI-I nos dissídios individuais, a inexistência de violação do artigo 114 da Constituição Federal de 1988 pelo acórdão do Regional que conclui pela competência da Justiça do Trabalho.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE PEDIDO MERAMENTE DECLARATÓRIO. ARTIGO 3º DA LEI Nº 7.347/85.** Não obstante a assertiva do Regional de que a pretensão deduzida pelo *Parquet* Trabalhista seja meramente declaratória no que tange à Cooperativa ré – a saber, sua inidoneidade para atuar como prestadora de serviços -, está também consignado que, no que tange ao Município de Manaus e ao Estado do Amazonas, o pedido da presente ação civil pública tem natureza condenatória, a saber, a obrigação de aquelas duas pessoas jurídicas de direito público não contratarem trabalhadores da referida cooperativa. Nesse contexto, longe de incorrer em violação do artigo 3º da Lei nº 7.347/85, o Regional deu-lhe perfeita e escorreita aplicação.

**COOPERATIVA DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE DE CONVÊNIO COM O ESTADO DO AMAZONAS E O MUNICÍPIO DE MANAUS. ARTIGOS 25 E 116 DA LEI Nº 8.666/93.** A validade formal do convênio firmado com a Cooperativa ré não foi objeto de apreciação explícita pelo e. Regional, que se limitou a examinar a irregularidade de constituição e funcionamento da cooperativa e ainda a prática habitual de fornecimento de mão-de-obra exercente de funções tipicamente administrativas do Estado do Amazonas e do Município de Manaus, e não de profissionais de limpeza, que são o objeto social da cooperativa. Nesse contexto, inviável cogitar-se de violação dos artigos 25 e 116 da Lei nº 8.666/93, por óbice da Súmula nº 297 do TST e da Orientação Jurisprudencial nº 256 da e. SBDI-I.

**MULTA APLICADA AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO ESTADO RÉU. ARTIGO 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.** Nas razões de embargos de declaração do Estado do Amazonas foi indicada como omissão a matéria relativa à alegada rescisão do convênio com a Cooperativa ré, e a possível ilegitimidade passiva *ad causam* na presente ação, combinada com a aparente incidência do artigo 462 do CPC – particularidades jurídicas a respeito das quais não havia o Regional se pronunciado quando do julgamento dos recursos voluntários e da remessa *ex officio*. Saliente-se que, ainda que não entendesse o Regional não ser o caso de incidência do artigo 462 do CPC – a qual, no processo do trabalho, está pacificada por meio da Súmula nº 462 do TST - quanto a tal particularidade jurídica, era direito da parte obter pronunciamento judicial explícito, como consagrado pela reiterada jurisprudência deste c. Tribunal. Nesse contexto, plenamente caracterizada a hipótese de que trata o artigo 535, II, do CPC, inequívoca a conclusão de que foi indevida a aplicação da multa aos embargos de declaração do Estado réu. **Recurso de revista do Estado do Amazonas parcialmente conhecido e provido. Recurso do Município prejudicado.**

10/07/2006

TST rejeita tese de invasão de privacidade em faculdade baiana

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou agravo de instrumento do Ministério Público do Trabalho (MPT) por considerar que a instalação de câmeras de vídeo nas Faculdades Integradas Olga Mettig (Bahia) não caracteriza invasão de privacidade. A relatora do recurso no TST, ministra Maria Cristina Peduzzi, afirmou que a “instalação de câmeras de vídeo teve por fim a proteção do estabelecimento de ensino e das pessoas que lá se encontram”.

O MPT alegou na ação que o empregador desrespeitou o direito à intimidade dos empregados ao instalar equipamento audiovisual em locais onde há prestação de serviços. Segundo o MPT, a instalação das câmeras intimidam empregados e alunos, e por isso, haveria violação do artigo 206-II da Constituição Federal, segundo o qual o ensino será ministrado com base na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento.

A decisão do TST manteve a tese do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (Bahia), a qual enfatizou que a instalação do equipamento visa a segurança do meio ambiente de trabalho, “tanto que as câmeras de vídeo somente foram colocadas em locais nos quais há circulação em geral de pessoas, nos quais o acesso é permitido não só a empregados e estudantes, mas também a terceiros”.

Os direitos previstos no artigo 206 da Constituição dizem respeito à liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, os quais, segundo a decisão do TST, “não foram ameaçados pela instalação de câmeras de vídeo na portaria, na tesouraria e no estacionamento de instituição de ensino”, segundo voto da ministra Maria Cristina Peduzzi.

Segundo a ministra relatora, o objetivo das câmeras era evitar furtos e roubos, pois elas não estão posicionadas em locais reservados à intimidade dos empregados como banheiros, cantinas, refeitórios ou salas de café, onde seria inadmissível a fiscalização pelo patrão. Consta também no processo documento que prova que os empregados tinham ciência da instalação das câmeras, de modo que “as filmagens não são feitas de modo sorrateiro, evitando, assim, que haja gravação de eventual situação inocente, porém constrangedora aos empregados”. (AI-RR – 1830/2003-011-05-40.6)

Paulo,  
além dessa ação tem a ACP contra a Transeguro que foi julgada a semana passada na 6ª Turma do TST com o mesmo tema (entre outros), em que foi acrescida a **condenação por indenização por dano moral coletivo**.

**RR 1.156/2004-004-03-00.9**

Um abraço,

Adriane

### **TST afirma prerrogativa da substituição processual a sindicato**

Publicado em 7 de Novembro de 2006 às 12h41

A **Seção Especializada em Dissídios Individuais – 1 (SDI-1)** do Tribunal Superior do Trabalho assegurou, com base em voto do ministro João Batista Brito Pereira, o exame de recurso proposto por sindicato na condição de substituto processual da sua categoria profissional. A decisão unânime da SDI-1 concedeu embargos em recurso de revista ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Ladrilhos Hidráulicos, Produtos de Cimento e Artefatos de Cimento Armado de Curitiba, que acionou a Eternit S/A a fim de reivindicar o pagamento de horas extras.

O posicionamento da SDI-1 reformou decisão tomada anteriormente pela Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em abril de 2001, à época em que ainda estava em vigor a Súmula nº 310 do TST. Esse item da jurisprudência do TST restringia a possibilidade de substituição processual pelo sindicato a



algumas hipóteses, como a discussão sobre reajustes salariais previstos em lei.

Com base nessa jurisprudência, a Quarta Turma deferiu recurso de revista à Eternit para cancelar decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (Paraná) favorável ao sindicato. O julgamento determinou a extinção do processo sem julgamento de mérito, conforme previsão da legislação processual civil (artigo 267, inciso VI, CPC).

Um novo exame sobre o tema foi submetido à SDI-1 pela entidade sindical, que interpôs embargos em recurso de revista. A alegação foi a de violação ao artigo 8º, inciso III, do texto constitucional. O dispositivo estabelece que “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

Durante o julgamento da SDI-1, o ministro Brito Pereira registrou a mudança de entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, o que levou ao cancelamento posterior da Súmula nº 310. “A jurisprudência desta SDI-1 firmou-se no sentido de que a substituição processual, tal como prevista no referido dispositivo (artigo 8º, inciso III), abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal como subespécie de interesses coletivos”, explicou o relator.

“O sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual, no caso, em que se busca o pagamento de horas extras”, acrescentou o ministro Brito Pereira, ao votar pelo retorno dos autos à Quarta Turma do TST a fim de que, afastada a ilegitimidade sindical, examine o direito ou não da categoria profissional às horas extras.(ERR 509819/1998.0)

### **TST confirma validade de acordo entre MPT e estatal de Roraima**

Publicado em 9 de Novembro de 2006 às 13h17

A **Seção Especializada em Dissídios Individuais – 2 (SDI-2)** do Tribunal Superior do Trabalho confirmou, segundo voto do ministro Gelson de Azevedo (relator), a validade de **acordo judicial firmado entre a Companhia de Água e Esgotos de Roraima (Caer) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 11ª Região (Amazonas e Roraima), além do Ministério Público estadual. Os termos do acordo estabelecem a obrigatoriedade da realização de concurso para todos os empregos públicos do quadro de pessoal da Caer e o afastamento de todos os empregados contratados sem tal exigência.**

A homologação do acordo judicial decorreu de ação civil pública movida pelo MPT na primeira instância trabalhista de Roraima. A primeira cláusula do acerto previu a realização, num prazo de oito meses, de concurso(s) público(s) para o preenchimento dos cargos, sob pena de multa diária. Os empregados não concursados da Caer, com exceção dos ocupantes de cargos de comissão (livre nomeação), tiveram o desligamento previsto num prazo de 12 meses, contados a partir da realização do concurso público.

Esses e outros termos do acordo foram submetidos à SDI-2 pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Roraima, que ingressou no TST com recurso ordinário em ação rescisória contra a homologação do acordo. A contrariedade do sindicato já havia sido afastada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (Amazonas e Roraima), que considerou válido o acordo homologado em juízo.

**Para o sindicato e seus representados, o acordo judicial deveria ser considerado nulo uma vez que não houve citação dos empregados da Caer para que pudessem apresentar seus argumentos jurídicos sobre o ajuste.** Sob a tese de que foram afetados pelos efeitos decorrentes do acordo, sustentaram que sua participação nos autos da ação civil pública era obrigatória, sob pena de violação do seu direito de defesa.

**A iniciativa sindical esbarrou, contudo, na própria natureza da ação civil pública, instrumento processual regulado pela Lei nº 7.347, de 1985, que não comporta a citação de terceiros interessados. “A ação civil pública visa à proteção dos interesses que envolvam tutela de direitos difusos, onde temos uma relativa indefinição sobre quem possui titularidade dos interesses lesados”, explicou Gelson de Azevedo.**

“Assim, no processo do qual emanou o acordo, o que se visava primordialmente não era a proteção dos interesses dos empregados da Companhia de Água e Esgoto do Estado de Roraima, mas, sim, a defesa do princípio da legalidade e da moralidade pública, de modo a se garantir a observância da regra do artigo 37, II, da Constituição Federal, onde se submete a investidura em cargo ou emprego público à prévia aprovação em concurso público”, concluiu o relator, ao negar o recurso.(ROAR 5/2004-000-11-00.4)

### **Supermercado é condenado por discriminar ex-empregados**

Publicado em 14 de Novembro de 2006 às 12h42

Rede de supermercados catarinense Sonae Distribuição Brasil foi condenada por prática de discriminação ao proibir que ex-empregados exercessem em suas dependências atividades de demonstradores, degustadores ou promotores de vendas de outras empresas. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em voto relatado pelo ministro Alberto Bresciani, negou provimento ao agravo de instrumento da empresa, mantendo assim a condenação imposta pela Justiça do Trabalho catarinense. A rede terá de pagar indenização no valor de R\$ 50 mil a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de multa de R\$ 15 mil por trabalhador discriminado, se a atitude se repetir. A ação civil pública foi movida pelo Ministério Público do Trabalho da 12ª Região, que constatou a atitude discriminatória do empregador em relação aos ex-empregados autores de ações trabalhistas, após denúncia feita pelo Sindicato dos Empregados em Comércio de Florianópolis. Responsável pela defesa dos direitos constitucionais, coletivos, homogêneos, sociais, difusos e indisponíveis dos trabalhadores, o Ministério Público informou que já havia instaurado procedimento investigatório, no qual constatou a prática generalizada da empresa em negar o acesso de ex-empregados aos seus estabelecimentos como promotores de vendas.

Segundo o ministro Alberto Bresciani, “do quadro descrito pela Corte de origem, a própria empresa externou seu receio de permitir que ex-empregados laborem em suas dependências, em face do risco de reclamações trabalhistas, com pedido de vínculo”. O ministro ressaltou que o comportamento da empregadora ofendeu o artigo 5º da Constituição, o qual assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Ao acionar o Sonae, o MPT esclareceu que foram feitas duas tentativas de se firmar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o supermercado. À época, na audiência realizada com o Ministério Público, o empregador não demonstrou interesse em adequar o seu comportamento, negando-se a assinar o termo.

“A prática adotada pela ré, por um lado, estabelece padrão ilícito de discriminação entre aqueles que podem ou não trabalhar em suas dependências, e, por outro, obsta o exercício do trabalho por parte de seus ex-empregados, valendo-se ela, sinteticamente, da crença na má-fé. Concretiza discriminação direta, calcada em razões manifestamente arbitrárias”, concluiu Bresciani. (AI RR 2748/2002-026-12-40.9)

**RR 2.837/2002-900-03-00 – 6ª Turma – DJU de 1º.12.2006**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.**

Tratando-se de direitos individuais homogêneos, está o Ministério Público do Trabalho legitimado a propor **ação civil pública** para defesa dos trabalhadores abrangidos pelo ato do empregador. Na hipótese, trata-se de **ação civil pública** ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra TLC - TRANSPORTES COLETIVOS LIBER LTDA., **com o objetivo de esta submeter ao sindicato profissional ou ao Ministério do Trabalho o Termo de Rescisão Contratual de seus empregados com mais de um ano de serviço, para fins de homologação, na forma prevista no artigo 477, § 1º, da CLT, e de abster-se de ser esta Justiça Especializada utilizada como órgão meramente homologador das rescisões por meio de lide simulada.** A obrigatoriedade da submissão do recibo de quitação de rescisão do contrato de trabalho ao sindicato da categoria profissional ou ao Ministério do Trabalho encontra respaldo legal no citado artigo 477, § 1º, da CLT, e sua violação configura afronta a direitos individuais homonogêneos revestidos de interesse social relevante. A pretensão do Ministério Público do Trabalho, portanto, abrange todos aqueles trabalhadores atingidos por ato de demissão do empregador sem observância do quanto preceituado em lei que caracteriza a legitimidade daquele para propor a ação civil pública, em defesa de todos os interessados. A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para as ações civis públicas em defesa dos direitos individuais homogêneos goza de precedentes desta Corte. Revista conhecida e provida.

**RR 965/2003-011-07-00 – 6ª Turma – DJU de 1º.12.2006**

**AÇÃO CIVIL COLETIVA. EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 331, IV, DO TST.** Diante da regular contratação de empregados por empresa prestadora de serviços, atribui-se a responsabilidade subsidiária ao tomador em caso de inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do real empregador, ainda que se trate de ente da administração **pública**, independente de comprovação de fraude na contratação ou de quebra da prestadora de serviços. Aplicação da Súmula 331, IV do TST. Recurso de revista conhecido e provido.

**AIRR 429/1998-661-05-00.1 – 6ª Turma – DJU de 24.11.2006**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGENCIAMENTO DE MÃO DE OBRA PARA FAZENDAS POR COOPERATIVA. IRREGULARIDADE NA INTERMEDIÇÃO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. DESPROVIMENTO.** A v. decisão recorrida encontra-se amparada na prova, que não pode ser revista em alçada recursal superior, ao descaracterizar a cooperativa, porque a atividade estava vinculada a intermediação da contratação de trabalhadores rurais para prestação de serviços de forma pessoal, contínua e subordinada às fazendas do Município onde localizada. Incidência da Súmula 126 do C. TST.

**AIRR 747/2004-044-03-40.2 – 3ª Turma – DJU de 17.11.2006**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO.**

**1. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Em se cuidando de litisconsórcio ativo, instaurado em **ação civil coletiva**, onde reunidos o Ministério Público e os Sindicatos habilitados à representação das categorias envolvidas, o questionamento quanto à legitimidade do *Parquet* perde qualquer relevo, de vez que infenso à manutenção da lide e da condenação, enquanto não se questione a efetividade da iniciativa dos litisconsortes remanescentes. Ausência de violações constitucionais ou legais. Súmula 283 do STF.

**2. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA PELOS DÉBITOS DA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. DECISÃO MOLDADA À JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.** "O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei nº 8.666, de 21.06.1993). Inteligência da Súmula 331, IV, do TST e § 4º do art. 896 da CLT. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

**RXOF e ROACP 361/2002-000-18-00.8 – SBDI-2 – DJU de 10.11.2006**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PERANTE UMA DAS VARAS DO TRABALHO DA CAPITAL DO ESTADO. EXTENSÃO DO DANO LIMITADA AO ÂMBITO REGIONAL. COMPETÊNCIAS FUNCIONAL E TERRITORIAL DA VARA DE ORIGEM DECLARADAS DE OFÍCIO.** O Ministério Público do Trabalho da 18ª Região ajuizou ação civil pública perante a 5ª Vara do Trabalho de Goiânia/GO, pleiteando a condenação dos réus ao cumprimento de obrigações de não fazer e de dar. Proferida a sentença, o eg. Tribunal Regional de origem, em grau de recurso ordinário, suscitou preliminar de incompetência do Juízo de primeiro grau para julgar o feito, anulando todos os atos praticados no processo e determinando sua reautuação como ação originária do TRT. Após a instrução processual, a Corte a quo prolatou acórdão julgando parcialmente procedentes os pedidos. Daí a interposição dos presentes recursos ordinários para o TST. Nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 130 desta c. SBDI-2 do TST, a Vara do Trabalho da Capital do Estado, perante a qual foi ajuizada esta demanda, revela-se funcional e territorialmente competente para o seu julgamento, pois, em se tratando de ação civil pública, a competência originária é fixada levando-se em conta da extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Como no caso concreto a extensão do dano se limita ao âmbito regional ou local, pois as agências e escritórios da cooperativa ré, bem assim dos entes da administração pública direta e indireta, que também figuram como requeridos, estão situadas no Estado de Goiás, seu campo de atuação, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado. Logo, declaro, de ofício, a incompetência funcional do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região para processar e julgar originariamente a presente ação, anulando-se o processo a partir do primeiro acórdão regional, mas preservando-se os demais atos praticados no processo, perante a Vara de origem para a qual distribuída a ação, porque respeitado o pressuposto processual subjetivo da competência funcional e territorial do Juízo de Primeiro Grau. Determino, por conseguinte, o retorno dos autos ao eg. 18º Regional, para prosseguir no julgamento dos recursos ordinários interpostos por alguns dos réus no âmbito da Corte de origem, como entender de direito, afastada a questão da competência.

**E-RR 342.510/1997 – SBDI-1 – DJU de 1º.11.2006**

**SINDICATO. ART. 8º, INC. III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL PARA ATUAR EM NOME DE TODA A CATEGORIA. AÇÃO INDIVIDUAL.** A jurisprudência da SBDI-1, a partir do julgamento do E-RR-353.334/1997.9, firmou-se no sentido de que a substituição processual, tal como prevista no art. 8º, inc. III, da Constituição da República, abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos, reconhecidos pelo Supremo Tribunal Federal como subespécie de interesses coletivos (RE-163231-3/SP, Ac. 2ª Turma, Rel. Min. Mauricio Corrêa, DJ 29-06-2001), de modo que o sindicato tem legitimidade para atuar na qualidade de substituto processual a fim de propor **ação** de notificação para interrupção da prescrição.

**RR 1.156/2004-004-03-00.9 – 6ª Turma – DJU de 1º.11.2006**

**RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. DANO MORAL COLETIVO. REPARAÇÃO. POSSIBILIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA VISANDO OBRIGAÇÃO NEGATIVA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. RESCISÃO DE CONTRATO ATRAVÉS DE ACORDOS HOMOLOGADOS NA JUSTIÇA. LIDE SIMULADA.** Resta delineado nos autos que a postura da empresa, em proceder ao desligamento dos empregados com mais de um ano de serviço, através de acordos homologados na justiça, atenta contra a dignidade da justiça. A **ação civil pública** buscou reverter o comportamento da empresa, na prática de lides simuladas, com o fim de prevenir lesão a direitos sociais indisponíveis dos trabalhadores. Incontroverso o uso da justiça do trabalho como órgão homologador de acordos, verifica-se lesão à ordem jurídica, a possibilitar a aplicação de multa em razão do dano já causado à coletividade. Houve o arbitramento de multa de R\$1.000,00 por descumprimento das obrigações negativas determinadas na ação civil pública: abster-se de encaminhar os empregados à Justiça do Trabalho com a finalidade de obter homologação de

rescisões do contrato de trabalho e de utilizar-se do judiciário trabalhista como órgão homologador das rescisões contratuais, sem real conflito entre as partes. Tal cominação não impede que o dano moral coletivo infligido em face da prática lesiva homologação de acordos trabalhista, utilizando-se do aparato judiciário com fim fraudulento, seja reparado, com multa a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, pelos danos decorrentes da conduta da empresa. **Recurso de revista conhecido e provido, para restabelecer a r. sentença que condenou a empresa a pagar o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização a ser revertida ao FAT.**

**RR 33.203/2002-900-20-00.7 – 5ª Turma – DJU de 27.10.2006**

**RECURSO DE REVISTA. SINDICATO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. LEGITIMIDADE PARA AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS, PREPARATÓRIA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** A substituição processual conferida aos sindicatos não é irrestrita, devendo limitar-se às ações visando à proteção de direitos e interesses coletivos ou individuais homogêneos da categoria, conforme prevê o artigo 8º, III, da Constituição Federal. A norma constitucional, ao assegurar ao sindicato a defesa judicial dos direitos individuais da categoria, não autoriza a defesa de quaisquer interesses individuais, mas sim a defesa coletiva de direitos individuais homogêneos da categoria, cuja titularidade diz respeito a uma coletividade de empregados representados pelo sindicato, abrangendo ou não toda a categoria. Este é o conceito que se extrai do art. 81, inciso III, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), segundo o qual constituem interesses individuais homogêneos "os decorrentes de origem comum". A pretensão do Sindicato abrange direitos individuais homogêneos, e, não, direitos individuais de caráter personalíssimo, de forma que se impõe o reconhecimento da legitimidade do Sindicato para propor a presente ação. Recurso de revista a que se dá provimento.

**AIRR 807/2000-541-01-40.6 – 2ª Turma – DJU de 20.10.2006**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DA VARA DO TRABALHO PARA APRECIAR AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ILEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INÉPCIA DA INICIAL. INCONSISTÊNCIA DO PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO PROCEDIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. VALIDADE E EFICÁCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HAVIDO ENTRE A EMPRESA RECORRENTE E A COOPERATIVA E VÍNCULO DE EMPREGO. TUTELA ANTECIPADA.** Nega-se provimento a agravo de instrumento que visa liberar recurso despedido dos pressupostos de cabimento.

**RR 749.111/2001 – 5ª Turma – DJU de 13.10.2006**

**RECURSO DE REVISTA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - LEGITIMIDADE ATIVA - AÇÃO CIVIL COLETIVA - DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - DESPEDIMENTO EM MASSA.** O Ministério Público do Trabalho, por sua Procuradoria Regional, na forma da Constituição Federal, da Lei Complementar 75/93 e da Lei 8078/90 (art. 81, III - feixe de interesses individuais, de origem comum, decorrentes de despedimento em massa), detém legitimidade para ajuizar **ação civil coletiva** visando a tutela dos interesses individuais homogêneos, como tais aqueles resultantes da dispensa coletiva de empregados de uma mesma empresa, sem a observância da legislação trabalhista, buscando atingir, dessa forma, a finalidade de assegurar o cumprimento da ordem jurídica. Recurso conhecido e provido.

RR 44.722/2002-900-09-00.0 – 6ª Turma – DJU de 13.10.2006

#### RECURSO DE REVISTA.

**1 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Tratando-se de direitos individuais homogêneos, está o Ministério Público do Trabalho legitimado a propor ação civil pública para defesa dos trabalhadores abrangidos pelo ato do empregador. **Na hipótese, trata-se de declaração de nulidade das demissões efetuadas com caráter discriminatório em face da idade dos trabalhadores alcançados pela despedida arbitrária praticada pela recorrente, com a respectiva readmissão dos empregados discriminados. A proteção do trabalhador em face da idade é matéria que goza de norma legal expressa, nos termos preconizados pelo artigo 1º da Lei nº 9.029/95.** A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para as ações civis públicas em defesa dos direitos individuais homogêneos goza de precedentes desta Corte. Preliminar rejeitada.

**2 - NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Tratando-se de recurso de natureza extraordinária, a fundamentação embasada nos fatos e provas invocados pela parte no recurso ordinário é imprescindível, em face do óbice contido na Súmula nº 126 do TST, sob pena de ofensa ao princípio da ampla defesa. O prequestionamento das matérias alegadas pela parte, nos embargos declaratórios, constitui vício de procedimento que macula a decisão proferida, ante a caracterização de negativa de prestação jurisdicional. Revista conhecida e provida.

RR 775.008/2001 – 4ª Turma – DJU de 13.10.2006

**CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA POR MEIO DE COOPERATIVA - INTERESSES COLETIVOS - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - LEGITIMIDADE.** A contratação de trabalhadores rurais, via cooperativa de trabalho, que, na verdade, atua como típica empresa fornecedora de mão-de-obra, sem garantir aos trabalhadores a proteção decorrente de uma relação de emprego, contrasta flagrantemente com os princípios constitucionais que asseguram, expressamente, a busca do pleno emprego, que proclamam a dignidade da pessoa humana, e afirmam, peremptoriamente, a necessidade de se prestigiar os valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV e art. 170, VIII). A pretensão do Ministério Público do Trabalho, de ver declarada a ilegalidade desse procedimento fraudatório dos direitos constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, com pedido expresso de cominação de multa e proibição de contratação de trabalhadores, via cooperativa, por parte da reclamada, identifica-se como típico e inconfundível interesse coletivo, na medida em que abrange grupos de empregados que estão, intimamente, ligados à tomadora dos seus serviços por uma relação jurídica base. E, nesse contexto, por certo que a lide deve ser examinada em seu mérito pelo egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, porque adequada a ação civil pública para seu exame. Mas, *ad argumentandum*, ainda que se pudesse vislumbrar que a hipótese é de direitos individuais homogêneos, como declara o Regional, o fato é que, da mesma forma, a ação civil pública é o meio processual adequado. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal, em acórdão da lavra do Min. Maurício Corrêa, reconhece que os direitos individuais homogêneos constituem uma subespécie de interesses coletivos (STF - 2ª T. RE-163231-3/SP - julgado em 1º.9.96). Recurso de revista provido.

E-RR 691.531/2000 – SBDI-1 – DJU de 06.10.2006

**EMBARGOS. 1. NULIDADE DO ACÓRDÃO DA TURMA. ARGÜIÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Não se cogita da ausência de prequestionamento da matéria posta nos Embargos, com relação à Lei nº 7.102/83, pelo que não se entende configurada a negativa de prestação jurisdicional e, via de consequência, a violação do art. 832 da CLT. **2. COMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGURANÇA BANCÁRIA. INSTALAÇÃO DE PORTAS DE SEGURANÇA.** O Tribunal Pleno desta Corte, em Sessão realizada em 03/03/2005, julgando o incidente de uniformização de jurisprudência, suscitado no E-RR-359.993/1997.3, decidiu no sentido de que a Justiça do Trabalho é competente para julgar matéria relacionada à segurança bancária. Conclui-se que se refere a interesse coletivo de natureza trabalhista, relativo à segurança, prevenção e meio ambiente

do trabalho. **3. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO SINDICATO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Verifica-se do que dispõem os artigos 129, § 1º, e 8º, inciso III, da CF/88, que há legitimidade concorrente do sindicato com o Ministério Público do Trabalho para a propositura da **ação civil pública** visando a defesa de interesses difusos e coletivos. Incólume o art. 896 da CLT. Recurso de Embargos não conhecido.

**RR 804.829/2001 – 4ª Turma – DJU de 15.09.2006**

**SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL (VETERINÁRIO) - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA APLICAÇÃO DA LEI Nº 4.950-A/66 - SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 8º, III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.** Esclarece o Regional que o Estado-reclamado foi condenado a pagar aos substituídos diferenças salariais decorrentes do salário mínimo profissional previsto na Lei nº 4.950-A/66 (segundo parágrafo do relatório, fl. 392). Resulta também que os substituídos são médicos veterinários e que não receberam o salário fixado pela Lei nº 4950-A/66 (fls. 394). A hipótese é típica de direitos individuais homogêneos, uma vez que o sindicato postula, em nome dos substituídos, o pagamento de diferenças salariais para todos os médicos veterinários com os mesmos critérios. Direitos individuais homogêneos são todos aqueles que estão íntima e diretamente vinculados à esfera jurídica de pessoas facilmente identificáveis, de natureza divisível e decorrentes de uma realidade fática comum. São seus titulares ou destinatários pessoas que estão ligadas por laços comuns com o agente causador da sua ameaça ou lesão, e que, por isso mesmo, atingidos em sua esfera jurídica patrimonial e/ou moral, podem, individual ou coletivamente, postular sua reparação em Juízo. O Supremo Tribunal Federal, em acórdão da lavra do Min. Maurício Corrêa, expressamente reconhece que os direitos individuais homogêneos constituem uma subespécie de interesses coletivos, passíveis, por isso mesmo, de proteção por meio de ação civil pública (STF - 2ª T. RE-163231-3/SP - julgado em 1º.9.96). Esta Corte, em sua composição plena, cancelou a Súmula nº 310, tendo adotado o entendimento de que a substituição processual prevista no art. 8º, III, Constituição Federal não é ampla, mas abrange os direitos ou interesses individuais homogêneos (E-RR-175.894/95 Rel. Min. Ronaldo Lopes Leal - julgado em 17/11/03). Por conseguinte, está o recorrente legitimado para, em Juízo, postular, na condição de substituto processual de seus associados e não associados, nos termos em que dispõe o art. 8º, III, da Constituição Federal, direitos individuais homogêneos, subespécie de direitos coletivos. (Precedente deste Relator: RR -1663/2003-099-03-00, DJ - 17/03/2006). Recurso de revista conhecido e não provido.

**RR 669.448/2000 – 3ª Turma – DJU de 18.08.2006**

**RECURSO DE REVISTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS - ACESSIBILIDADE AO MERCADO DE TRABALHO - QUOTA - DIREITO DIFUSO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA**

1. O direito **difuso** protegido - a acessibilidade dos portadores de necessidades especiais ao mercado de trabalho - insere-se no âmbito da competência trabalhista, porque interfere objetivamente na liberdade empresarial de seleção de seus empregados, obrigando à celebração de contratos de trabalho com pessoas portadoras de deficiência, observados os requisitos previstos na legislação específica. 2. Se esta Justiça Especializada já era competente para julgar o caso em exame sob a ótica da primitiva redação do artigo 114 da Carta Magna, dúvidas não podem pairar a esse respeito na atualidade, quando a Emenda Constitucional nº 45/2004 modificou a redação do referido dispositivo, dando à Justiça do Trabalho competência ampla para julgar as ações oriundas das relações de trabalho. Recurso de Revista conhecido e provido.

**RR 575/2004-016-03-00.3 – 2ª Turma – DJU de 18.08.2006**

**RECURSO DE REVISTA DO RECLAMADO. INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO (alegação de divergência jurisprudencial e violação do artigo 114 da Carta Magna).**

Trata-se de **ação civil pública** interposta pelo Ministério Público do Trabalho, com intuito de denunciar a precariedade de condições de segurança dos trabalhadores de rede bancária, pelo que a demanda é regida pela CLT, na medida em que a tutela pretendida refere-se à proteção do meio ambiente do trabalho e à preservação do interesse dos empregados, decorrentes diretamente da relação de emprego. Ileso o artigo 114 da CF/88. Recurso de revista não conhecido.

**INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO (alegação de divergência jurisprudencial)**

Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a **extensão do dano** a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da Capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal (**Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-2 do TST**). Recurso de revista não conhecido.

**ILEGITIMIDADE PASSIVA. CARÊNCIA DA AÇÃO (desfundamentado).**

A natureza extraordinária do recurso de revista exige, para sua admissibilidade, que sejam atendidos, além dos pressupostos extrínsecos, aqueles dispostos no artigo 896, da Consolidação das Leis do Trabalho. Ao que se verifica, o recorrente não diligenciou no sentido de apontar divergência jurisprudencial. Tampouco apontou, expressamente, violação direta a dispositivos de norma infraconstitucional ou da Carta Magna. Recurso de revista não conhecido.

**INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 12.971/98 (alegação de afronta aos artigos 1º, 2º incisos I, II e III, 3º, inciso I e 6º, da Lei nº 7.102/83; artigo 4º, inciso VIII, da Lei 4.595/64; artigo 16 da Lei 9.106/95; e ainda, aos artigos 21, inciso VIII, 22, incisos VI, VII e XVI, 25, parágrafo 1º, 48, inciso XVIII, 144 e 192 da Constituição Federal)**

É de se reconhecer a **competência concorrente da União, Estado e Distrito Federal, para legislar sobre meio ambiente**, não havendo impedimento legal ou jurídico à edição de leis, pelas esferas estaduais, sobre normas de proteção ao meio ambiente de trabalho. **Tanto que a própria CLT logrou tratar do tema, em seu artigo 154, ao determinar que a observância em todos os locais de trabalho, do disposto no capítulo referente à segurança e medicina do trabalho, não desobriga as empresas do cumprimento de outras disposições que, com relação à matéria, sejam incluídas em códigos de obras ou regulamentos sanitários dos Estados ou Municípios em que se situem os respectivos estabelecimentos, bem como daquelas oriundas de convenções coletivas de trabalho.** Não há que se falar em inconstitucionalidade da lei estadual que rege matéria de segurança do trabalhador, em ambiente de agência bancária. Recurso de revista não conhecido.

**RECURSO DE REVISTA ADESIVO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (alegação de afronta aos arts. 1º e 3º da Lei nº 7347/85 e divergência jurisprudencial).**

Prejudicado o seu exame diante do não conhecimento do recurso do Banco do Nordeste. Art. 500, III, do CPC.

ROAR 005/2004-000-11-00.4 – SBDI-2 – DJU de 07.12.2006

**AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Pretensão de desconstituição de sentença homologatória de acordo, por meio do qual a Companhia de Água e Esgoto do Estado de Roraima, sociedade de economia mista, se comprometeu com o Ministério Público do Trabalho da Décima Primeira Região e o Ministério Público do Estado de Roraima a realizar concurso público para todos os empregos públicos de seu quadro de pessoal bem como a dele afastar todos os empregados contratados sem concurso público e que não estivessem investidos em cargo em comissão declarado em lei como de livre nomeação e exoneração. Ação rescisória ajuizada com fulcro no art. 485, V e VIII, do CPC, em cujas razões se alega a nulidade do acordo judicial por falta de citação dos litisconsortes passivos necessários, quais sejam, os empregados afetados pelos efeitos decorrentes do ajuste celebrado entre as partes acordantes. Ausência de afronta aos arts. 47, parágrafo único, do CPC, 5º, LV, 7º, XXIX, 8º, III, e 114 da Constituição Federal, 2º, XIII, e 54 da Lei nº 9.784/99 e 11 da CLT, dada a ausência de prequestionamento (Súmula nº 298 do TST). **Ainda que pudesse ser transposto esse óbice à procedência da pretensão desconstitutiva, cumpre considerar que a ação civil pública visa à salvaguarda dos interesses que envolvam tutela de direitos difusos, em que há relativa indefinição quanto à titularidade dos interesses dos lesados. No processo do qual emanou o acordo rescindendo o que se visava primordialmente não era a proteção dos interesses dos empregados da Companhia de Água e Esgoto do Estado de Roraima - CAER, mas, sim, a defesa do princípio da legalidade e da moralidade pública, de modo a se garantir a observância da regra**



do art. 37, II, da Constituição Federal, onde se submete a investidura em cargo ou emprego público a prévia aprovação em concurso público. Por esse motivo, o litisconsorte passivo é meramente voluntário, pois este há de sempre representar interesse individual. Recurso ordinário a que se nega provimento.

#### **Verbas trabalhistas**

#### **Ação coletiva não barra processo individual, diz TST**

**AIRR 1037/2001-301-02-40.9**

As ações coletivas não impedem que o trabalhador entre com processo individual contra a empresa. O entendimento é da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que considerou que não existe litispendência entre as ações individuais e as coletivas. A litispendência é a existência simultânea de duas ou mais ações sobre a mesma relação jurídica: mesmas partes, mesma causa de pedir e mesmo pedido.

A reclamação trabalhista foi movida por uma ex-funcionária da empresa Performance Recursos Humanos e Assessoria Empresarial, prestadora de serviços à Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S/A). Ela alegou que foi demitida de forma imotivada, sem receber as verbas rescisórias, que incluem férias, horas extras, entre outras verbas. A trabalhadora também pediu que a empresa prestadora de serviços fosse responsabilizada subsidiariamente pelos débitos trabalhistas.

Em contestação, a empresa afirmou haver litispendência da ação proposta pela empregada, uma vez que o sindicato da categoria já tinha entrado com ação coletiva. Sustentou que a empregada foi demitida por justa causa, pois havia sido contratada por outra empresa. Além disso, argumentou que os pedidos eram comuns à outra ação movida pelo Ministério Público do Trabalho.

A 1ª Vara do Trabalho do Guarujá (SP) declarou a responsabilidade subsidiária da empresa tomadora de serviços pelas obrigações trabalhistas e afastou a justa causa. Motivo: não enxergou fundamento no argumento da empresa.

O caso foi para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (São Paulo), que manteve a sentença. Segundo o TRT paulista, a ação movida pelo MP não impede que o empregado proponha ação individual visando o recebimento de créditos trabalhistas.

No acórdão, o TRT ressaltou que “a legitimidade extraordinária conferida ao Ministério Público e às associações de classe para propositura de Ação Civil Pública ou ações coletivas tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça e não criar obstáculo ao trabalhador que opta pelo exercício individual do direito de ação constitucionalmente garantido”. O TST manteve o entendimento.

**ROAR 222/2004-000-10-00 – SBDI-2 – DJ de 09.02.2007**

**AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO CELEBRADO NOS AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VALIDADE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** Pretensão de desconstituição de sentença homologatória de acordo, por meio do qual a **União Federal assumiu compromisso com o Ministério Público do Trabalho da Décima Região de realizar concurso público para a admissão de pessoal para atuação nos projetos de cooperação técnica internacional, nas hipóteses em que o exercício da função ostente caráter de permanência**. No termo de conciliação se tratou da regularidade da contratação de pessoal em projetos de cooperação internacional e de sua execução, com a devida observância da norma contida no art. 37, II, da Constituição Federal. Tutela do princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas. **Ausência de afronta aos arts. 47 e 49 do CPC e 5º, II, LIV e LV, e 84, VIII, da Constituição Federal, em razão da ausência de prequestionamento (Súmula nº 298 deste Tribunal)**. Recurso ordinário a que se nega provimento.

15/02/2007

**Ação civil pública de âmbito nacional só é julgada no DF**

**CC-170.061/2006-000-00-00.0**

A Seção de Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a tese de que a competência territorial para julgar ação civil pública de âmbito nacional é de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal. A decisão ocorreu em conflito negativo de competência entre a 2ª Vara do Trabalho de Goiânia e a 17ª de Brasília, no julgamento de ação civil pública.

A ação foi movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) de Goiás contra o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico, além de algumas empresas do setor situadas em Goiás e no Distrito Federal. O entendimento dos ministros da SDI-2 baseou-se na Orientação Jurisprudencial nº 130, editada em 2004.

O relator do processo, ministro Renato de Lacerda Paiva, esclareceu que “no caso, a extensão do dano teria âmbito supra-regional, pois não atingiria apenas os empregados das empresas rés situadas no Estado de Goiás, mas também os trabalhadores vinculados às empresas rés sediadas em Brasília”.

De acordo com o MPT, a ação de “investigação referente à prática indiscriminada dos descontos à título de contribuição assistencial transcorreu no Estado de Goiás, mediante instauração de inquérito civil público”.

O juiz da 2ª Vara do Trabalho de Goiânia alegou incompetência absoluta para julgar o caso, sob o fundamento de que o litisconsórcio passivo formado pelo sindicato situado em Luziânia (GO), e por cinco empresas situadas em Brasília, extrapola o âmbito territorial de Goiás. O juiz da 17ª Vara do Trabalho de Brasília também negou ser competente para julgar a ação, afirmando que “o critério estabelecido pela OJ nº 130 da SDI-2 é o local do dano, e não a sede geográfica da empresa”.

A OJ nº 130 dispõe que para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, leva-se em conta a extensão do dano e, por analogia, a regra contida no artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limita-se ao âmbito regional, a competência é de uma das Varas do Trabalho da capital do Estado; se for de âmbito supra-regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

O ministro Renato de Paiva ressaltou que a ação foi proposta contra empresas situadas em Goiás e em Brasília, e segundo ele, “os danos que se objetiva coibir não se limitariam à área em que ocorreram as investigações, de modo que aqueles fatos apurados, ao que tudo indica, extrapolariam a região de Goiás”. O relator julgou improcedente o conflito negativo de competência, declarando que a competência para apreciar e julgar a ação civil pública é da 17ª Vara do Trabalho de Brasília(DF).

**RR 72.0691/2001.2 – 2ª Turma – DJU de 23.02.2007**

**PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. EMPRESA PRIVADA. RESERVA DE VAGA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Manifesta a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação civil pública visando garantir, com base no art. 93 da Lei nº 8.213/91, a tutela

de interesses ou direitos transindividuais, de natureza indivisível, do qual são titulares deficientes protegidos pela mencionada Lei. Recurso de Revista conhecido e provido.

**22/03/2007**

**Terminais marítimos do RS só devem contratar cadastrados no Ogmo**

A Justiça do Trabalho julgou procedente ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho e condenou o Terminal Graneleiro S/A (Tergrasa) e o Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A (Termasa), do Rio Grande do Sul, a se abster de contratar, por tempo indeterminado, trabalhadores que não sejam cadastrados no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo). A decisão foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul) e pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que negou provimento a agravo de instrumento dos operadores portuários.

Desde o primeiro grau, a Termasa e a Tergrasa questionaram a legitimidade do Ministério Público para ajuizar a ação, alegando que a Constituição Federal “não lhe confere competência para defender interesses plúrimos, que é a hipótese dos autos, em que se põe o Ministério Público em defesa dos trabalhadores portuários registrados junto ao Ogmo”.

No julgamento do agravo de instrumento no TST, o relator, juiz convocado Ricardo Alencar Machado, afastou a tese da ilegitimidade. “O Ministério Público do Trabalho é instituição voltada à defesa dos interesses da sociedade e à proteção das liberdades individuais e coletivas”, observou em seu voto. “A ele cabe, também, a tarefa de defender os interesses coletivos, os direitos sociais, os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores, os direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho”.

O relator ressaltou que, “considerando que a ação civil pública sob exame tem por finalidade a defesa abstrata do direito de todos os trabalhadores avulsos da região, indeterminadamente, sem uma relação jurídica base, trata-se aqui de natureza difusa, o que evidencia a legitimidade ativa do MPT”. Mesmo nos casos em que se discutem direitos de natureza individual homogênea a legitimidade se mantém, havendo decisão do Supremo Tribunal Federal neste sentido.

Com relação à contratação de trabalhadores, a Vara do Trabalho determinou que os terminais não podem contratar ou manter vínculo de emprego com trabalhadores de capatazia, estive, conferência de carga, bloco e vigilância que não estejam cadastrados como avulsos no Ogmo do porto local, e ainda de contratar ou manter mão-de-obra terceirizada para esses serviços, exceto no caso de avulsos registrados ou cadastrados, requisitados junto ao Ogmo.

Em sua defesa, as duas empresas argumentaram que, na condição de terminais privados que operam suas próprias instalações, não estão obrigadas a requisitar trabalhadores através do Ogmo, e que os trabalhadores de capatazia e bloco não foram abrangidos pelo disposto no artigo 26, parágrafo único, da Lei nº 8.630/93 (Lei de Modernização dos Portos). Ao recorrer ao TRT/RS contra a condenação, porém, mudaram a linha de argumentação e redirecionaram a discussão para a possibilidade da livre contratação, desde que se efetuassem o cadastro ou o registro do trabalhador posteriormente.

O TRT negou a pretensão destacando que, de acordo com a lei, o cadastro deve ser anterior à contratação do empregado por prazo determinado, “porque se faz necessário o treinamento do interessado ao exercício da profissão, requisito exigido a todos os trabalhadores portuários”.

Em suas razões de recurso, as empresas alegaram ofensa à Lei nº 8.630/93, argumentando que “está em discussão se o que lhes foi imposto já não está sendo cumprido, uma vez que o recrutamento de trabalhadores por prazo indeterminado compreendia pessoal que preenchia os

requisitos legais”, insistindo na possibilidade de contratar e só posteriormente efetuar o cadastro. “Como o cadastro não pode ser negado, não há infração legal na contratação feita sem que o trabalhador seja cadastrado no Ogmo previamente”, alegaram, acrescentando que os trabalhadores contratados são do quadro das empresas desde antes do advento da Lei de Modernização dos Portos.

O juiz convocado Ricardo Machado, ao julgar o agravo, assinalou que, “para que se pudesse examinar a matéria sob o enfoque pretendido pelas empresas, seria necessário que a decisão do TRT registrasse expressamente os fatos alegados quanto à questão, ou seja: se os trabalhadores já contratados efetivamente pertencem ou não ao seu quadro de pessoal, lá trabalhando em operações portuárias antes do advento da Lei nº 8.630/93.” Como este aspecto não foi abordado pelo TRT, o recurso não pôde ser conhecido, uma vez que a Súmula nº 126 do TST impede o reexame de fatos e provas. (AIRR 338/2001-122-04-40.9)

**07/03/2007**

#### **TST decide pela validade da contratação de menores pela ECT**

O trabalho prestado por menores à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), por meio de convênio firmado com entidades assistenciais, é legal, tendo em vista a natureza sócio-educativa das atividades exercidas pelos adolescentes, cujos programas sociais encontram amparo na Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). A decisão foi tomada pela unanimidade dos integrantes da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho que, acompanhando o voto do ministro Renato de Lacerda Paiva, não conheceu de recurso do Ministério Público do Trabalho da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins).

**A decisão diz respeito a uma ação civil pública ajuizada pelo MPT em abril de 1999, questionando a legalidade da contratação de menores pela ECT. A ação baseou-se na denúncia feita por um promotor de justiça da cidade de Miracema (TO), que acusou a ECT de utilização irregular de mão-de-obra de adolescentes na qualidade de “menores aprendizes”. A partir da promulgação da Emenda Constitucional nº 20/98, a idade mínima para o trabalho passou a ser de 16 anos, permitido o trabalho de maiores de 14 anos apenas na qualidade de aprendiz.**

Instaurado procedimento investigatório, a ECT defendeu a legalidade do programa apontando seu cunho social em benefício de menores carentes. Justificou o pagamento de meio salário mínimo alegando que a duração do trabalho é a metade da estabelecida para cálculo do salário mínimo legal. Segundo o Ministério Público, ficou comprovado que não se tratam de menores aprendizes, não havendo justificativa legal para o pagamento de meio salário mínimo, ainda que a jornada seja reduzida.

“Com a justificativa de promover um programa voltado para o menor carente, a ECT tem se beneficiado de mão-de-obra barata e sem concurso público”, destacou o MPT. “Qual a justificativa legal para se utilizar de mão-de-obra barata de adolescentes, quando pais de família sofrem com o desemprego?”, indagou o Ministério Público do Trabalho. Ainda segundo a denúncia do MPT, que defende a extinção do programa, a ECT mantém em seus quadros cerca de sete mil trabalhadores mirins, o que significa 10% da força total de trabalho da empresa, “que recebem salário ínfimo e com a qual a empresa só tem dois anos de responsabilidade”.

De acordo com a peça judicial, ainda que a ECT ajustasse sua conduta pagando aos adolescentes salário igual ao dos empregados adultos, persistiria uma ilegalidade de natureza constitucional: a ausência de concurso público. Em contestação, a ECT afirmou que o programa de contratação de menores é destinado a adolescentes oriundos de famílias de baixa renda com objetivo de retirar da

ociosidade das ruas os menores carentes, encaminhando-os a uma atividade benéfica.

Alegou que o ingresso dos adolescentes no programa ocorre por meio de instituições filantrópicas legalmente constituídas e conveniadas com a ECT, obedecendo os seguintes requisitos: renda familiar de até três salários mínimos, idade mínima de 16 anos e comprovação de frequência no ensino regular, a partir da 5ª série. Disse, também, que a jornada de quatro horas diária de trabalho é compatível com o horário escolar.

Quanto à forma de remuneração, alegou que os adolescentes ganham 50% do salário mínimo em espécie, mais vale transporte, vale-cesta alimentação, uniforme, assistência médica e odontológica nos ambulatórios internos da ECT e atendimento de saúde na rede credenciada da empresa, em caso de acidente de trabalho. Afirmou que as instituições conveniadas recebem uma taxa de administração e o repasse de todos os encargos sociais devidos aos adolescentes.

Por fim, ressaltou que o programa de contratação de menores foi premiado pela Fundação Abrinq, na categoria “Direitos da Criança e do Adolescente”, como uma “Empresa Amiga da Criança”, premiação que conta com o apoio da Unicef. A 15ª Vara do Trabalho de Brasília julgou a ação improcedente. “O programa de apoio ao menor carente, ao inseri-lo na aprendizagem do mercado de trabalho, possui grande relevância social, mesmo porque o Estado, em seu sentido estrito, não vem cumprindo seu dever constitucional de garantir o direito social à educação”, destacou a sentença.

O MPT recorreu da decisão, insistindo que o programa desenvolvido pela ECT não atende aos requisitos legais da aprendizagem e que os adolescentes exercem atividades típicas de adultos, suprimindo a falta de pessoal de apoio. Combateu, ainda, a contratação de mão-de-obra sem a realização de concurso público. O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região manteve a decisão. Segundo o acórdão, “dentre os objetivos fundamentais da República está a erradicação da pobreza e da marginalização, com a redução das desigualdades sociais e regionais”.

“A valorização do trabalho e da livre iniciativa insere-se como um dos fundamentos do Estado democrático de direito. Nesse compasso, sendo dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, dentre outros, ostentam validade convênios celebrados por empresa pública e entidades assistenciais destinados a conceder a adolescentes carentes frentes de trabalho”, registrou o acórdão do TRT.

A discussão chegou ao TST por meio de recurso de revista. De acordo com o voto do ministro Renato Paiva, a contratação feita pela ECT ocorreu dentro dos parâmetros legais. “O TRT reconheceu a celebração válida de convênios destinados a fomentar a profissionalização de adolescentes carentes, a qual encontra amparo na Lei nº 8.069/90. Por esta razão, concluiu não ser a hipótese de provimento de emprego público, sem a realização de concurso”, afirmou o relator.

**Segundo o ministro Renato Paiva, o TRT considerou que, embora a ECT se beneficie dos serviços, não há como reconhecer que se trata de vínculo empregatício, até porque os adolescentes foram contratados pelas entidades assistenciais responsáveis, que pagam a remuneração e demais vantagens, assumindo os encargos trabalhistas e previdenciários.**

O TRT, de acordo com o relator, considerou comprovado o cunho sócio-educativo do programa, levando em conta, dentre outros, o documento, constante nos autos, de reconhecimento, pela Fundação Abrinq, de que o programa atendeu às garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente e ainda, o fato de as atividades externas terem sido autorizadas pela Vara de Infância e Juventude. (RR-54300/2002-900-10-00.8)

**PROCESSO Nº 338/2001-122-04-40.9**

Julgado 14/03/2007

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA**

**1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA.** O Ministério Público é instituição voltada à defesa dos interesses da sociedade e a proteção das liberdades individuais e coletivas (art. 127 da Constituição da República). Ao Ministério Público do Trabalho cabe, também, a tarefa de defender as liberdades individuais e coletivas, os interesses coletivos, os direitos sociais, os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores, os direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho (arts. 127, *caput*, da Constituição da República e 83 da Lei Complementar nº 75/93). Sua legitimidade para ajuizar ações civis públicas decorre, diretamente, do disposto nos artigos 129, III, da Constituição da República, 83, I, da Lei Complementar nº 75/93. Considerando que a ação civil pública sob exame tem por escopo a defesa abstrata dos direitos de todos os trabalhadores avulsos da região, indetermináveis, sem uma relação jurídica base, trata-se aqui de *natureza difusa*, o que evidencia a legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho. Precedentes do STF quanto à legitimidade também para a defesa de direito individual homogêneo.

**2. GRUPO DE EMPRESAS. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. POSSIBILIDADE JURÍDICA.** Cuidando-se de empresas que estão sob o mesmo controle e administração, caracterizado está o grupo econômico, nos termos do artigo 2º, §2º, da CLT, mesmo em tendo personalidades jurídicas próprias - situação que não tem o condão de afastar referida norma -. Assim, havendo expressa previsão no artigo 2º, §2º, da CLT, de responsabilidade solidária das empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, não há ofensa a ele próprio, mas sua fiel aplicação. Pelo mesmo motivo não violado o artigo 46 do CPC.

**3. OBRIGAÇÃO DE NÃO CONTRATAR, EXCETO AVULSOS.** Para que se pudesse examinar a matéria, sob o enfoque pretendido pelas empresas-rés, seria necessário que o Regional consignasse expressamente a premissa fática alegada quanto à questão, ou seja: se os trabalhadores já contratados pertencem, ou não, ao quadro de pessoal das demandadas, lá trabalhando em operações portuárias desde antes do advento da Lei nº 8630/93. Considerando que o acórdão recorrido aborda apenas a necessidade de regular habilitação profissional do trabalhador interessado, mediante treinamento, sem examinar se, de fato, os atuais trabalhadores teriam sido contratados antes da Lei nº 8630/93 e se receberam efetiva preparação técnica, o conhecimento do recurso de revista esbarra na inviabilidade de reexaminar os fatos e as provas. Inteligência da Súmula 126 do TST. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

CC 170.061/2006-000-00-00.0 – SBDI-2, Rel. Min. Renato de Lacerda Paiva – DJU de 09.03.2007

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LUGAR. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PERANTE UMA DAS VARAS DO TRABALHO DA CAPITAL DE ESTADO. EXTENSÃO DO DANO DE ÂMBITO SUPRA-REGIONAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DA VARA DO DISTRITO FEDERAL.** No caso, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública perante a 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, **buscando a condenação dos réus (o sindicato obreiro e algumas empresas de Goiás e Brasília) à obrigação de se absterem de inserir, no futuro, em contratos coletivos, cláusulas que estipulem desconto de contribuição assistencial nos salários dos empregados não associados.** A teor da Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-2, a 2ª Vara do Trabalho de Goiânia, capital do Estado de Goiás revela-se incompetente para o seu julgamento, pois, em se tratando de ação civil pública, a competência territorial é fixada levando-se em conta da extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Como no caso a extensão do dano teria âmbito supra-regional, pois não atingiria apenas os empregados das empresas rés situadas no Estado de Goiás, mas também os trabalhadores vinculados às empresas rés sediadas em Brasília, a competência é de uma das Varas do Trabalho do Distrito Federal. Pouco influi a informação do parquet de que a investigação referente à prática indiscriminada dos descontos a título de contribuição assistencial transcorreu no Estado de Goiás, mediante a instauração de inquérito civil público, uma vez que, tendo a ação sido proposta também contra empresas situadas em Brasília, os danos que se objetiva coibir não se limitariam à área em que ocorreram as investigações, de modo que

aqueles fatos apurados, ao que tudo indica, extrapolariam a região de Goiás. Conflito negativo de competência julgado improcedente, para declarar a competência da 17ª Vara do Trabalho de Brasília/DF.

**E-RR 775.008/01.2 – SBDI-1, Rel. Min. Horácio Senna Pires – DJU de 16.03.2007**

**EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PEDIDO DE VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO, PELA RÉ, DE EMPREGADOS POR COOPERATIVA DE TRABALHO FRAUDULENTA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CARACTERIZAÇÃO.**

Trata-se o presente feito de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de impedir a empresa ré de contratar trabalhadores de forma fraudulenta por meio de cooperativas de trabalho, limitando-se a controvérsia a saber se há ou não legitimidade do Parquet para tal ação. Com efeito, a pretensão diz respeito a direitos individuais homogêneos, como corretamente salientado pela e. 4ª Turma, sendo, portanto, legítimo o Ministério Público do Trabalho para ajuizar a presente ação civil pública. Recurso de embargos não conhecido.

**E-RR 16.696/2002-900-10-00.5 – SBDI-1, Rel. Min. João Oreste Dalazen – DJU de 16.03.2007**

**CONTRATO DE TRABALHO. NULIDADE. CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA. CONTRATO DE GESTÃO. INSTITUTO CANDANGO DE SOLIDARIEDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.**

1. Contrato de gestão firmado entre o Distrito Federal e o Instituto Candango de Solidariedade, associação civil qualificada como organização social, para fins de realização de programa de saúde, não tem o condão de tornar válida a contratação, por essa entidade, de empregados para prestarem diretamente serviços ao Poder Público, tendo em vista a não observância da exigência constitucional de prévia aprovação em concurso público (art. 37, inciso II).

**2. Inadmissível a fraude na contratação de servidor público mediante a preterição da formalidade essencial do concurso quando se constata que a Administração vale-se, para tanto, de interposta pessoa jurídica de direito privado. Se os serviços são prestados diretamente em prol da Administração Pública e o servidor é remunerado por verba pública, ainda mais se robustece a convicção de fraude e de transgressão ao mandamento constitucional que exige prévia aprovação em concurso público. Incidência da Súmula 331, item II, do TST.**

3. Embargos interpostos pelo Distrito Federal de que não se conhece.

**ROAR 43/2006-000-24-00.8**

**MPT (24ª Região) x Friboi Ltda e Companhia Industrial Rio Paraná**

EMENTA

**RECURSO ORDINÁRIO EM AÇÃO RESCISÓRIA. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTE 'FRIO'. DECADÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO.** *In casu*, o acórdão recorrido pronunciou a decadência sob o entendimento de que houve recurso parcial no processo principal, porquanto o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho, Autor da presente Ação Rescisória, voltou-se apenas contra o indeferimento do adicional de insalubridade em relação aos agentes ruído e biológico, dizendo devido o referido adicional em razão da presença de tais agentes insalutíferos no ambiente de trabalho, sem levar à revisão da instância superior o pedido relativo ao adicional de insalubridade em razão do agente frio. Ora, tendo a matéria tratada na presente Ação Rescisória - adicional de insalubridade - sido objeto de recurso ordinário nos autos originários, que, remarque-se, trata-se de parcela incindível em relação aos agentes insalutíferos potenciais, é certo que o Apelo Ordinário, pelo efeito devolutivo consagrado no artigo 515 do CPC, devolveu à análise do TRT todas as questões suscitadas e discutidas no processo, relativas à matéria impugnada - adicional de insalubridade -, inclusive no que tange à alegação articulada na inicial de ser devido o adicional de insalubridade em razão do labor em exposição ao agente frio, não havendo que se falar, na hipótese vertente, em recurso parcial e muito menos em fracionamento da coisa julgada. O que define ser o recurso parcial é o possível conformismo da parte

quanto a determinado capítulo da sentença, o que *in casu* não ocorreu em relação à condenação em adicional de insalubridade, matéria objeto da presente Ação Rescisória. Destarte, tendo sido ajuizada a Rescisória dentro do biênio legal, afasta-se a prejudicial de decadência, determinado-se, por conseguinte, o retorno dos autos ao Tribunal Regional de origem para que prossiga no exame do feito, como entender de direito. Recurso Ordinário provido.

### **Petrobrás é condenada a cumprir normas de segurança no RS**

**27/3/2007 - Petrobrás é condenada a cumprir normas de segurança no RS** Fonte: tribunal superior do trabalho

**A Quarta Turma do tribunal superior do trabalho negou provimento a agravo de instrumento da Petrobrás Distribuidora S.A. contra decisão da Justiça do trabalho do Rio Grande do Sul em ação civil pública na qual foi condenada a cumprir diversas obrigações relativas à saúde e segurança dos trabalhadores nas unidades de Canoas e Porto Alegre. A rejeição do agravo implicou também a manutenção de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento das obrigações.**

A ação civil pública foi ajuizada em 2003 pelo Ministério Público do Trabalho da 4ª Região (RS) a partir de representação feita pelo sindicato dos trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo, noticiando que os trabalhadores estariam sujeitos à contaminação por extensa gama de produtos cancerígenos e tóxicos, todos subprodutos do petróleo. Após diligências, inspeções e perícias técnicas realizadas pelo MPT e pelos fiscais do trabalho, foram constatadas diversas deficiências no tocante à saúde e à segurança dos trabalhadores.

A Vara do trabalho julgou procedente em parte a ação civil pública. A sentença condenou a Petrobrás a se abster de exigir dos motoristas das empresas prestadoras de serviços atividades estranhas à sua atribuição de dirigir caminhões, atribuindo as tarefas de operação a seus próprios empregados. A empresa teria ainda de elaborar e implementar programa de conservação auditiva e prevenção de perdas auditivas ocupacionais, programa de prevenção e controle da exposição a produtos químicos, e programa de proteção respiratória e uso de equipamentos de proteção individual, bem como controle médico da saúde dos trabalhadores.

Teria também de implementar medidas de prevenção de acidentes do trabalho, além de preparação para emergências, e elaborar e executar gestão integrada de riscos no trabalho, incluindo auditorias periódicas. Finalmente, a sentença obrigou a Petrobrás a realizar o monitoramento biológico dos trabalhadores que o solicitassem e que tivessem prestado serviços como "motorista-operador". No caso de descumprimento, foi fixada multa diária de R\$ 100 mil, reversível ao FDD (Fundo de Defesa de Direitos Difusos).

A Petrobrás vem, desde então, tentando reverter a condenação, sem sucesso. O tribunal regional do trabalho da 4ª Região (RS) negou seguimento a recurso de revista, motivando a empresa a entrar com agravo de instrumento junto ao TST. A relatora do agravo, juíza convocada Maria Doralice Novaes, examinou exaustivamente as alegações da Petrobrás e concluiu que, em todos os itens da condenação, a decisão baseou-se na legislação e nas normas regulamentadoras de segurança no trabalho e nas provas produzidas pelas inspeções e perícias constantes do processo.

Com relação à multa, a empresa sustentou que a condenação "ofende os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade", o que autorizaria a admissão do recurso de revista. A relatora, porém, considerou inviável o recurso por estar "absolutamente desfundamentado", uma vez que a Petrobrás não conseguiu indicar violação direta e legal de dispositivo de lei ou divergência jurisprudencial, ambos pressupostos para a admissão do recurso. (AIRR 75/2003-024-04-40.4)

*Data de inclusão: Terça-feira, 27 de Março de 2007 [2a. Edição]*

Data da Notícia: **Terça-feira, 27 de Março de 2007**



E-ED-RR 405.137/1997.3 – SBDI-1 – DJU de 08.06.2007

**RECURSO DE EMBARGOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SEGURANÇA BANCÁRIA. INSTALAÇÃO E ARTEFATOS DE SEGURANÇA. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 2º, INCISO II, DA LEI Nº 7.102/83.** A instância ordinária, ao determinar a instalação de portas de segurança, vidros blindados e equipamentos fotográficos que permitam a inibição e identificação de eventuais criminosos nas agências da reclamada, não impõe obrigação sem amparo legal. Isso porque, tal exigência consta do inciso II do artigo 2º da Lei nº 7.102/83, ao tratar da instalação de artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura. A ausência de especificação dos dispositivos de segurança que se enquadram na referida disposição legal decorre da própria impossibilidade de se enumerar todos os artefatos existentes para esse desiderato. A ação fiscalizadora do Ministério da Justiça, prevista nos artigos 1º e 6º da Lei nº 7.102/83, não gera a inafastabilidade do controle jurisdicional a resguardar a segurança dos trabalhadores expostos aos riscos da atividade desenvolvida pela entidade bancária. Assim, uma vez constatado em juízo que o estabelecimento bancário não está proporcionando as condições mínimas de segurança previstas em lei, cabe a esta Justiça Especial fazer cumprir a lei, no caso, o disposto no artigo 2º do aludido diploma legal (**Precedente: E-RR-316.001/1996, DJ-14/12/2001, Relator Ministro Rider Nogueira de Brito**). Embargos não conhecidos.

RR 717.939/00.0 – 6ª Turma – DJU de 08.06.2007

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.** Trata o presente feito de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de, como aduz o *decisum* recorrido, **compelir os reclamados a regularizar a jornada do trabalho, pagar salários em dia, depositar, nas contas vinculadas dos empregados e ex-empregados, o FGTS, registrar a CTPS dos seus empregados, pagamento das verbas rescisórias a tempo e modo legais, procederem a exame médico admissional e apontam redução salarial** (fl. 788), limitando-se a controvérsia a saber se há ou não legitimidade do *Parquet* para tal ação. Com efeito, **a pretensão diz respeito a direitos individuais homogêneos, sendo, portanto, legítimo o Ministério Público do Trabalho para ajuizar a ação civil pública.** Recurso de revista conhecido e provido.

E-RR 797015/2001.3 – SBDI-1 – DJU de 1º.06.2007

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MUNICÍPIO. SALÁRIO MÍNIMO LEGAL. PROPORCIONALIDADE À JORNADA DE TRABALHO.** O pagamento do salário mínimo de forma proporcional à carga horária cumprida, quando reduzida, ainda que em valor inferior ao salário mínimo mensal, **não implica violação do art. 7º, IV, da Carta Política. Exegese consentânea com a norma consagrada no inciso XIII do mesmo preceito constitucional. Precedentes desta Corte Superior.** Recurso de embargos não conhecido.

AIRR 133/2002-003-04-40.8 – 6ª Turma – DJU de 25.05.2007

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFICÁCIA DA COISA JULGADA. DESPROVIMENTO.** Não merece provimento o agravo de instrumento que tem por objetivo o processamento do recurso de revista, quando não demonstrada violação literal de dispositivo constitucional ou legal, nem divergência jurisprudencial apta ao confronto de tese. Art. 896, e alíneas, da CLT.

RR 1.776/2003-003-06-40.9 – 6ª Turma – DJU de 14.09.2007

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITOS DA SENTENÇA. ÂMBITO TERRITORIAL. DANO MORAL COLETIVO. INTERESSE DIFUSO. RESERVA DE QUOTAS. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU REABILITADAS, NO PERCENTUAL DEFINIDO NA NORMA LEGAL.** A alegação do reclamado de que cumpriu a norma legal, que exige percentual de contratação de empregados reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, considerando o número de empregados em cada filial ou agência, **não condiz com o disposto na norma legal, que determina a apuração, para incidência do percentual, em relação ao número de empregados da empresa, e não em cada estabelecimento.** Confirmado o dano moral coletivo, é de se verificar os efeitos da decisão, que determinou obrigação de fazer, no caso de reserva de postos de trabalho, com o fim de contratação de trabalhadores portadores de deficiência habilitados e beneficiários da previdência social reabilitados, até atingir o percentual legal adequado ao número total de empregados da empresa, e de não dispensar tais empregados, sem a contratação de empregado substituto em situação análoga, além de penalidade pecuniária, com o fim de assegurar o cumprimento da lei, a ser revertida ao FAT, e indenização por dano moral coletivo, também a ser revertida ao FAT. **Apenas reforma-se a v. decisão, para adequá-la ao que dispõe o art. 16 da LACP, que embora confira efeitos erga omnes à sentença proferida em Ação Civil Pública, limita a abrangência competência territorial do órgão prolator da decisão. Recurso de revista parcialmente conhecido e provido.**

**18/09/2007**

**JT proíbe Itaú de condicionar plano de saúde a não-ajuizamento de ação**

O **Banco Itaú S.A.** deve se abster de incluir, nas demissões, cláusula contratual que condicione a manutenção de plano de saúde de ex-empregados ao não-exercício do direito de ação judicial. Esse é o teor da decisão da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1) do Tribunal Superior do Trabalho que negou provimento a recurso ordinário em mandado de segurança do banco.

A SDI-1 manteve, assim, o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e a antecipação de tutela concedida pela 20ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS). O relator do recurso no TST, ministro José Simpliciano Fernandes, não vislumbrou abusividade ou ilegalidade no deferimento de antecipação de tutela.

A cláusula motivo da contenda estabelece que o convênio médico, prorrogado após a rescisão contratual em até 18 meses além do previsto em convenção coletiva (que estabelece 180 dias) poderá ser cancelado, sem qualquer justificativa, inclusive em face de litígio judicial entre as partes, qualquer que seja o autor, dada a incompatibilidade entre as partes na manutenção do acordo.

**Para o Ministério Público do Trabalho (MPT) e para a 20ª Vara de Porto Alegre, a intenção do banco é evitar que empregados demitidos entrem com ação trabalhista dentro do prazo legal. A prescrição ocorre após dois anos da rescisão contratual, o mesmo tempo da prorrogação do plano de saúde. Com o objetivo de garantir o direito dos trabalhadores, o MPT ajuizou ação civil pública.**

A juíza da 20ª Vara de Porto Alegre deferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou que o Banco Itaú se abstinhasse de condicionar a manutenção do plano de saúde dos empregados despedidos, pelo período de 18 meses adicionais aos 180 dias previstos em convenção coletiva de trabalho, ao não-exercício do direito de ação. Se a empresa não acatar a decisão, será multada em

R\$100 mil por trabalhador atingido.

O Banco Itaú contestou a decisão, por meio de mandado de segurança ao TRT da 4ª Região. Para a empresa, a prorrogação é apenas uma liberalidade do banco e a título precário. Argumentou, ainda, que a cláusula não impediu os ex-empregados de promover ação trabalhista. Pediu, na petição inicial, a cessação dos efeitos da antecipação de tutela, negado pelo TRT. O banco procurou reverter a situação no TST, com recurso ordinário em mandado de segurança, mas não conseguiu. O TST manteve o entendimento das instâncias inferiores.

O ministro José Simpliciano Fernandes afirma, em seu voto, que, no caso, estavam presentes os requisitos exigidos para a concessão da antecipação da tutela: prova inequívoca das alegações do Ministério Público e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. (ROMS-117/2007-000-04-00.6)

**AIRR - 684/2005-181-18-40.1 – 6ª Turma – DJU de 05.10.2007**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE SEM A PRÉVIA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO E MULTA DIÁRIA. RESPONSABILIDADE REGRESSIVA DO PREFEITO. DESPROVIMENTO.** Não merece provimento o agravo de instrumento que tem por objetivo o processamento do recurso de revista, quando não demonstrada violação literal de dispositivo constitucional ou legal, nem divergência jurisprudencial apta ao confronto de tese. Art. 896, e alíneas, da CLT.

**AR 162.669/2005-000-00-00.7 – SBDI-2 – DJU de 26.10.2007**

**AÇÃO RESCISÓRIA. SEGURANÇA BANCÁRIA. INSTALAÇÃO DE PORTAS GIRATÓRIAS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5º, II, DA CF/88 E 2º DA LEI 7.102/83. NÃO-CONFIGURAÇÃO.** O art. 2º da Lei 7.102/83 não elenca de forma específica e taxativa quais os dispositivos de segurança considerados pertinentes à segurança dos estabelecimentos bancários, mas, ao contrário, vale-se de diretriz genérica, cabendo desse modo ao intérprete, dentro de um critério de razoabilidade, considerar se a instalação das portas de segurança nos estabelecimentos atende à finalidade da norma. In casu, o acórdão rescindendo, interpretando o artigo 2º da Lei 7.102/83 e seus incisos, considerou que as portas de segurança podem ser enquadradas tanto na previsão contida no inciso I desse dispositivo equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagens que possibilitem a identificação dos assaltantes -, como na previsão contida no inciso II - artefatos que retardem a ação dos criminosos, permitindo sua perseguição, identificação ou captura -, o que impossibilita a verificação de violação literal do referido preceito legal. Assim, insubsistente a indigitada violação do art. 5º, II, da Constituição Federal, porquanto se trata de norma genérica, estando a controvérsia circunscrita à interpretação de legislação infraconstitucional, não restando, portanto, autorizado o corte rescisório fundado no inciso V do artigo 485 do CPC. Pedido julgado improcedente. **AÇÃO CAUTELAR APENSADA.** Tendo em vista a improcedência do pedido de corte rescisório, a Ação Cautelar em apenso, também ajuizada pelo Autor da presente Rescisória, deve ser julgada improcedente, haja vista a perda do *fumus boni iuris*.

**15/10/2007****Pleno mantém, em liminar, terceirização de telemarketing do BB**

O Pleno do Tribunal Superior do Trabalho manteve liminar que permitiu a prorrogação de contratos de prestação de serviços de telemarketing do Banco do Brasil no Estado do Paraná. O Tribunal entendeu que o mérito da questão principal – a licitude da terceirização, objeto de ação civil pública do MPT – é de caráter altamente controvertido, e que a proibição da prorrogação dos contratos antes do julgamento do mérito poderia causar danos irreparáveis aos quase mil empregados terceirizados.

A liminar havia sido concedida pelo corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, em reclamação correicional movida pelo banco. O contrato de terceirização de serviços de telemarketing firmado com as empresas Mobitel S.A. e TMKT Serviços de Marketing Ltda. foi questionado pelo Ministério Público do Trabalho da 9ª Região (PR) na Vara do Trabalho de São José dos Pinhais (PR). A alegação era a de que os empregados dessas empresas estariam executando serviços tipicamente bancários, nas mesmas condições de empregados concursados, e ainda estariam ocupando vagas que poderiam ser preenchidas por candidatos aprovados em concurso cuja validade expiraria em dezembro de 2007. Pediu a concessão de tutela antecipada a fim de cancelar os contratos, com a substituição dos empregados pelo pessoal concursado em espera.

A sentença concedeu a antecipação de tutela para que os contratos – que venceriam em julho e agosto de 2007 – não fossem prorrogados. O juiz de primeiro grau concluiu que os terceirizados exerciam típica atividade-fim do banco, e que havia discriminação salarial entre os empregados e os terceirizados, embora exercessem as mesmas funções. O banco foi condenado a “não contratar ou manter contratos com empresas interpostas para execução de suas atividades fins, dentre elas o chamado telemarketing”.

Por meio de recurso ordinário e de ação cautelar, o Banco do Brasil pediu a suspensão da proibição determinada na sentença até o trânsito em julgado da decisão da ação civil pública. O relator no Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), porém, indeferiu o pedido, levando o banco a ajuizar reclamação correicional na Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho sob a alegação do iminente prejuízo representado pela perda do emprego dos quase mil empregados das prestadoras de serviço.

O corregedor-geral, ministro João Oreste Dalazen, determinou a suspensão da tutela que obrigava o banco a não prorrogar os contratos. Foi a vez então do Ministério Público recorrer desta decisão, por meio do agravo regimental julgado pelo Pleno do TST, no qual ressaltou que a prorrogação dos contratos até o trânsito em julgado da ação civil pública “agravaria ainda mais a situação dos candidatos já aprovados no concurso de 2003 e todos os potenciais candidatos a essa carreira que vêm suas vagas ocupadas por trabalhadores terceirizados”. Sob esta ótica, a decisão do corregedor-geral afrontaria o princípio da universalidade de acesso a empregos públicos prevista na Constituição Federal, bem como os princípios da igualdade, da dignidade do trabalhador e da proibição da terceirização ilícita.

A matéria suscitou longo debate no Pleno. O relator, ministro Dalazen, afirmou que a suposta irregularidade da terceirização dos serviços de telemarketing por este ser atividade-fim “é questão jurídica candente, objeto de intensa controvérsia doutrinária e jurisprudencial, inclusive no âmbito do TST” – o que ficou evidente ao longo dos debates. “Isso basta para se reputar, no mínimo, temerária e imprópria a eficácia imediata da sentença antes que haja a discussão da matéria nos sucessivos graus de jurisdição”, assinalou.

O relator adotou ainda um segundo fundamento: o do risco de dano irreparável no caso da não-prorrogação dos contratos. “O cumprimento imediato dessa ordem acarretaria a repentina solução de continuidade na prestação do serviço de telemarketing”, observou. “Com isso, o banco sofreria

graves prejuízos econômicos e estruturais, diante da natural demora no processo de substituição dos empregados terceirizados pelos concursados. Ademais, isso traria impacto negativo sobre a qualidade e a celeridade na prestação de serviços aos milhares de clientes do banco”. A decisão do Pleno foi no sentido de dar provimento parcial ao agravo regimental do Ministério Público, para limitar a liminar concedida pelo corregedor-geral até a decisão de mérito do TRT/PR. (AGRC 183839/2007-000-00-00.7)

**16/10/2007**

**TST mantém condenação por trabalho degradante em fazendas dos irmãos Mânica**

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou provimento a agravo de instrumento interposto pelo Condomínio de Empregadores Rurais Norberto Mânica e Outros contra condenação da Justiça do Trabalho de Minas Gerais ao pagamento de R\$ 300 mil a título de indenização por danos morais coletivos. A condenação resultou de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho diante das condições degradantes em que eram mantidos os trabalhadores nas fazendas de propriedade dos três irmãos, cujo principal produto de cultivo era o feijão.

De acordo com a inicial da ação civil pública, na primeira inspeção, em janeiro e fevereiro de 2003, os auditores fiscais sofreram ameaças que impossibilitaram a apuração integral das irregularidades. Nova diligência foi feita em julho do mesmo ano, no período de safra, e nela constatou-se que a administração das contratações e do serviço estava a cargo de um “gato” (agenciador de mão-de-obra), empregado registrado, que recrutava trabalhadores em Minas Gerais e na Bahia. Os trabalhadores não recebiam nenhuma alimentação sólida entre as 16h, quando o jantar era servido, até as 10h do dia seguinte, hora do almoço, e que o “gato” mantinha um pequeno comércio na área do alojamento, onde vendia biscoito e cigarros. A precariedade das condições de trabalho era agravada por circunstâncias como a utilização de alojamentos coletivos para empregados, casais e famílias, sem privacidade ou dignidade. Na refeição matinal, era servido apenas café, “sem pelo menos um pedaço de pão”.

O pedido era de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 3 milhões. A Vara do Trabalho de Unaí o indeferiu, mas o TRT/MG, ao julgar recurso ordinário do Ministério Público, considerou que “a conduta empresarial gerou dano coletivo a toda a categoria dos trabalhadores rurais da região, indefinidamente considerada, que, desconhecendo os seus direitos, resignada à necessidade de subsistência, sujeitava-se à exploração que lhe era imposta”. Os réus foram condenados solidariamente ao pagamento de R\$ 300 mil a título de danos morais coletivos, revertidos a favor do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O TRT/MG determinou ainda que os fazendeiros se abstivessem de manter em serviço trabalhador com idade inferior a 16 anos em qualquer atividade e entre 16 e 18 anos em atividades insalubres, perigosas, penosas ou noturnas, e negou seguimento ao recurso de revista, motivando o condomínio a interpor o agravo de instrumento.

A alegação principal era a de que a sentença não reconhecia a existência de trabalho escravo nas propriedades dos condôminos, e mesmo assim foram condenadas na indenização por danos morais. Argumentou-se, também, que as irregularidades já haviam sido corrigidas, e que o dano moral seria “incompatível com a transindividualidade porque diz respeito ao foro íntimo da pessoa lesada”.

O ministro Aloysio Corrêa da Veiga, ao analisar o processo, afirmou não restar a menor dúvida de que a conduta ilícita dos fazendeiros resultou, como registrou o Regional, “em aviltar, humilhar e rebaixar a situação do operário a mero fator de produção, sem respeito a seus valores humanos e à sua dignidade, cujo respeito a legislação impõe”. Conforme explicou o relator, o fato de ter sido constatada a melhoria da condição dos trabalhadores “em nada altera o que foi decidido, porque a indenização por danos morais visa reparar lesão ocorrida no passado e que, de tão grave, ainda

repercuta no seio da coletividade”.

A ação civil pública foi ajuizada em setembro de 2004. Em janeiro daquele ano, quatro funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego – três auditores fiscais e um motorista – foram emboscados e assassinados enquanto realizavam uma fiscalização rural de rotina na região de Unaí. As investigações da Polícia Federal apontaram como mandantes os fazendeiros Norberto Mânica e seu irmão Antério – que não integra o consórcio. Os indiciados aguardam julgamento pela Justiça Federal em Minas Gerais. (AIRR 561/2004-096-03-40.2)

**AIRR 806.642/2001 – 3ª Turma – DJU de 30.11.2007**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECURSO DE REVISTA - LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** O Ministério Público do Trabalho é instituição pública responsável pela tutela dos interesses sociais, dentre eles, os direitos individuais homogêneos. Desse modo, é legítima a atuação do MPT por meio de Ação Civil Pública. Registre-se que, não obstante a possibilidade de propositura de ações individuais, a origem comum, aglutinação e relevância social, de modo a extrapolar o caráter exclusivamente individual, acarretam a tutela formalmente coletiva. Precedentes do TST, STJ e STF. **TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL - PROGRAMA DE INCENTIVO À SAÍDA VOLUNTÁRIA (PISV) - CONDIÇÃO DE ADESÃO AO PLANO – INCONSTITUCIONALIDADE.** O exercício do poder diretivo do empregador, mesmo na formulação de benefício aos trabalhadores, deve observância aos direitos fundamentais constitucionalmente assegurados, no particular, direito de ação (art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República) e princípio da isonomia (art. 5º, *caput*, da Constituição). ***In casu*, o regulamento empresarial que instituiu o Programa de Saída Voluntária (PISV) vedou a adesão dos trabalhadores que mantivessem ação trabalhista contra a empresa, independentemente de ocorrência de identidade entre os pedidos formulados e eventual direito a ser satisfeito quando da quitação operada. A vedação imposta implica dupla ofensa a direitos individuais: i) por um lado, gera injustificada diferenciação entre os trabalhadores da empresa, que passam a ser considerados a partir do exercício, ou não, de regular direito; ii) por outro, importa em desrespeito ao direito de ação, na medida em que condiciona a fruição de direito regulamentar benéfico à abstenção de eventual reclamação trabalhista.** Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

**E-RR 411.489/1997 – SBDI-1 – DJU de 07.12.2007**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. INTERESSE SOCIAL RELEVANTE.**  
 1. Na dicção da jurisprudência corrente do Supremo Tribunal Federal, os direitos individuais homogêneos nada mais são do que direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos individuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), passíveis de tutela mediante ação civil pública, são coletivas. 2. Considerando-se interpretação sistêmica e harmônica dos artigos 6º, VII, letras c e d, 83 e 84 Lei Complementar 75/93, não há como negar a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para tutelar direitos e interesses individuais homogêneos, sejam eles indisponíveis ou disponíveis. Os direitos e interesses individuais homogêneos disponíveis, quando coletivamente demandados em juízo, enquadram-se nos interesses sociais referidos no artigo 127 da Constituição Federal. 3. **O Ministério Público detém legitimidade para tutelar judicialmente interesses individuais homogêneos, ainda que disponíveis, ante o notório interesse geral da sociedade na proteção do direito e na solução do litígio deduzido em juízo. Verifica-se,**

ademais, que o interesse social a requerer tutela coletiva decorre também dos seguintes imperativos: facilitar o acesso à Justiça; evitar múltiplas demandas individuais, prevenindo, assim, eventuais decisões contraditórias, e evitar a sobrecarga desnecessária dos órgãos do Poder Judiciário. 4. Solução que homenageia os princípios da celeridade e da economia processuais, concorrendo para a consecução do imperativo constitucional relativo à entrega da prestação jurisdicional em tempo razoável. 5. Recurso de embargos conhecido e provido.

**14/12/2007**

**Empresa do Paraná não poderá exigir informações sobre antecedentes criminais**

A exigência de atestado de antecedentes criminais ou a compra de informações neste sentido, para fins de contratação de empregados, fere o direito à dignidade da pessoa humana e serve de base à discriminação. Com estes fundamentos, a Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu sentença que determinava à empresa Champagnat Veículos, de Curitiba, que se abstivesse de exigir de seus candidatos a emprego certidões ou atestados com essas informações. O relator foi o ministro João Batista Brito Pereira.

Em ação civil pública, o Ministério Público do Trabalho da 9ª Região (PR) informou que a Champagnat contratava os serviços da Innvestig Consultoria Jurídica de Segurança Ltda. Esta empresa, investigada em outro procedimento, vendia informações “cadastrais” para seus clientes. Utilizadas para a contratação de empregados, essas informações propiciavam a discriminação contra aqueles que haviam ajuizado reclamações trabalhistas, possuíam antecedentes criminais ou restrições de crédito.

A Champagnat alegou que a pesquisa se restringia a antecedentes criminais, a grande maioria relativa a clientes, e apenas esporadicamente a candidatos a emprego em cargos que exigiam o manuseio de dinheiro. A empresa tem quadro de cerca de 130 funcionários e faz em média duas contratações por mês. Não conseguiu, porém, explicar o grande número de pesquisas criminais efetuadas pela Innvestig, ou porque o setor de recursos humanos precisaria de tais pesquisas em se tratando de clientes.

Antes da prolação da sentença, empresa e MPT fizeram um acordo parcial, relativo aos antecedentes trabalhistas dos candidatos. Ficou em aberto, porém, a questão das informações sobre antecedentes criminais. A 14ª Vara do Trabalho de Curitiba, ao apreciar o tema, lembrou que todos são considerados inocentes até que se prove o contrário. “Desta forma, a busca de informações sobre ‘antecedentes criminais’ do trabalhador é evidentemente discriminatória, e só se justificaria em casos excepcionais, o que não restou evidenciado”.

O juiz de primeiro grau destacou também que “um eventual condenado que já cumpriu a sua pena e está reintegrado na sociedade não merece que esta mesma sociedade, que já o puniu por seu ato praticado, puna-o novamente excluindo-o do campo de trabalho pelo fato de ter antecedentes criminais”. E concluiu que a exigência do atestado de antecedentes criminais, bem como pesquisa neste sentido, era “imoral e discriminatória”. A sentença condenou a empresa a abster-se de levantar antecedentes criminais ou exigir atestados neste sentido de seus empregados ou candidatos a emprego.

No julgamento de recurso de revista, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PA) reformou, porém, a sentença. Para o TRT, o acesso à certidão de antecedentes criminais é assegurado a todos, desde que esclareçam os fins e as razões do pedido, e decorre do direito à obtenção em órgãos públicos de informações de seu interesse (artigo 5º, inciso XXXIII), de petição e de obtenção de certidões, garantidos na Constituição Federal (artigo 5ª, inciso XXXIV). Segundo este

entendimento, a exigência de certidão de antecedentes não implicaria violação à dignidade, intimidade ou à vida privada dos trabalhadores, já que as informações podem ser acessadas por qualquer pessoa que justifique os fins e as razões para tal.

O MPT recorreu desta decisão ao TST sustentando, por sua vez, que o Regional, ao considerar lícita a exigência, iria de encontro a diversos dispositivos da Constituição Federal, dos Códigos Civil e Penal, da Lei de Execuções Penais e da Convenção 111 da OIT. O foco principal, assinalou o relator, ministro Brito Pereira, era a colisão entre dois princípios constitucionais: o do inciso X, que considera invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas; e o do inciso XXXIV, que garante o o direito de petição e o acesso a certidões.

“Fazendo-se a ponderação entre esses direitos fundamentais, tendo em vista a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade em que se procura coordenar os bens jurídicos em conflito, prevalece o inciso X em detrimento do inciso XXXIV do artigo 5ª da Constituição da República”, afirmou o relator, “porque todo o sistema jurídico está centrado na dignidade da pessoa humana, afeto à personalidade do indivíduo, conforme o artigo 1º, inciso III da Constituição.” (RR 98.912/2004-014-09-40.3)

### **Supermercado é condenado por discriminar ex-empregados**

A rede de supermercados catarinense Sonae Distribuição Brasil foi condenada por **prática de discriminação ao proibir que ex-empregados exercessem em suas dependências atividades de demonstradores, degustadores ou promotores de vendas de outras empresas**. A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, em voto relatado pelo ministro Alberto Bresciani, negou provimento ao agravo de instrumento da empresa, mantendo assim a condenação imposta pela Justiça do Trabalho catarinense. A rede terá de pagar indenização no valor de R\$ 50 mil a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), além de multa de R\$ 15 mil por trabalhador discriminado, se a atitude se repetir.

A ação civil pública foi movida pelo **Ministério Público do Trabalho** da 12ª Região, que constatou a atitude discriminatória do empregador em relação aos ex-empregados autores de ações trabalhistas, após denúncia feita pelo Sindicato dos Empregados em Comércio de Florianópolis. Responsável pela defesa dos direitos constitucionais, coletivos, homogêneos, sociais, difusos e indisponíveis dos **trabalhadores**, o Ministério Público informou que já havia instaurado procedimento investigatório, no qual constatou a prática generalizada da empresa em negar o acesso de ex-empregados aos seus estabelecimentos como promotores de vendas.

Segundo o ministro Alberto Bresciani, “do quadro descrito pela Corte de origem, a própria empresa externou seu receio de permitir que ex-empregados laborem em suas dependências, em face do risco de reclamações trabalhistas, com pedido de vínculo”. O ministro ressaltou que o comportamento da empregadora ofendeu o artigo 5º da Constituição, o qual assegura a liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.



Ao acionar o Sonae, o **MPT** esclareceu que foram feitas duas tentativas de se firmar um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o supermercado. À época, na audiência realizada com o Ministério Público, o empregador não demonstrou interesse em adequar o seu comportamento, negando-se a assinar o termo.

“A prática adotada pela ré, por um lado, estabelece padrão ilícito de discrimen entre aqueles que podem ou não trabalhar em suas dependências, e, por outro, obsta o exercício do trabalho por parte de seus ex-empregados, valendo-se ela, sinteticamente, da crença na má-fé. Concretiza discriminação direta, calcada em razões manifestamente arbitrárias”, concluiu Bresciani. (AI RR 2748/2002-026-12-40.9)

**06/09/2007**

**Bradesco: empregado burocrático não pode transportar valores**

As agências do Banco Bradesco no Rio Grande do Sul não poderão mais destacar empregados burocráticos para realizar transporte de valores. Caso descumpra tal determinação, o banco será multado. A decisão, proferida pela 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre (RS), foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e pela Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho.

O relator do processo, ministro Lelio Bentes Corrêa, disse em seu voto que, ao contrário do alegado pelo banco, a determinação imposta pela Justiça do Trabalho não viola o princípio da legalidade. “Não contraria o disposto no artigo 5º, inciso II, da Constituição Federal decisão mediante a qual se qualifica como abusiva e ilegal a conduta patronal consistente em desviar para a realização do transporte de valores – atividade que a lei remete à segurança privada – empregados contratados para o exercício de atividades administrativas de caráter burocrático, que não receberam treinamento e formação específicos”.

O processo teve início com uma investigação do Ministério Público do Trabalho em 1994 para apurar denúncias feitas pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Rosa (RS), que acusava o Bradesco de utilizar funcionários da área administrativa para o transporte de valores. Segundo a apuração do MPT, diariamente, no início e final do expediente, bancários eram desviados do serviço burocrático para levar e buscar dinheiro no Banco do Brasil e para servir clientes preferenciais, utilizando veículo particular, colocando em risco a segurança desses trabalhadores. Em junho de 1995, o Ministério Público propôs ação civil pública na Justiça do Trabalho contra o Bradesco, com pedido de liminar, pleiteando a imediata suspensão do procedimento de transporte de dinheiro por funcionários não capacitados. Apontou ofensa à Lei nº 7.102/83 e ao Decreto nº 89.056/83.

O banco, em sua defesa, alegou que todo empregado encarregado de levar dinheiro era acompanhado por um vigilante treinado, e que os valores transportados nunca ultrapassavam R\$ 10 mil. Afirmou que o transporte era limitado à cidade de Santa Rosa, localidade que não dispunha de serviço privado de transporte de valores. Disse também que obedecia às normas regulamentadas pelo Ministério da Justiça. Por fim, argumentou que a segurança de pessoas era obrigação do Estado e que, caso prevalecesse o entendimento do MPT, não poderiam sequer existir bancários, pois estes corriam riscos também dentro dos bancos.

Concedida a liminar, a ação foi julgada procedente. “O transporte de valores por empregado sem qualificação específica constitui violação da lei e abuso do poder de direção do empregador”, destacou a sentença. O juiz determinou que em todo o território do Rio Grande do Sul o Bradesco se abstivesse de utilizar seus empregados (exceto vigilantes) para transporte de qualquer espécie de valor, estipulando o pagamento de multa diária em caso de descumprimento.

O Bradesco, insatisfeito, recorreu ao TRT/RS, porém não obteve sucesso. O acórdão salientou ser imprescindível treinamento e preparo do empregado para este tipo de serviço. “Exigindo que os

funcionários burocráticos efetuem o transporte de valores, o banco está extrapolando os limites contratuais e violando a legislação que regula a matéria”, destacou o acórdão.

**No TST, o recurso do Bradesco não foi conhecido. O ministro Lelio Bentes destacou que a decisão do TRT apontou como fundamento de direito o disposto na Lei nº 7.102/93, que atribui o serviço de transporte de valores ao profissional denominado “vigilante”, que, necessariamente, deve ser submetido a curso de formação específico. Tal decisão, segundo o ministro, não viola a Constituição Federal. (RR-697.656/2000.2).**

**21/01/2008**

**Suspensa a decisão que determinava a demissão de trabalhadores de Furnas**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Rider Nogueira de Brito, suspendeu a decisão da 8ª Vara do Trabalho de Brasília (DF) que determinava, no prazo de trinta dias, a demissão dos trabalhadores não concursados e terceirizados de Furnas Centrais Elétricas S.A. A suspensão, feita através de despacho em medida cautelar ajuizada pela empresa, vale até o julgamento do dissídio coletivo instaurado por Furnas.

Para sua decisão, o presidente do TST considerou a magnitude das conseqüências do comando judicial de primeiro grau, que, devido à exigüidade de tempo conferido para seu cumprimento, “pode gerar grave lesão à ordem, à segurança e à economia públicas”. O despacho foi deferido com fundamento no artigo 798 e seguintes do CPC e com aplicação, por analogia, do artigo 257 do Regimento Interno do TST, que prevê essa possibilidade no caso de manifesto interesse público.

O pedido de suspensão foi feito pela direção e pelas entidades sindicais representantes dos trabalhadores de Furnas ainda na audiência de conciliação e julgamento no dia 18. A primeira paralisação dos trabalhadores ocorreu em 15 de janeiro e estavam previstas outras para os dias 22, 23, 29 e 31/01. A empresa sustentou, em sua medida cautelar, que as paralisações podem causar riscos às atividades essenciais de geração e transmissão de energia elétrica.

A mobilização da categoria profissional é contra as decisões proferidas pela 8ª Vara do Trabalho de Brasília, nas Ações Cíveis Públicas n.os 264-2005-008-10-00.2 e 265-2005-008-10-00.7, que determinaram o afastamento da mão-de-obra terceirizada contratada pela empresa. Segundo Furnas, os terceirizados representam cerca de 45% da força de trabalho da concessionária.

Em seu despacho, o ministro Rider de Brito avaliou que as paralisações anunciadas pela categoria profissional podem provocar sérios prejuízos para a população, tendo em vista possíveis falhas na geração e transmissão de energia elétrica por parte da empresa. Ressaltou, ainda, por outro lado, que “o prazo de trinta dias conferido para a substituição dos trabalhadores terceirizados por outros concursados não é suficiente, tendo em vista a grande quantidade de trabalhadores nessa situação e as medidas internas que certamente, devem ser tomadas nesse sentido”.

A publicação do despacho está programada para o dia 23, quarta-feira, no Diário da Justiça da União, mesma data em que haverá a continuação da audiência de conciliação e julgamento, a partir das 14h. (MC – 188694/2008-000-00-00.6, relacionada ao DC 188514/2008-000-00-00.4)

**11/02/2008**

**MPT tem legitimidade para defender servidores celetistas em ação civil pública**

O Estado de Mato Grosso do Sul recorreu, mas a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho julgou que o Ministério Público do Trabalho da 24ª Região tem toda a legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de servidores celetistas. A ação foi proposta porque os servidores receberam seus salários fora do prazo estabelecido no art. 459, parágrafo único, da CLT, que determina o pagamento até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido.

A Sexta Turma, ao rejeitar (não conhecer) o recurso de revista de Mato Grosso do Sul, manteve a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS) e a sentença da Vara do Trabalho, que fixou multa de R\$ 50 mil reais por mês de descumprimento a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No recurso, o Estado de MS alegou a ilegitimidade do MPT para propor ação civil pública visando à defesa de direitos individuais homogêneos, uma vez que a pretensão não trata de reparação de lesão a direito indisponível.

Para o relator do processo, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, a determinação de pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido é matéria que se encontra inserida entre os direitos que visam à defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, o que torna legítima a ação do Ministério Público. **“A indisponibilidade está vinculada à existência de lesão à ordem social e ao direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores: o trabalho”, avalia o ministro Corrêa da Veiga. Para ele, os interesses individuais homogêneos são direitos indisponíveis, pois, embora tenham seus titulares determináveis, não deixam de estar relacionados aos interesses coletivos. Abrangem, portanto, a tutela coletiva em sentido amplo, concluiu o ministro.**

O relator ressalta que já está consagrada, na jurisprudência do TST e do Supremo Tribunal Federal, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho, nesses casos. A previsão, esclareceu o ministro, está contida tanto na Constituição Federal (artigos 127 e 129, inciso II), quanto na Lei Complementar nº 75/93. Esta lei conferiu legitimidade ao MPT para a defesa dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho, sendo os interesses individuais homogêneos uma espécie de interesses coletivos *lato sensu*.

**O processo**

Tudo começou em abril de 2003, quando o Sindicato dos Técnicos em Radiologia Médica, Câmaras Escuras e Similares em Empresas Públicas e Privadas do Estado de Mato Grosso do Sul (Sinterms) solicitou à Procuradoria Regional do Trabalho audiência de mediação com a Fundação Regional de Saúde de Mato Grosso do Sul. O objetivo do Sinterms, entre outras reivindicações, era obter a adequação da data de pagamento de salários pelo Hospital Regional, administrado pela Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul.

Em audiência, o representante do Estado disse ser impossível, naquele momento, o cumprimento de norma do pagamento dos empregados até o quinto dia útil, em função da dificuldade de fluxo de caixa, pois o dinheiro para pagamento das folhas dos servidores só é liberado no dia 10 de cada mês. Segundo o MPT, foram adotadas diversas medidas, sem sucesso, com o intuito de solucionar a questão na esfera extrajudicial. Só lhe restou a propositura da ação, buscando garantir o cumprimento da legislação trabalhista quanto ao prazo determinado para o pagamento dos salários. (RR-765/2004-004-24-00.6)

**RECURSO DE REVISTA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PLEITEAR DIREITOS INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.** Trata-se, na espécie, de ação civil coletiva proposta pelo Ministério Público do Trabalho da 23ª Região, pretendendo a defesa de direitos trabalhistas de **empregados menores**, contratados pela Associação de Gerenciamento de Projetos mediante convênio com o Município de Cuiabá. Objetiva, portanto, a defesa de direitos individuais indisponíveis de trabalhador menor. **Legitimidade do Ministério Público amparada nos arts. 1º, V, da Lei nº 7347/85; 127 da Constituição Federal, 6º, VII, d, da Lei Complementar nº 75/93 e 201, V, da Lei nº 8.069/90.** Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 98.912/2004-014-09-40 – 5ª Turma, Rel. Min. João Batista Brito Pereira – DJU de 15.02.2008**

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE COLETIVO. DIREITOS FUNDAMENTAIS. COLISÃO. UTILIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS. ANTECEDENTES CRIMINAIS. IMPOSSIBILIDADE.** Tendo em vista a colisão entre os valores constitucionais inscritos no inc. X em detrimento do inc. XXXIV do art. 5º da Constituição da República, verifica-se a necessidade de fazer a ponderação entre os direitos fundamentais, aspecto suficiente a ensejar o provimento do Agravo de Instrumento para o regular processamento do Recurso de Revista.

#### **RECURSO DE REVISTA**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE COLETIVO. DIREITOS FUNDAMENTAIS. COLISÃO. UTILIZAÇÃO DE BANCO DE DADOS. ANTECEDENTES CRIMINAIS. IMPOSSIBILIDADE.**

1. Havendo colisão entre direitos fundamentais em que de um lado se encontra o acesso à informação e de outro a inviolabilidade à intimidade, à vida privada e à honra, faz-se a ponderação entre eles, tendo em vista a aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. Assim, **prevalece o inc. X em detrimento do inc. XXXVI do art. 5º da Constituição da República, porque todo o sistema jurídico está centrado na dignidade da pessoa humana, afeto à personalidade do indivíduo (art. 1º, inc. III, da Constituição da República).** Recurso de Revista de que se conhece e a que se dá provimento.

**AIRR 2.343/2006-139-03-40 – 4ª Turma – DJ de 29.02.2008**

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA AFASTADA. VÍNCULO DE EMPREGO CARACTERIZADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 126/TST.**

As premissas fáticas delineadas no julgado regional deixam clara a existência de terceirização de serviços. A discussão encontra-se adstrita à análise de prova, uma vez que para se verificar se houve fraude ou não na terceirização de serviços prestados pelo Reclamante, bem como se estavam presentes os elementos caracterizadores da relação de emprego, seria imprescindível o revolvimento do conjunto fático probatório, cujo reexame não é permitido a esta instância superior. Aplicação da Súmula nº 126/TST. Agravo de Instrumento desprovido.

03/03/2008

TST suspende substituição de terceirizados na CEMIG

O Tribunal Superior do Trabalho, em despacho assinado pelo ministro João Batista Brito Pereira, concedeu liminar para suspender decisão da 4ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte (MG) que determinou à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) a substituição, até o dia 28/02, de todos os trabalhadores terceirizados por empregados concursados. **O despacho foi dado em ação cautelar da CEMIG com pedido de efeito suspensivo da decisão, proferida em ação civil pública.**

A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho visando, basicamente, proibir a CEMIG, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em Minas Gerais, de contratar e/ou manter trabalhadores temporários e estagiários fora das especificações legais (Lei nº 6.019/74, que trata de trabalho temporário, e Lei nº 6.494/77, que regulamenta o estágio), substituindo-os, num prazo de nove meses, por empregados concursados. No dia 28/05/2007, a sentença da 4ª VT/BH deferiu os pedidos e fixou multa de R\$ 5 mil por trabalhador irregular após os nove meses. A sentença foi confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no julgamento do recurso ordinário, em novembro de 2007. A CEMIG interpôs então recurso de revista para o TST (ainda não processado pelo TRT/MG) e, em seguida, a ação cautelar visando à suspensão da determinação até o julgamento do recurso.

**Na cautelar, a empresa alega dificuldades materiais para cumprir a determinação judicial e detalha fatos relacionados ao último concurso público realizado: a primeira fase ocorreu em maio de 2005, e os primeiros aprovados começaram a trabalhar em julho de 2007. Para a CEMIG, a substituição de todos os operários (empregados de prestadoras de serviços, temporários, estagiários e leituristas) de uma só vez por concursados causará “inevitáveis prejuízos para o fornecimento de energia elétrica em todo o Estado de Minas Gerais, além de providência impossível de ser implementada no prazo previsto, o que resultará na cobrança de pesadas multas”.**

O ministro Brito Pereira, em seu despacho, observa que, diante da excepcionalidade da situação, “é manifesto o cabimento da medida. A substituição de grande contingente de mão-de-obra “compromete a segurança dos empregados, o treinamento e a garantia do fornecimento regular do serviço público”, afirma o relator, ressaltando que o procedimento submeteria os novos empregados ao exercício de tarefas para as quais ainda não estão devidamente treinados. **A liminar concedida suspende os efeitos da decisão judicial que confirmou a tutela antecipada e suas consequências – entre elas a aplicação das multas – até o trânsito em julgado do recurso de revista na ação civil pública. (AC-190.494/2008-000-00-00-1)**

**AIRR 169/2005-221-06-40 – 8ª Turma – DJU de 07.03.2008**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. CARACTERIZAÇÃO.**

**1. O elemento que distingue uma ação coletiva, que visa a resguardar interesses homogêneos, da simples reunião de ações individuais é a existência de uma tese jurídica geral, referente a determinados fatos, que, se acolhida, possa beneficiar diversas pessoas.**

2. Do quadro fático trazido à baila pelo acórdão regional, imutáveis neste âmbito recursal extraordinário, ante o óbice da Súmula nº 126/TST, depreende-se que os fatos narrados pelo Ministério Público viabilizam a adoção de uma tese jurídica geral, aplicável a toda uma coletividade de interessados e independente da análise da situação individual e particular de cada pessoa.

3. Com base no contexto fático-probatório, o Tribunal Regional concluiu que o ato arbitrário do empregador constituiu inadmissível ingerência na organização sindical. Verificado o dano à coletividade, que tem a dignidade e a honra abalada em face do ato infrator, cabe a reparação, cujo dever é do causador do dano.

4. Assim, cabível a indenização por dano moral coletivo, em montante revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, em atenção ao artigo 13 da Lei nº 7.347/85 e à Lei nº 7.998/90.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONDENAÇÃO EM CUSTAS. PRECLUSÃO.**

Condenada em primeira instância, não cuidou a Reclamada de devolver tal matéria ao Tribunal Regional. A insurgência encontra-se preclusa.

**DANOS MORAIS. QUANTUM. INDENIZATÓRIO. RECURSO DESFUNDAMENTADO.**

A Agravante não amparou seu apelo em nenhum dispositivo legal ou constitucional, tampouco indicou divergência jurisprudencial, em desatenção ao artigo 896 da CLT e à Súmula nº 221 desta Corte. Agravo de Instrumento a que se nega provimento.

**RR 157/2006-042-03-00 – 5ª Turma, Rel. Min. Emmanoel Pereira – DJU de 28.03.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CLÁUSULA CONVENCIONAL. INTERESSES INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS.** No caso, o Ministério Público do Trabalho figura no pólo ativo como Autor na ação civil pública, defendendo, interesses coletivos individuais e indisponíveis dos trabalhadores. **Pretende resguardar o direito dos trabalhadores requerendo a imposição de obrigação de não fazer no sentido de que não seja reinserida nos acordos coletivos cláusula convencional em que o sindicato se compromete a não pleitear horas *in itinere* por meio de ações coletivas.** Verifica-se, outrossim, que os artigos 127 e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal, legitimando o Ministério Público à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis a promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e exercer outras funções que forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade não fazem qualquer restrição à utilização da ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho, sendo que os artigos 81, inciso II, e 83 da Lei nº 8.078/90, também legitimam o Ministério Público a ajuizar a aludida ação. Da exegese dos artigos constitucionais e infraconstitucionais acima transcritos, conclui-se pelo interesse do Ministério Público para propor a ação civil pública. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 636.528/2000 – 8ª Turma – DJU de 04.04.2008**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. LEGITIMIDADE. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER.** O Tribunal *a quo*, ao reputar nulos os contratos de prestação de serviços, por tempo determinado e em comissão, **impondo à reclamada a obrigação de não fazer, consistindo no impedimento de contratar qualquer novo servidor temporário ou comissionado, antes de esgotada a contratação dos candidatos aprovados em concurso público, não violou de forma direta o art. 173, § 1º, da CLT, conforme exige o art. 896, c, da CLT.** Com efeito, não obstante o referido comando constitucional determine que a empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias, por certo que o referido comando deve ser aplicado considerando os princípios insculpidos no art. 37, *caput*, da CF e a diretriz do inciso II do referido dispositivo, no sentido da aprovação em concurso público para o ingresso na Administração Pública Indireta, **mormente na hipótese dos autos, em que a recorrente locou, de forma irregular, mão-de-obra de empresas prestadoras de serviço, terceirizando a atividade fim de manutenção, operação e distribuição do sistema de tratamento de água, admitindo mais de uma centena e meia de empregados para cargos em comissão.** Recurso de revista não conhecido.

**RR 810.398/2001 – 6ª Turma – DJU de 04.04.2008**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PAGAMENTO DE SALÁRIOS INFERIORES AO MÍNIMO LEGAL. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. CARACTERIZAÇÃO.**

Trata o presente feito de ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho com o objetivo de que seja observado o salário mínimo como contraprestação pelos serviços cristalizados pelos empregados do Município, limitando-se a controvérsia a saber se há ou não legitimidade do Parquet para tal ação. Com efeito, a pretensão diz respeito a direitos individuais homogêneos, sendo, portanto, legítimo o Ministério Público do Trabalho para ajuizar a presente ação civil pública. Recurso de revista conhecido e provido.

**ROACP 20.207/2006-000-02-00 – SDC – DJU de 04.04.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA FUNCIONAL DO TRT. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO. RETORNO DOS AUTOS À VARA DO TRABALHO.** Conforme a jurisprudência desta Corte,

consubstanciada na Orientação Jurisprudencial nº 130 da SBDI-2, por aplicação analógica do art. 93 do CDC, **o foro de competência originária para apreciar ação civil pública trabalhista, se da Capital do Estado ou do Distrito Federal, dependerá da extensão do dano impugnado, mas será sempre de uma Vara do Trabalho.** No caso, a Juíza do Trabalho da 52ª Vara de São Paulo SP, sob o fundamento de que a competência originária para apreciar a suspensão de efeitos de cláusulas coletivas seguia a competência para proferir sentença normativa, remeteu o processo ao TRT da 2ª Região, cuja decisão

ensejou o presente recurso ordinário. A competência do Juízo constitui pressuposto processual subjetivo que antecede ao exame de todas as demais questões debatidas, cujo desrespeito implica a invalidade dos atos processuais. Assim, declara-se, de ofício, a incompetência funcional do TRT para processar e julgar originariamente a presente ação civil pública, anulando-se todos os atos processuais a partir da decisão liminar do Relator que concedeu a antecipação de tutela, e determina-se o retorno dos autos à Vara do Trabalho de origem, para prosseguir no julgamento, como entender de direito.

**E-RR 759.927/2001 – SBDI-1 – DJU de 04.04.2008**

**RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.469/2007, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART. 894 DA CLT. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. ANULAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO.** É da Justiça do Trabalho a competência para apreciar e julgar ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, **postulando que o DETRAN rescinda os contratos e que se abstenha de fazer novas contratações sem concurso público em semelhantes hipóteses às contratações irregulares feitas mediante o convênio com a UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.** Recurso de Embargos não conhecido.

**15/04/2008**

**TST mantém revogação de despacho que suspendeu demissões em Furnas**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Rider Nogueira de Brito, manteve o teor de despacho proferido no dia 4 de abril, no qual revogou despacho anterior que suspendia a determinação de rescisão de contratos de prestação de serviços ou convênios firmados pela empresa Furnas Centrais Elétricas S.A. que dissessem respeito ao fornecimento de mão de obra para o exercício de funções relacionadas às suas atividades-fim ou atividades-meio e o afastamento ou demissão dos trabalhadores terceirizados, em substituição a mão-de-obra efetiva. Em despacho publicado no Diário da Justiça de hoje (15), o ministro rejeita o pedido de reconsideração formulado pela empresa.

#### **Ação civil pública e dissídio coletivo**

A substituição dos terceirizados por funcionários concursados foi determinada pela 8ª Vara do Trabalho de Brasília (DF) em duas ações civis públicas movidas pelo Ministério Público do Trabalho e levou os trabalhadores a estabelecer um calendário de paralisações em janeiro. A empresa, então, ajuizou dissídio coletivo de greve no TST.

No dia 21 de janeiro, o ministro Rider de Brito concedeu a cautelar suspendendo a determinação até o julgamento do dissídio coletivo. À época, sua avaliação foi a de que o prazo de 30 dias concedido para a substituição não seria suficiente, uma vez que, segundo a empresa, cerca de 45% de seu quadro se encontravam nessa situação.

No dia 4 de abril, o presidente do Tribunal revogou a suspensão em agravo interposto pelo Ministério Público do Trabalho. “Aquela decisão teve por finalidade criar um ambiente propício ao encontro de



uma solução consensual para o conflito e permitir às partes buscar uma solução negociada, juntamente com o MPT”, assinalou o ministro.

Dois meses depois, porém, o despacho observa que as negociações não avançaram conforme se esperava, em especial pela inércia da empresa e das entidades profissionais envolvidas. “Salvo melhor juízo, isso demonstra o interesse de que a atual situação seja mantida, em desrespeito ao que foi regularmente decidido nas ações civis públicas. Com tal postura, entretanto, não se coaduna esta Presidência, que sempre primou por cumprir e fazer cumprir as leis e a Constituição Federal, opondo-se à utilização de meios que atentem contra a dignidade da Justiça”, afirmou. **Além da revogação, o despacho determinou também a imediata distribuição da cautelar a um dos integrantes da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST.**

No pedido de reconsideração, Furnas argumentou que o MPT não teria cumprido o prazo para manifestação estabelecido no dissídio coletivo e que, para demonstrar sua boa-fé, participou de audiência na sede do Ministério Público da 1ª Região para tratar do mesmo assunto das ações civis públicas e do dissídio coletivo. A empresa sustenta que jamais deixou de buscar uma solução rápida e um desfecho exequível para o caso. **“Não obstante os argumentos da empresa, a convicção desta Presidência se mantém conforme os fundamentos já lançados no despacho anterior, o que, evidentemente, não vincula o entendimento do julgador a quem será distribuído o feito”, concluiu.** (AG-MC188694/2008-000-00-00.6)

#### **Processo: RR - 42652/2002-900-04-00.3**

Na semana passada a **3ª turma do TST** decidiu pela competência da JT para a execução de TAC. Por estranho que pareça, neste caso o TRT da 4ª Região havia entendido ser competente a Justiça Federal por supostamente haver interesse do INSS.

Parabéns aos colegas da 4ª Região.

Abraços,

Maurício - CRJ

**Decisão:** por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, dar-lhe provimento, para determinar o regular processamento do recurso de revista. Por unanimidade, conhecer do recurso de revista, por violação dos arts. 109, I, da Constituição Federal e, no mérito, dar-lhe provimento, para, reconhecida a competência da Justiça do Trabalho executar o termo de ajuste de conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho, determinar o retorno dos autos à Vara de origem, para que prossiga no julgamento da ação de execução, como entender de direito.

#### **RR 1.738/1998-092-15-40 – 8ª Turma – DJU de 18.04.2008**

**RECURSO DE REVISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ANOTAÇÃO DA REAL JORNADA DE TRABALHO. ÓBICE CRIADO PELO EMPREGADOR.** A Constituição Federal, ao tratar dos direitos individuais e coletivos (Título II, Capítulo I), considerou os interesses coletivos em sentido amplo, como o fez no tocante aos direitos sociais. Por sua vez, a Lei Complementar nº 75, de 25/05/1993, embora não seja ordenatória da ação civil pública no processo trabalhista, estabelece condições e atribuições ao Ministério Público do Trabalho para sua promoção. Como consequência, as disposições por ela traçadas hão de ser interpretadas à luz daquele mandamento maior e de outras normas legalmente previstas no ordenamento jurídico como é o caso do Código de Defesa do Consumidor, o que implica na constatação de que, entre suas atribuições constitucionais de natureza institucional, insere-se a defesa dos interesses sociais. Emerge daí a

legitimação do órgão ministerial para a defesa de direitos individuais homogêneos de acordo com o regramento previsto na aludida Lei Complementar. **Na hipótese, mesmo admitindo-se, hipoteticamente, como individuais os interesses em debate, é indiscutível, por outro lado, sua homogeneidade, porquanto têm origem comum, motivo pelo qual resta patenteada a legitimidade do *parquet*, a teor do art. 6º, XII, da Lei Complementar nº 75/93, notadamente se considerarmos que os direitos tutelados constituem direitos sociais constitucionalmente garantidos.** Recurso de revista conhecido e provido.

**AIRR 579/2003-080-03-40 – 3ª Turma – DJU de 25.04.2008**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.** Não cabe recurso de revista por violação de dispositivo legal ou constitucional, quando sua verificação dependa antes, da interpretação de outros dispositivos não evocados nas razões do recurso (art. 896, "c", da CLT). Essa é a hipótese dos autos, pois para se aferir a violação do art. 5º, LIII, da Constituição Federal, seria necessário antes, verificar a correta aplicação do art. 114 do mesmo texto. **2. FISCALIZAÇÃO. PODER DE POLÍCIA. AUTO DE INFRAÇÃO. AUSÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PRECEDIDA DE INQUÉRITO CIVIL. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO GARANTIDO.** O poder de polícia conferido aos fiscais do trabalho autoriza a lavratura de autos de infração, contra os quais cabe recurso administrativo. Todavia, caso não se tenha observado, no âmbito administrativo, o princípio do contraditório e da ampla defesa, cabe à parte se socorrer de ação própria, nos termos do art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. **A partir do ajuizamento da ação civil pública, precedida de inquérito civil, o contraditório e a ampla defesa são garantidos, no âmbito do Poder Judiciário, não havendo que se cogitar de falhas porventura ocorridas no processo administrativo.** Ileso, pois, o art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal. **3. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DENÚNCIA DE FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO EVENTUAIS POR MEIO DE COOPERATIVA DE TRABALHO. CONCESSÃO DE LIMINAR.** A condenação na obrigação não fazer e a concessão da liminar visam a coibir o empregador de incorrer em novas contratações, com as mesmas características detectadas. Não se caracteriza, portanto, a violação dos arts. 5º, II, e 170, da Constituição Federal. Por outro lado, não se caracteriza violação dos arts. 37, *caput* e XXI, e 173, parágrafo 1º, III, da Constituição Federal, uma vez que ficou devidamente comprovado nos autos que as contratações eram irregulares. A decisão está em harmonia com a jurisprudência consubstanciada na Súmula 331 desta Corte. Agravo de instrumento conhecido e desprovido.

**RR 776.674/2001 – 5ª Turma – DJU de 16.05.2008**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE. INTERESSES COLETIVOS E DIFUSOS.** Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 7ª Região, pretendendo **compelir o Município de Mauriti a pagar a todos os servidores municipais o salário mínimo de forma integral.** Dúvida não há acerca da legitimidade do Ministério Público na outorga de proteção a interesses coletivos e difusos, diante do disposto nos artigos 83, III, da Lei Complementar nº 75/93 e 129 da Constituição Federal. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 98.921/2004-014-09-00 – 7ª Turma – DJU de 30.05.2008**

**I) RECURSO DE REVISTA DA EMPRESA-RÉ - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE NÃO-FAZER - OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES CREDITÍCIAS NO SERASA - REQUISITO PARA A REALIZAÇÃO DE CONTRATAÇÕES.**

1. Conforme dispõe o art. 5º, XXXIII, da CF, todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob

pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

2. No caso, o Regional manteve a sentença na parte em que condenou a Empresa-Ré a abster-se de utilizar banco de dados, tomar ou prestar informações creditícias relativas a empregados ou a candidatos a emprego. Salientou que o SERASA não se destina ao fim pretendido pela Ré, que somente poderia consultá-lo para verificar a idoneidade de seus clientes (futuros devedores) e não de seus empregados ou candidatos a emprego, que são, ou passariam a ser, credores dos salários.

3. O acórdão recorrido não viola o dispositivo constitucional mencionado, pois não restou demonstrado qual o interesse da Empresa em obter tais informações sobre seus empregados e os candidatos a emprego. Na verdade, o Regional entendeu que o empenho da Ré em granjear essas informações tinha o único objetivo de discriminar. Ademais, não aproveita à Recorrente a tese de afronta ao art. 5º, *caput*, da CF, que contém norma genérica e somente poderia ser violado de forma reflexa, o que não se coaduna com o art. 896, c, da CLT. Recurso de revista da Empresa-Ré não conhecido.

## **II) RECURSO DE REVISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COLETIVOS - CERTIDÕES DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E DE AÇÕES TRABALHISTAS AJUIZADAS.**

1. Segundo a diretriz da Súmula 126 do TST, é incabível o recurso de revista para reexame de fatos e provas.

2. No caso, o Regional deixou claro que o fato de a Empresa-Ré exigir que os candidatos a empregos apresentassem certidões de antecedentes criminais, por si só, não é suficiente para ensejar o pagamento da indenização por danos morais, nem caracteriza ato discriminatório a ser vedado. Salientou que o intuito da Ré era conhecer o perfil exato das pessoas recrutadas e colocá-las em função compatível, impossibilitando, por exemplo, que uma pessoa com antecedentes de furto ocupasse a função de caixa. Além disso, frisou que cabia ao Autor o ônus de provar a conduta discriminatória, principalmente a alegada compra de informações acerca do ajuizamento de ações por parte dos candidatos a empregos, a lesão à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, ônus do qual não se desincumbiu a contento.

3. Sendo assim, não há como divisar violação dos arts. 1º da Lei 9.029/95, 186 e 927 do CC e 5º, X, da CF, dados os pressupostos fáticos nos quais se lastreou o Regional, não mais discutíveis nesta Instância, de natureza extraordinária. Recurso de revista do Ministério Público do Trabalho não conhecido.

**RR 1.784/2003-011-08-00 – 1ª Turma, Rel. Min. Vieira de Mello Filho – DJU de 13.06.2008**

**RECURSO DE REVISTA - NULIDADE - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** A alegação de negativa de prestação jurisdicional no recurso de revista restringe-se à demonstração de violação dos arts. 93, IX, da Constituição Federal; 832 da CLT e 458 do CPC, nos termos da Orientação Jurisprudencial nº 115 da SBDI-1 desta Corte. Recurso de revista não conhecido.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS - DEFESA - LEGITIMIDADE.** Constitui entendimento consolidado nesta Corte e no STF de que o Ministério Público do Trabalho ostenta legitimidade para ajuizar **ação civil pública**, visando à defesa de direitos individuais homogêneos dos trabalhadores, dada a metaindividualidade de tais direitos. Isso porque, em decorrência de os mencionados direitos possuírem origem comum - ensejando o seu desrespeito, portanto, grave repercussão social - possível a sua defesa pelo órgão encarregado pela Constituição Federal de garantir a incolumidade da ordem jurídica. Precedentes. Recurso de revista não conhecido.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CUMULAÇÃO DE PEDIDOS - POSSIBILIDADE.** O art. 3º da Lei nº 7.347/85 expressamente permite que a parte realize pedidos de condenação em pecúnia ou de satisfação de obrigação de não fazer, não obstante, portanto, a cumulação de tais pretensões. Recurso de revista não conhecido.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - PETIÇÃO INICIAL - INÉPCIA.** Se a petição inicial descreve minuciosamente a conduta dos reclamados, imputando-lhes, portanto, a **prática de lides simuladas**, não se há de cogitar a sua inépcia, uma vez que atendido o disposto nos arts. 282 do CPC e 840 da CLT. Recurso de revista não conhecido. **RECURSO DE REVISTA - ART. 896, c, DA CLT - PERTINÊNCIA.** Não se enquadra o recurso de revista nos termos do art. 896, a, da CLT, quando a parte pretende fundamentar o apelo em violação de dispositivos de lei federal que não tratam da matéria debatida e decidida perante o TRT de origem, qual seja, a suposta extensão dos efeitos da decisão proferida em relação a um reclamado aos

demais réus da ação civil pública objeto de análise pelo órgão julgador. Recurso de revista não conhecido.

17/06/2008

**Empresa não pode usar informações da Serasa na seleção de pessoal**

A Manpower Staffing Ltda., do Paraná, foi condenada pela Justiça do Trabalho a abster-se de tomar informações na Serasa como requisito para a realização de contratações de novos funcionários. A empresa paranaense alegou, em seu recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho, que a decisão violava o artigo 5º, XXXIII, que assegura a todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, mas **a Sétima Turma rejeitou o recurso por considerar que a empresa não demonstrou qual o seu interesse em obter informações creditícias sobre seus empregados ou candidatos a emprego e acompanhou o entendimento do TRT/PR de que o empenho em conseguir as informações tinha o único objetivo de discriminar.** A multa por infração da determinação é de R\$ 20 mil por ato praticado, estabelecida na sentença da 14ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR).

O recurso teve origem em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho do Paraná, a partir de investigação realizada contra a Innvestig Consultoria Jurídica de Segurança Ltda. (que fornecia dados criminais, trabalhistas e creditícios dos candidatos a emprego). **Segundo o MPT, a Manpower utilizava os serviços da Innvestig desde 2002, prática que possibilitava a discriminação contra trabalhadores que possuísem restrições. A empresa pesquisava antecedentes criminais, ações trabalhistas dos candidatos a emprego e sua condição econômico-financeira, com base em cheques devolvidos ou títulos protestados com registro na Serasa.**

Ao avaliar o caso, a Vara de Curitiba condenou a Manpower a pagar indenização por danos morais coletivos de R\$200 mil, revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. E mais, condenou-a também à obrigação de abster-se de uma série de procedimentos: adotar qualquer critério de seleção de pessoas fundado em sexo, idade, cor ou estado civil; e utilizar banco de dados, tomar ou prestar informações e exigir certidões ou atestados sobre antecedentes criminais, trabalhistas e creditícios relativos a empregados ou a candidatos a emprego.

**A empresa recorreu ao TRT/PR, que excluiu a determinação quanto à exigência de certidões ou atestados de antecedentes criminais e a indenização por danos morais coletivos. Segundo o Regional, o acesso a informações sobre antecedentes criminais é assegurado a todos e decorre dos direitos de petição e de obtenção de certidões garantidos na Constituição. Além disso, o TRT reformou a sentença quanto a esse aspecto porque a empresa convenceu-o de que exige a entrega da certidão de antecedentes criminais com o intuito de conhecer o perfil exato das pessoas recrutadas e colocá-las em função compatível.**

Quanto à utilização de informações creditícias, o Regional manteve a sentença, porque considerou que a Serasa se destina somente a consultas com o intuito de verificar a idoneidade de clientes (futuros devedores) e não de empregados, que, na verdade, são credores dos salários. Segundo o TRT, se um candidato a uma vaga de emprego tem dívidas, isso não pode ser fator impeditivo da contratação. Ao contrário, a obtenção de trabalho possibilitará que ele salde suas dívidas. Discordando da decisão, empresa e MPT buscaram o TST, mas a Sétima Turma manteve o entendimento do Tribunal Regional e não conheceu dos recursos de ambas as partes. (RR-98921/2004-014-09-00.0)

**AIRR 1.497/2006-007-01-40 – 7ª Turma – DJU de 20.06.2008**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM EFEITO DE PROTESTO JUDICIAL - DESCABIMENTO - POSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO IMEDIATO DO DIREITO QUE SE VISAVA A RESGUARDAR.**

1. O art. 172, II, do CC revogado (art. 202, II, do CC atual) prevê a interrupção da prescrição mediante protesto, que pode ser extrajudicial e judicial. O protesto judicial tem por finalidade básica prevenir responsabilidades e ressalvar direitos (CPC, art. 867). No primeiro caso, para evitar a lesão, e no segundo caso, para assegurar o exercício do direito de ação futura, quando não dispõe de todos os elementos para fazê-lo no momento.

2. No caso dos autos, o Reclamante foi dispensado em 31/05/99, e o Sindicato ajuizou ação civil pública com efeito de protesto judicial em 2003, época em que os expurgos inflacionários dos planos econômicos recentes já haviam sido reconhecidos como incidentes na correção dos depósitos do FGTS pela Lei Complementar 110, editada em 30/06/01. Assim, não havia fundamento jurídico para não se pleitear as diferenças da multa na época do ajuizamento do protesto judicial, dado que o direito de ação para postulação da multa era plenamente exercitável de imediato. Ausente, portanto, o legítimo interesse no protesto exigido pelo art. 869 do CPC.

3. Cumpre destacar que o protesto judicial é um instrumento processual que visa à garantia de direitos não exercitáveis à época do seu ajuizamento, e não deve servir como meio de prorrogação injustificada dos prazos prescricionais previstos em lei e na Constituição Federal. Agravo de instrumento desprovido.

**E-RR 784.948/2001 – SBDI-1 – DJU de 27.06.2008**

**RECURSO DE EMBARGOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS E CORRELATOS. ATIVIDADE-FIM. RECURSO DE REVISTA CONHECIDO E PROVIDO. INDENIZAÇÃO GENÉRICA DA LACP. REVERSIBILIDADE AO FAT. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.** A C. Turma adequou a condenação da Caixa Econômica Federal na obrigação de não-fazer, para limitar à hipótese em que os empregados da prestadora de serviços executem o trabalho com pessoalidade e mediante subordinação jurídica, reduzindo o valor da condenação de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$80.000,00 (oitenta mil reais), **sem nada alterar acerca da indenização genérica a que se refere o art. 13 da Lei 7347/85, no importe de cem mil UFIR.** De todo modo, as razões de recurso de revista não foram direcionadas a qualquer pretensão de redução ou afastamento da condenação na multa reversível ao FAT, e não há como se aplicar o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, com o fim de proceder à redução à multa, se remanesce o provimento objeto da procedência da Ação Civil Pública, ainda que parcial. Embargos não conhecidos.

**Processo: RC - 195697/2008-000-00-00.4**

**Publicado no DJ 15-07-2008**

**E-RR 729.105/2001 – SBDI-1 – DJU de 1º.08.2008**

**RECURSO DE EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA NÃO CONHECIDO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. DESCUMPRIMENTO DO INTERVALO INTRAJORNADA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 896 DA CLT.** A cominação de multa pelo descumprimento de obrigação de não fazer, em face de determinação judicial obtida em provimento de ação civil pública, para obtenção do resultado prático equivalente ao adimplemento, encontra respaldo legal especificamente no artigo 11 da Lei nº 7.347/85, combinado com o artigo 461 do CPC, e independe da existência de sanção direcionada ao

empregador em razão da supressão ou concessão parcial do intervalo intrajornada previsto no 71, § 4º, da CLT, de modo que não se percebe afronta à literalidade de seus termos ante a multa cominatória aplicada em ação civil pública, tal como decidido na c. Turma, ao afastar dita violação. Embargos não conhecidos.

**06/08/2008**

**Município de São Carlos terá de demitir contratados sem concurso**

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso do Município de São Carlos e manteve decisão da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP), que declarou nulos os contratos de trabalho celebrados após outubro de 1988 sem concurso público, em desacordo com a Constituição Federal. O TRT determinou, ainda, o imediato desligamento dos trabalhadores contratados de forma irregular, sob o regime celetista.

O processo foi de iniciativa do Ministério Público do Trabalho, que, ao apurar irregularidades nas contratações, ajuizou ação civil pública para que o município fosse proibido de contratar sem concurso e para que os trabalhadores contratados irregularmente fossem demitidos. Em sua defesa, o município alegou que o aumento da população exigiu a contratação de servidores por prazo determinado, a fim de manter o serviço público da cidade e aumentar o número de creches, postos de saúde e escolas de ensino fundamental. Afirmou, ainda, que a Prefeitura estava preparando anteprojeto de lei para redimensionar o número de servidores, a fim de rescindir os contratos temporários e os cargos em comissão.

A 2ª Vara do Trabalho de São Carlos (SP) acolheu o pedido e declarou a nulidade dos contratos posteriores à promulgação da Constituição, fixando multa em caso de descumprimento. O TRT da 15ª Região (Campinas), ao julgar recurso ordinário do município, entendeu que, apesar de os cargos de chefe de seção, diretores escolares, professores, coordenadores pedagógicos, agentes de saúde, médicos veterinários e outros estarem vinculados à efetividade do bem comum, “o município tratou de precarizá-los, atribuindo-lhes status de função comissionada para, fraudulentamente, contornar a falta de concurso público”. Concluiu que “conveniência administrativa não se sobrepõe a princípios constitucionais”, e negou seguimento ao recurso de revista do município.

No agravo de instrumento interposto para o TST, o município sustentou que a Constituição Federal (artigo 37, inciso V) atribui à lei ordinária a definição de quais funções de confiança e cargos em comissão devem ser preenchidos pelos ocupantes de cargo efetivo e por servidores de carreira. Alegou ainda que as contratações por prazo determinado eram regulares e observavam a transparência administrativa, pois eram amparadas em leis específicas e atendiam às reais exigências de caráter emergente do serviço público municipal.

**Mas o ministro Pedro Paulo Manus, relator do recurso, ressaltou que a nulidade reconhecida pelo TRT não dizia respeito a ocupantes de cargo efetivo ou de carreira, pois o caso era de contratação sem concurso público. “Não é suficiente que a simples nomenclatura ‘chefes de setor ou de divisão’ e ‘diretores de escolas’, somente por isso, tenha o condão de alçar tais cargos a atribuições de cargos de direção, chefia e assessoramento, como é exigido pela Constituição Federal”, concluiu. (AIRR/2000-106-15-40.3)**

**EMBARGOS DO RECLAMADO. 1. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL DA VARA DO TRABALHO.** Correta a decisão proferida pela Turma, mediante a qual se manteve o reconhecimento da competência funcional da Vara do Trabalho para processar e julgar **Ação Civil Pública**. Incólume o artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Embargos não conhecidos.

**2. SINDICATO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM.** O artigo 129, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, atribui a terceiros a legitimidade ativa *ad causam* para propor a Ação Civil Pública em defesa de interesses difusos e coletivos. Hipótese em que se revela correto o reconhecimento do Sindicato para atuar em juízo. Embargos não conhecidos.

**EMBARGOS DA ASBACE. PRECLUSÃO. ASSISTENTE. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO.** Admitida a ASBACE após escoado o prazo para apresentação do recurso, não há falar em cerceamento de defesa. A hipótese ampara-se no parágrafo único do artigo 50 do Código de Processo Civil, segundo o qual o assistente recebe o processo no estado em que se encontra. Embargos não conhecidos.

**28/08/2008**

**Contratação por meio de cooperativa: quando há indícios de fraude**

O Tribunal Superior do Trabalho, em decisão da Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1), determinou a devolução de um processo para que o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE) indique os fundamentos pelos quais reformou sentença que havia reconhecido a existência de fraude em contratação por um hospital por meio de cooperativa.

O caso refere-se a um processo movido pelo Ministério Público do Trabalho contra a Coopertec – Cooperativa e Terceirização Ltda. e o Hospital Antônio Prudente Ltda. Segundo apurou a fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, havia apenas a intermediação ilegal de mão-de-obra para o hospital, sob a forma de cooperativa. O estabelecimento beneficiava-se, assim, da redução de encargos, o que configura fraude à legislação trabalhista. Com base nesses fatos, o juiz de primeiro grau reconheceu o vínculo direto dos trabalhadores com o hospital.

A sentença, no entanto, foi reformada pelo TRT/CE, que julgou improcedente a ação movida pelo Ministério Público. A decisão baseou-se em dois fundamentos: o primeiro reconheceu a legalidade da contratação porque a cooperativa supria carência de trabalho e renda; o outro fundamento reporta-se à sobrecarga tributária incidente sobre o contrato de trabalho e, nessa linha, o TRT ressalta que “a maioria dos empregadores encontra impossibilidade de admitir regularmente um empregado, visto que os custos sociais altíssimos são, muitas vezes, superiores ao valor da remuneração a ser paga ao trabalhador”.

O Ministério Público do Trabalho entrou com embargos de declaração, insistindo no exame da matéria à luz da prova constante nos autos, indicando que a Delegacia Regional do Trabalho concluiu haver mera intermediação ilegal de mão-de-obra, por meio da cooperativa. O TRT considerou inviável a reapreciação das provas, e afirmou que o julgador não está obrigado a responder a todas as alegações da parte.

O Ministério Público do Trabalho então apelou ao TST defendendo a nulidade dessa decisão, sob o fundamento de negativa de prestação jurisdicional. Ou seja: o TRT, ao reformar a sentença de primeiro grau, não teria apreciado a questão sob o prisma das provas produzidas nos autos. A Terceira Turma do TST rejeitou integralmente o recurso de revista, por entender que, ao contrário do que sustentara o MPT, o Regional fundamentou a sua conclusão pela legalidade da cooperativa e, assim, afastou a ocorrência de fraude. O MPT entrou então com embargos de declaração, rejeitados pela Turma, o que levou à interposição de novos embargos, desta vez para a SDI-1.

O relator da matéria na Seção Especializada, ministro Aloysio Correa da Veiga, entendeu estar caracterizada a ocorrência de vício no julgamento, “pois não houve qualquer tese sobre o tema de fundo, qual seja, os requisitos relativos ao vínculo de emprego e demais provas que demonstraram a ilicitude na contratação de cooperativa, em face da fraude constatada pela Delegacia Regional do Trabalho, a pedido do Ministério Público”.

Para ele, a decisão do TRT/CE não analisou o tema de forma plena e, ao contrário do que entendera a Terceira Turma, essa análise se deu em face da situação do “combalido” Estado do Ceará, e não da questão específica dos autos. Por esse motivo, o ministro concluiu ser necessário que o Regional se manifeste “sobre a forma de contratação da cooperativa e indique os fundamentos pelos quais entende que, no caso em exame, se trata de serviço cooperativado e não de intermediação de mão-de-obra com o fim de fraudar a relação de emprego, como denunciado na ação civil pública, à luz da prova.”

Como consequência, a SDI-1, em votação unânime, reconheceu a nulidade da decisão do TRT, por negativa de prestação jurisdicional, e determinou o retorno dos autos para que o Tribunal Regional aprecie os embargos de declaração do Ministério Público do Trabalho. ([E-ED-RR 784.947/2001.7](#))

**RR 746/2000-007-10-85 – 2ª Turma – DJ de 05.09.2008**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA OU MENTAL.** O quadro fático delineado no acórdão regional é no sentido de que não houve qualquer verificação pela autarquia previdenciária (INSS) de que estivesse a empresa a descumprir o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, a saber, a existência de vaga capaz de ser provida por pessoa reabilitada ou deficiente habilitado. E, também, porque foi constatada a existência de trabalhadores em tal situação no quadro da empresa, embora ainda em número menor que o exigido por lei, mas sem indicativo de que novas vagas houvessem deixado de ser providas por pessoas reabilitadas ou deficientes habilitados. Recurso de revista não conhecido.

**ROMS 528/2006-909-09-00 – SBDI-2, Rel. Min. Ives Gandra Martins Filho – DJ de 05.09.2008**

**MANDADO DE SEGURANÇA – ATO COATOR: LIMINAR DEFERIDA PELO JUÍZO DE 1º GRAU NOS AUTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA – TERCEIRIZAÇÃO IRREGULAR – NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO – DEMISSÃO DE MAIS DE 300 TRABALHADORES – CONTRATO FIRMADO POR MEIO DE LICITAÇÃO – NECESSIDADE DE AMPLA E COMPLEXA DILAÇÃO PROBATÓRIA – ILEGALIDADE DO ATO COATOR.**

1. 1. Ambiental Paraná Florestas S.A. e Nova Gestão de Pessoas e Serviços Ltda. impetraram mandado de segurança, com pedido liminar, contra o despacho proferido pelo Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba(PR), nos autos da **ação civil pública** (processo 98.922/2006-004-09-00.9) ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, que deferiu a liminar pleiteada, para determinar que a primeira Ré cesse a terceirização de suas atividades - fim com a utilização de trabalhadores vinculados à segunda Ré e que esta se abstenha de fornecer seus trabalhadores para a execução de atividades ligadas aos objetivos sociais daquela, sob pena de multa diária fixada em R\$ 1.000,00.

2. Ressalte-se que o ato era passível de impugnação mediante recurso próprio, *in casu*, o agravo para o Presidente do Tribunal (9º TRT), com pedido de efeito suspensivo ao juízo de 1º grau, nos termos dos arts. 12, *caput* e § 1º, e 14 da Lei 7.347/85 (que disciplina a ação civil pública), o que obstaría a impetração do *writ*. Mas, em face do disposto na Súmula 414, II, do TST, admito o cabimento do presente *mandamus*.



3. *In casu*, está-se diante de dois interesses a serem tutelados, a suposta ilicitude da terceirização e o emprego de mais de 300 trabalhadores, que serão demitidos em razão da decisão atacada, o que deve ser sopesado, como bem destacado pela Juíza que deferiu a liminar pleiteada, diante das gravíssimas consequências sociais, haja vista o iniludível e extraordinário valor social do emprego, vinculado intimamente à dignidade do homem, nesta peculiar hipótese: homens do campo, normalmente provedores e responsáveis pela sobrevivência própria e da família, bem como ante a situação especialíssima a envolver a classe de trabalhadores rurais em contraponto à exigibilidade para estes de concurso público de provas e títulos.

4. Ora, as questões envolvidas na **ação civil pública**, como a dificuldade em se realizar concurso público para o tipo de trabalho executado (manutenção de áreas reflorestadas com pinus), a possível demissão de mais de 300 trabalhadores, a sazonalidade das atividades e a existência de um contrato realizado por meio de licitação entre as empresas-rés, requerem uma dilação probatória ampla e complexa, observados os princípios do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sendo que tais questões de fundo da lide principal serão apreciadas pelo juízo de primeiro grau no momento adequado, qual seja, na fase instrutória da ação civil pública, sem prejuízo de ulterior discussão pelo Ministério Público e pelos Impetrantes. O que não se mostra viável, no momento, é a sumária dispensa dos trabalhadores não concursados. Recurso ordinário provido.

**22/09/2008**

**Empresa é inocentada da acusação de não contratar deficientes físicos**

A firma brasileira Capital – Empresa de Serviços Gerais foi inocentada da acusação de ter descumprido o artigo 93 da Lei nº 8.213/91, que disciplina a obrigatoriedade de contratação de portadores de deficiência física e mental. A decisão foi confirmada pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao rejeitar recurso do Ministério Público do Trabalho contra acórdão do Tribunal Regional da 10ª Região que considerou improcedente a ação civil pública contra a empresa.

A intenção inicial do Ministério Público era de que, pela relevância do assunto, seu recurso de revista fosse aceito pelo requisito prévio da transcendência, mesmo sabendo que esse instituto legal ainda não foi regulamentado pelo TST. Mas o relator do processo na Segunda Turma, ministro Renato de Lacerda Paiva, afirmou que, devido à falta de regulamentação “não há como dar o enfoque pretendido”, de forma que a matéria foi analisada nos termos do artigo 896 da CLT.

A empresa tem mais de 1500 funcionários e, de acordo com a lei, deveria ter em seu quadro ao menos cinco por cento de “beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas”. O Tribunal Regional esclareceu que o INSS não verificou qualquer irregularidade praticada pela empresa com relação ao artigo 93 da Lei 8.213 quanto à “existência de vaga capaz de ser provida por pessoa reabilitada ou deficiente reabilitado”, como havia denunciado o Ministério Público.

Ao contrário, constatou-se que a empresa emprega trabalhadores em tais situações, embora em número menor que o exigido por lei, “mas sem indicativo de que novas vagas houvessem deixado de ser providas por pessoas reabilitadas ou deficientes habilitados”, informou o relator, que não viu afronta ao artigo 896 da CLT “capazes de justificar o cabimento do recurso de revista. Foi seguido unanimemente pelos ministros da Segunda Turma. ([RR-746-2000-007-10-85.4](#))

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA. REUNIÃO DE AÇÕES CIVIS PÚBLICAS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DOS JUÍZOS ENVOLVIDOS. NÃO-CONFIGURAÇÃO DO CONFLITO.** I) Em se tratando de modificação da competência mediante conexão, não se configura o conflito de competência previsto no inciso III do art. 115 do CPC, aplicado subsidiariamente na Justiça do Trabalho, quando inexistir manifestação de todos os juízos envolvidos na reunião dos processos. II) **Na hipótese dos autos, se as ações ajuizadas em Santa Catarina, solicitadas pelo Juiz do Trabalho da 18ª Vara do Trabalho de Curitiba, foram remetidas a uma das Varas do Distrito Federal, então, para que se configure o conflito de competência com relação à Vara de Curitiba, é necessário que o juízo da Vara do Distrito Federal a qual forem distribuídas as ações se pronuncie sobre a aceitação ou recusa da reunião das causas, manifestando sobre a sua competência ou não.** Conflito de Competência que não se conhece.

RR 498/2000-042-01-40 – 5ª Turma – DJ de 26.09.2008

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FGTS. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** A decisão do Regional que confirma a sentença que considerou o *Parquet* parte ilegítima para propor ação civil pública mediante a qual se pretende defender interesses coletivos individuais e indisponíveis viola a literalidade dos artigos 127 e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal. Agravo de instrumento provido.

**II - RECURSO DE REVISTA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FGTS. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.** No caso, o Ministério Público do Trabalho figura no pólo ativo como Autor na ação civil pública, defendendo interesses coletivos individuais e indisponíveis dos trabalhadores. **Pretende resguardar o direito dos trabalhadores requerendo a imposição de obrigação no sentido de que se assegure o cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados, passados, presentes e futuros.** Verifica-se, outrossim, que os artigos 127 e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal, legitimando o Ministério Público à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis a promover a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos e exercer outras funções que forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade não fazem qualquer restrição à utilização da ação civil pública pelo Ministério Público do Trabalho, sendo que os artigos 81, inciso II, e 83 da Lei nº 8.078/90, também legitimam o Ministério Público a ajuizar a aludida ação. Da exegese dos artigos constitucionais e infraconstitucionais acima transcritos, conclui-se pelo interesse do Ministério Público para propor a ação civil pública. Recurso de revista conhecido e provido.

RR 36.917/2002-902-02-40 – 5ª Turma – DJ de 26.09.2008

**I - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSES DIFUSOS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.** O acórdão do Regional que confirma sentença que declara a incompetência material da Justiça do Trabalho para apreciar e julgar pedido de natureza eminentemente trabalhista, viola o artigo 114 da Constituição Federal. Agravo de instrumento provido.

**II - RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INTERESSES DIFUSOS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 114 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA.** A teor do disposto no artigo 114 da Constituição de 1988, circunscreve-se na competência material da Justiça do Trabalho a apreciação e julgamento de **ação civil pública, proposta em razão da existência de conflito de interesses entre os sujeitos de uma relação de emprego ou de trabalho, embora englobando um empregador atual ou potencial e uma categoria indeterminada de indivíduos, com potencialidade para celebrar validamente contrato de estágio**, na forma da Lei nº 6.494/77, mas que, em tese, pode estar mascarando verdadeiro contrato de trabalho. Recurso de revista conhecido e provido.

**03/10/2008**

**TRT/MG deve reexaminar licitude de terceirização de motoboys de drogaria**

A repercussão na realidade social da decisão a respeito da terceirização do serviço de entrega domiciliar de uma farmácia mineira. Com essa preocupação, a Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou acórdão regional para que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região faça um exame pormenorizado de fatos e provas a respeito da contratação de uma cooperativa de motoboys pela Drogaria Araújo S.A., de Belo Horizonte.

**Cooperados ou empregados? No julgamento de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, a Justiça do Trabalho de Minas Gerais decidiu que a terceirização da entrega domiciliar da Drogaria Araújo era lícita, pois, embora previstos no estatuto social da empresa, na prática esses serviços não poderiam ser considerados parte de sua atividade-fim. De acordo com o Regional, a atividade de entrega 24 horas não é um serviço específico da finalidade comercial da empresa, mas algo a mais oferecido ao cliente.**

**No entanto, para a Terceira Turma do TST a situação não é tão clara. Segundo o ministro Carlos Alberto Reis de Paula, presidente da Turma, por se tratar de ação civil pública, “direcionada, pois, à defesa de interesses transindividuais, com ampla repercussão na realidade social, afigura-se imprescindível à exata compreensão da controvérsia e à formação do convencimento do julgador que sejam delineadas todas as circunstâncias fáticas envolvendo o litígio”.**

Na ação, o MPT relata que a Delegacia Regional do Trabalho em Minas Gerais, em inspeção realizada na drogaria em maio de 2001, identificou 48 motoqueiros contratados por intermédio da Cooperativa Brasileira de Trabalhos Autônomos (CBTA). Após entrevistas com empregados da farmácia, cooperados da CBTA e verificação das condições da prestação de serviço, a autoridade fiscal, segundo o MPT, constatou que os cooperados trabalhavam com os pressupostos da relação de emprego fixados na CLT.

Segundo o relatório, os serviços são determinados pela drogaria; os cooperados são obrigados a cumprir seu manual de procedimentos operacionais; a empresa fornece uniforme com a sua logomarca, treinamento prévio e de reciclagem; e os cooperados não podem prestar serviços a outras empresas do mesmo ramo. Diante disso, o MPT acredita que os motociclistas prestam serviços à drogaria de maneira pessoal, não eventual, com subordinação e mediante salário, nos termos dos artigos 2º e 3º da CLT. Por essas razões, argumenta que os motoboys devem ter suas carteiras de trabalho assinadas e os direitos sociais consagrados na Constituição garantidos.

Após a decisão que julgou lícita a terceirização, o Ministério Público recorreu ao TST, alegando omissão do Tribunal Regional, que teria deixado de examinar aspectos essenciais ao desfecho da questão. Para a ministra Rosa Maria Weber, relatora do recurso de revista, os argumentos do MPT são convincentes, especialmente em relação à omissão do TRT a respeito do relatório de inspeção da Delegacia Regional do Trabalho. Segundo a relatora, o documento, procedente “de agentes públicos competentes para exercer a fiscalização das relações de trabalho - auditores fiscais do trabalho -, goza de presunção de veracidade quanto aos fatos nele descritos”, e podem, inclusive, conduzir ao reconhecimento de que os motoboys, formalmente cooperados da CBTA, são, na realidade, empregados da drogaria. Seguindo a relatora, a Terceira Turma determinou o retorno dos autos ao TRT/MG, a fim de que sane a omissão. (RR -1528/2001-019-03-00.3)

**AC 172.442/2006-000-00-00 – 1ª Turma – DJ de 06.10.2008 (CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DO ESTADO DA PARÁ)**

**AÇÃO CAUTELAR - CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO - RECURSO DE REVISTA - AUTARQUIA CORPORATIVA - NECESSIDADE DE CONCURSO PÚBLICO - *FUMUS BONI JURIS* E *PERICULUM IN MORA* - PRESENÇA**. A tutela cautelar pressupõe a existência dos requisitos atinentes ao *fumus boni juris* e ao *periculum in mora*, motivo pelo qual se afigura instrumental em relação ao processo principal. Dessa forma, **presentes o *fumus boni juris* - já que existente divergência jurisprudencial acerca da necessidade, ou não, de realização de concurso público, para fins de admissão de empregados em quadro de pessoal do autor e o *periculum in mora*, pois a demora na resolução da demanda principal ensejará a dispensa de empregados do autor, com irremediável prejuízo ao requerente da presente medida**, impõe-se o provimento da pretensão esposada na demanda em exame, para **manter a liminar que suspendeu os efeitos da decisão regional** proferida em recurso ordinário. Ação cautelar que se julga procedente.

**AG-SEDAT 195.097/2008-000-00-00 – Órgão Especial – DJ de 10.10.2008**

**AGRAVO REGIMENTAL - SUSPENSÃO DA EFICÁCIA DE DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PEDIDO FORMULADO POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO – POSSIBILIDADE.**

É permitido às pessoas jurídicas de direito privado utilizar-se da medida prevista no art. 4.º da Lei n.º 8.437/92, quando agem no exercício de função delegada do Poder Público, como as concessionárias de serviço público, desde que em defesa do interesse público. Assim, com amparo em precedentes do Superior Tribunal de Justiça, há de se reconhecer a legitimidade da requerente para o manejo da medida ajuizada.

**ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - OBRIGAÇÃO DE FAZER - ABSTER-SE DE UTILIZAR MÃO-DE-OBRA POR MEIO DE EMPRESA INTERPOSTA PARA A EXECUÇÃO DA ATIVIDADE-FIM - INTERPRETAÇÃO DO ART. 25, § 1.º, DA LEI N.º 8.987/95.**

A determinação de suspensão da contratação de serviços terceirizados pela Requerente poderá, caso reformada a decisão do TRT, configurar lesão à ordem jurídica, pela imposição de obrigação contrária a

texto de lei, com possíveis prejuízos à segurança e economia públicas, pois obsta a normal execução do serviço público de distribuição e comercialização de energia elétrica, nos moldes em que vem sendo prestado. Agravo regimental desprovido.

**E-ED-RR - 1630/2000-007-17-00 – SBDI-1 – DJ de 10.10.2008 (CARREFOUR)**

**EMBARGOS EM RECURSO DE REVISTA - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.**

O acórdão recorrido procedeu ao completo e fundamentado desate da lide. Não há falar, portanto, em nulidade por negativa de prestação jurisdicional.

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DIREITOS INDIVIDUAIS NÃO-HOMOGÊNEOS - ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.**

1. Conforme dispõe o artigo 81, inciso III, do CDC, são direitos individuais homogêneos aqueles decorrentes de origem comum. Quer isso dizer, *a contrario sensu*, que, verificada em certa hipótese não haver circunstância única comum de fato e de direito da qual decorram as pretensões individuais, não há falar na implementação da figura.

**2. Na espécie, pretende o Ministério Público obter determinação judicial para que a empresa vede a realização de horas extraordinárias além do limite legal de duas horas diárias e respeite os intervalos intrajornada de uma e entrejornada de onze horas (fls. 15/16).**

3. O fato constitutivo do direito alegado (causa de pedir remota) não se resume à identidade do empregador origem comum apontada pelo *parquet* -, mas sim à eventual inobservância, por parte da Reclamada, de normas legais que guardam direitos individuais de cada um dos empregados. A causa de pedir remota fática - diz respeito, em verdade, à suposta situação experimentada, individualmente, por cada um dos trabalhadores da empresa.

**4. Não se cogita, pois, da existência de certo aspecto fático-jurídico origem comum cuja demonstração daria ensejo ao reconhecimento de todos os direitos individuais em questão, a evidenciar sua homogeneidade.**

5. Não há falar, portanto, em legitimação extraordinária do Ministério Público do Trabalho para atuar na condição de substituto processual.

Embargos parcialmente conhecidos e providos.

**RR 779.800/2001 – 3ª Turma – DJ de 10.10.2008**

**RECURSO DE REVISTA. 1. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.** Preliminar não analisada, com esteio no art. 249, § 2º, do CPC. **2. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA PLEITEAR INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CABIMENTO.**

Tem legitimidade o Ministério Público do Trabalho para propor **ação civil pública**, visando a tutelar direitos coletivos. **Tal é a hipótese sob exame, em que o *Parquet* Trabalhista persegue a imposição de obrigação de não fazer, com efeitos projetados para o futuro, mediante provimento jurisdicional de caráter cominatório, consistente em não repassar para os salários eventuais prejuízos decorrentes da atividade empresarial, inclusive decorrente de operação com bomba de combustível na venda de produto ao público e de cheques de clientes sem provisão de fundos, observada, no entanto, a exceção contida no §1º do art. 462, da CLT.** Inteligência dos artigos 83, III da Lei Complementar nº 75/93 e 129 da Constituição Federal. Tal legitimidade alcança, ainda, os direitos individuais homogêneos, que, na dicção da jurisprudência corrente do exc. Supremo Tribunal Federal, nada mais são senão direitos coletivos em sentido lato, uma vez que todas as formas de direitos metaindividuais (difusos, coletivos e individuais homogêneos), passíveis de tutela mediante **ação civil pública**, são coletivos. Imperioso observar, apenas, em razão do disposto no artigo 127 da Constituição Federal, que o direito individual homogêneo a ser tutelado deve revestir-se do caráter de indisponibilidade. Recurso de Embargos conhecido e provido (TST-E-RR-636.470/2000.9, SBDI-1, Rel. Ministro Lélío Bentes Corrêa, in DJ de 20.8.2004).

**E-ED-RR 815/2002-084-03-00 – SBDI-1 – DJ de 17.10.2008**

**EMBARGOS. RECURSO DE REVISTA. INTERPOSIÇÃO ANTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 130/SBDI-2/TST.** A decisão embargada tem alicerce em entendimento pacificado no âmbito desta c. Corte, consubstanciado na OJ 130/SBDI-2/TST. Com efeito, **se o Ministério Público entendia que o dano era regional, deveria ter ajuizado a ação civil pública em uma das Varas do Trabalho de Belo Horizonte, e não na Comarca de Paracatu, sob pena de limitar os efeitos da decisão à comarca escolhida para o aforamento da ação.** Recurso não conhecido.

**RR 31.165/2005-004-11-00 – 5ª Turma – DJ de 17.10.2008**

**RECURSO DE REVISTA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.** O Supremo Tribunal Federal, a partir do julgamento da ADI nº 3595-06, passou a entender que as relações entre servidores públicos e os servidores contratados sob regime especial de contratação para atender excepcional interesse público refoge à competência da Justiça do Trabalho, conforme se depreende do seguinte julgado: **CONSTITUCIONAL. RECLAMAÇÃO. MEDIDA LIMINAR NA ADI 3.357. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SERVIDORES PÚBLICOS. REGIME TEMPORÁRIO. JUSTIÇA DO TRABALHO. INCOMPETÊNCIA.** 1. No julgamento da ADI 3.395-MC, este Supremo Tribunal suspendeu toda e qualquer interpretação do inciso I do artigo 114 da CF (na redação da EC 45/2004) que inserisse, na competência da Justiça do Trabalho, a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo. 2. Contratações temporárias que se deram com fundamento na Lei amazonense nº 2.607/00, que minudenciou o regime jurídico aplicável às partes figurantes do contrato. Caracterização de vínculo jurídico-administrativo entre contratante e contratados. 3. Procedência do pedido. 4. Agravo regimental prejudicado. **Rcl RECLAMAÇÃO Relator(a): Min. CARLOS BRITTO Julgamento: Órgão Julgador: Tribunal Pleno DJe-147 DIVULG 07-08-2008.** Recurso de revista a que se dá provimento. **NULIDADE DA CONTRATAÇÃO EFEITOS.** Prejudicado o exame do tema, em razão da decisão adotada no item anterior.

**AIRR 299/2005-121-15-40 – 2ª Turma – DJ de 24.10.2008**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MPT (ARTS. 81, I, II E III, DA LEI 8.078/90, 188, I, DO CC/2002 E 83, III, DA LC 75/93).** A Corte *a quo* analisou a questão de acordo com as normas que regem a atuação do Ministério Público da União, do qual faz parte o Ministério Público do Trabalho, nos termos do art. 128 da CF/88. Não há como se vislumbrar violação, nos moldes da alínea c do art. 896 da CLT, dos dispositivos legais indicados.

**ATOS DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO - TERCEIRIZAÇÃO - LICITAÇÃO (ARTS. 30, § 1º, I, E 33, § 1º, IX, DA LEI 8.630/93, 1º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 8.666/93, 5º, II, E 37, II E XXI, DA CF/88).** As questões meritórias em epígrafe foram decididas pelo Tribunal Regional por meio de interpretação conferida ao Regulamento da Guarda Portuária. No caso de interpretação de regulamento empresarial, apenas a divergência jurisprudencial, nos moldes da alínea b do art. 896 da CLT, poderia, eventualmente, impulsionar o Recurso de Revista.

**CONCOMITÂNCIA - MULTA E OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER (ARTIGOS 3º E 11 DA LEI 7.347/87).** A v. decisão regional está assentada em interpretação do art. 11 da Lei 7.347/87 e, portanto, o cabimento do Recurso de Revista, no particular, está limitado à demonstração de interpretação divergente, ônus do qual a Recorrente não se desvencilhou, pois não colacionou arestos para o cotejo de teses. Agravo de Instrumento não provido.

**RR 1.528/2001-019-03-00 – 3ª Turma – DJ de 24.10.2008**

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO QUANTO A ASPECTOS ESSENCIAIS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. MOTOBOY. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. PREVISÃO NO ESTATUTO SOCIAL DA RECLAMADA. Demonstração de possível violação do art. 93, IX, da Magna Carta, a ensejar o provimento do agravo de instrumento, nos termos do artigo 3º da Resolução Administrativa nº 928/2003.

Agravo de instrumento conhecido e provido.

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO QUANTO A ASPECTOS ESSENCIAIS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. MOTOBOY. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE-FIM. PREVISÃO NO ESTATUTO SOCIAL DA RECLAMADA.** Ao exame do acórdão regional, observa-se que este, inobstante a oportuna oposição de embargos de declaração pelo Ministério Público do Trabalho, nada menciona a respeito dos fatos delineados no relatório de inspeção da autoridade fiscal do trabalho. Aludido documento, emanado de agentes públicos competentes para exercer a fiscalização das relações de trabalho, goza de presunção de veracidade quanto aos fatos nele descritos, os quais podem inclusive conduzir, no caso em testilha, ao reconhecimento de que os ditos motoboys, formalmente cooperados da CBTA, são, na realidade, empregados da sociedade anônima reclamada. Assim, porque demonstrada a omissão a respeito de aspecto essencial ao desate da lide, anula-se o acórdão regional que julgou os embargos de declaração, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem, a fim de que sane a omissão apontada, como entender de direito. Prejudicado o exame dos demais tópicos. Recurso de revista conhecido e provido.

**RR 739.784/2001 – 3ª Turma – DJ de 24.10.2008**

**RECURSO DE REVISTA. 1. AÇÃO ANULATÓRIA. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Os arts. 127 da Constituição Federal; 83 da Lei Complementar nº 75/93; e 7º, § 5º, da Lei nº 7.701/88 definem a legitimidade e o interesse de agir por parte do Ministério Público, ficando neles registradas: a incumbência da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tanto nos processos em que for parte como naqueles em que atuar como fiscal da lei; a atribuição de propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores; bem como a faculdade de propor recurso contra acordo formalizado e homologado pelo Tribunal. Nesse passo, extrai-se a ampla legitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para ajuizar ação anulatória, diante dos princípios constitucionais de proteção ao salário (Min. Antônio José de Barros Levenhagen). Recurso de revista conhecido e provido. **2. CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS. ABRANGÊNCIA.** A Constituição da República, em seus arts. 5º, XX, e 8º, V, assegura o direito de livre associação e sindicalização. É ofensiva a essa modalidade de liberdade cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa estabelecendo contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoramento ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. Sendo nulas as estipulações que inobservem tal restrição, tornam-se passíveis de devolução os valores irregularmente descontados (Precedente Normativo nº 119 e O.J. 17, ambos da SDC/TST). Recurso de revista conhecido e provido.

**E-RR 734.211/2001 – SBDI-1 – Publicação: DJe 31.10.2008**

**RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI N.º 11.496/2007. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. PAGAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO AOS TRABALHADORES. PROVIMENTO.** 1. Diante de uma interpretação sistemática dos arts. 6º, VII, d, e 83, III, da Lei Complementar n.º 75/1993, 127 e 129, III, da Constituição Federal, depreende-se que o Ministério Público detém legitimidade para ajuizar ação civil pública, buscando defender interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos. 2. O STF e esta Corte possuem o entendimento pacífico de que ao Ministério Público do Trabalho é conferida legitimidade para o

ajuizamento de ação civil pública para a defesa de direitos individuais homogêneos dos trabalhadores. 3. **No caso dos autos, verifica-se que a pretensão do *Parquet* é assegurar o pagamento aos empregados da Reclamada do décimo terceiro salário, direito esse que se encontra resguardado constitucionalmente, nos termos do art. 7.º, VIII. 4. Patente, portanto, a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento de ação civil pública, porquanto se trata de direito social, que está sendo desrespeitado pela ora Embargada.** Recurso de Embargos conhecido e provido.

**RR 4/2002-060-03-00 – 5ª Turma – Publicação: DJe 31.10.2008**

**RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA NA JUSTIÇA DO TRABALHO. NULIDADE DE CONTRATAÇÃO. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** Há interesse do Ministério Público do Trabalho para recorrer contra decisão que declara a existência de vínculo empregatício com **sociedade de economia mista ou empresa pública**, após a CF/88, sem a prévia aprovação em concurso público . Incidência da Orientação Jurisprudencial nº 338 da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais. Recurso de revista provido.